



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – PROFAP UFPG

CLEBSON SANTOS DE BRITO

**VIOLÊNCIA CONTRA JOVENS BAIANOS NO PERÍODO DE 2005 A 2015 E A
POLÍTICA PÚBLICA DE CONTROLE DE HOMICÍDIOS “PACTO PELA VIDA”
NO ESTADO DA BAHIA**

SOUSA, PB

2019



CLEBSON SANTOS DE BRITO

**VIOLÊNCIA CONTRA JOVENS BAIANOS NO PERÍODO DE 2005 A 2015 E A
POLÍTICA PÚBLICA DE CONTROLE DE HOMICÍDIOS “PACTO PELA VIDA”
NO ESTADO DA BAHIA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Campina Grande, sob a forma de relatório técnico, como parte das exigências do Programa de Pós Graduação em Administração Pública, Mestrado Nacional em Administração Pública em Rede Nacional - PROFIAP, para obtenção do título de Mestre.

SOUSA, PB

2019

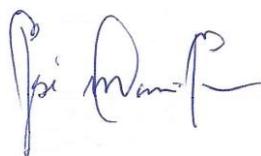
CLEBSON SANTOS DE BRITO

**VIOLÊNCIA CONTRA JOVENS BAIANOS NO PERÍODO DE 2005 A 2015 E A
POLÍTICA PÚBLICA DE CONTROLE DE HOMICÍDIOS “PACTO PELA VIDA”
NO ESTADO DA BAHIA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Campina Grande sob a forma de relatório técnico, como parte das exigências do Programa de Pós Graduação em Administração Pública, Mestrado Nacional em Administração Pública em Rede Nacional - PROFIAP, para obtenção do título de Mestre.

Aprovada em: 20 / 03 / 2019

Banca:



JOSÉ MARIA PEREIRA DA NOBREGA JÚNIOR

Orientador
(UFCG)



LUIZ ANTÔNIO COÊLHO DA SILVA

Membro interno
(UFCG)



GILVAN DIAS

Membro externo
(UAGESP/UFCG)

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA NA SEÇÃO DE PROCESSOS TÉCNICOS
Biblioteca Setorial de Sousa UFCG/CCJS
Bibliotecária – Documentalista: MARLY FELIX DA SILVA – CRB 15/855

B862v Brito, Clebson Santos de
Violência contra Jovens Baianos no período de 2005 a 2015 e a
Política Pública de controle de Homicídios “Pacto pela Vida” no Estado
da Bahia / Clebson Santos de Brito. - Sousa: [s.n], 2019.

77 f.: il, col.

Dissertação (Mestrado em Administração Pública - PROFIAP) – Centro
de Ciências Jurídicas e Sociais - CCJS/UFCG, 2019.

Orientador: Dr. José Maria Pereira da Nóbrega Júnior.

1. Violência contra jovens 2. Jovens Baianos - homicídios 3. Política
Pública I. Título

Biblioteca do CCJS - UFCG

CDU 316.48 – 053.6(813.8)(81)

Dedico aos jovens vítimas de violência que não viveram para serem beneficiados com os efeitos de políticas públicas eficazes na área de segurança pública.

AGRADECIMENTOS

A princípio, agradeço a Deus pela saúde, disposição e ânimo para o desenvolvimento do trabalho. Em seguida, a todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram de alguma forma para a busca desse sonho, desse objetivo antes não imaginado como alcançável.

Ao meu orientador, professor José Maria Pereira da Nobrega Júnior, agradeço por cada orientação e pelo tempestivo *feedback* que sempre manteve, além de me permitir conhecer mais sobre a complexa e instigante área de segurança pública através de todas as suas publicações.

Aos meus pais, José Jailson Pereira de Brito e Edeilda Santos da Silva, pelas palavras de incentivo no início da caminhada nos estudos, quando ainda não havia sido compreendida a importância da educação no meu desenvolvimento pessoal e social.

À Luana, minha esposa, que se mantém empregada nos estudos e que me incentiva a também me desenvolver na área de minha formação.

Agradecimentos especiais aos amigos do PROFIAP, pela interação sempre agradável que favoreceu a realização de discussões sobre as diversas temáticas durante as aulas e atividades desenvolvidas no curso.

Ao PROFIAP/UFCG, pela oportunidade de cursar um Mestrado Profissional em Administração Pública, mesmo sendo distante de onde moro, a Bahia. A todos os docentes, inclusive à Coordenação do curso, pelo empenho para a qualificação e manutenção do programa.

Aos professores da banca, pelas relevantes contribuições para esta pesquisa.

RESUMO

A presente pesquisa teve por objetivo mapear o perfil dos óbitos de jovens por agressão intencional no estado da Bahia, ocorridos no período de 2005 a 2015, verificando a relação com as políticas públicas de contenção da violência contra jovens implementadas no estado. As mortes por agressão foram utilizadas como *proxy* para homicídios, latrocínios e lesão corporal seguida de morte da vítima, definido pela SENASP como C.V.L.I. (Crime Violento Letal Intencional). Para o desenvolvimento da pesquisa e o alcance dos objetivos, este estudo apresentou uma pesquisa documental, pois recorreu a fontes diversificadas, como dados secundários coletados através de banco de dados oficiais. Caracterizou-se também como pesquisa bibliográfica, pois foram utilizados importantes referenciais teóricos publicados em documentos acerca do tema central: violência contra jovens e políticas públicas. Foi utilizada a estatística descritiva para analisar o perfil dos jovens que vieram a óbito no estado da Bahia por agressão entre os anos de 2005 e 2015, sendo predominante a ocorrência de vítimas de cor negra e parda, do sexo masculino, com idade entre 20 e 24 anos, com baixa escolaridade e solteiros. Os locais onde aconteceram a maioria dos crimes foram via pública e hospital. Ao averiguar os dados históricos sobre a criminalidade contra jovens na Bahia percebeu-se que houve um aumento no número de óbitos por agressão até o ano de 2010. A partir de 2011, no entanto, verificou-se que houve um relativo controle nos homicídios de jovens registrado em anos anteriores. Esse desempenho foi ainda mais significativo em ascendência nos 20 municípios considerados prioritários para o Pacto pela Vida no estado. Ao avaliar o impacto da Política de contenção da violência no estado na frequência dos homicídios contra jovens, ficou evidenciada que, após a atuação da política pública Pacto pela Vida, principalmente após o ano de 2011, houve certa estabilização estatística do número de óbitos de jovens por violência, sobretudo nos municípios prioritários. Quanto às causas de homicídios de jovens, com fundamento na Teoria Econômica da Escolha Racional, foram analisados indicadores de renda, pobreza e desigualdade em associação com a taxa de homicídios de jovens (por 100 mil) do estado da Bahia e verificou-se a ocorrência de correlação negativa em relação à desigualdade medida pelo índice de Gini, o que significa relação inversa entre menos desigualdade e mais violência. Verificou-se que o Pacto pela Vida favoreceu a cooperação das instituições coercitivas do Sistema de Justiça Criminal, que integram o Executivo (policiais e sistema penitenciário), o Judiciário e o Ministério Público (autor da denúncia), o que foi fundamental para o combate à impunidade, que potencializa a criminalidade violenta, sobretudo os homicídios.

Palavras-chave: Violência contra Jovens. Homicídios de Jovens. Políticas Públicas.

ABSTRACT

This research aimed to map the profile of the youth objectives by an intentional aggression in the state of Bahia, which occurred in the period from 2005 to 2015, verifying the public policies to contain violence against young people implemented in the state. Deaths from assault have been used as a proxy for homicides, robberies and corporal injuries, as a form of death of the victim, defined by SENASP as C.V.L.I. (intentional lethal violent crime). For the development of the research and the achievement of the objectives, this study presented a documentary research, since it resorted to diversified sources as secondary data, collected through an official database. It was also characterized as a bibliographical research, since important theoretical references were used published in documents about the central theme: violence against young people and public policies. A descriptive statistic was used to analyze the profile of the youngsters who appeared in the State of Bahia in 2005 and 2015, being predominant the violation of children and adolescents, male sex, age between 20 and 24 years, with low level of schooling and singles. Local data were found in the crimes were public road and hospital. Historical data on juvenile crime in Bahia showed that there was an increase in the number of deaths due to aggression until 2010. As of 2011, however, it was verified that there was a relative control in the ancestry of the homicides registered in previous years. This performance was even more significant in the 20 municipalities considered priority for the Pact for Life in the state. In assessing the impact of the State Violence Containment Policy on the frequency of homicides against young people, it was evidenced that after the implementation of the public policy Pact for Life, especially after 2011, there was a certain statistical stabilization of the number of deaths violence, especially in priority municipalities. Regarding the causes of youth homicide, based on the Economic Theory of Rational Choice, income, poverty and inequality indicators were analyzed in association with the youth homicide rate (per 100,000) in the state of Bahia, and the occurrence of negative correlation in relation to the inequality measured by the Gini index, which means inverse relation between less inequality and more violence. It was found that the Covenant for Life favored the cooperation of the coercive institutions of the Criminal Justice System, which includes the Executive (police and penitentiary system), the Judiciary and the Public Prosecutor (the complainant), which was fundamental to combat impunity, which boosts violent crime, especially homicides.

Keywords: Violence against youth. Homicide of young people. Public policy.

LISTA DE GRÁFICOS

| | | | |
|------------|---|---|----|
| Gráfico 1 | - | Mortes de jovens por agressão (X85-Y09) em números absolutos segundo Regiões do Brasil. 2005 – 2015 | 20 |
| Gráfico 2 | - | Mortes de jovens por agressão em números absolutos- Bahia. 2005 – 2016..... | 21 |
| Gráfico 3 | - | Tendência das taxas de homicídios por cem mil jovens dos grupos de tratamento e de controle. 2005 a 2015 | 49 |
| Gráfico 4 | - | Mortes de jovens por agressão por região do Brasil. 2005 – 2015 | 51 |
| Gráfico 5 | - | Mortes de jovens por agressão, proporção por região do Brasil. 2005 – 2015 | 51 |
| Gráfico 6 | - | Quantidade de óbitos de jovens por agressão intencional nas Unidades Federativas (UF) nordestinas entre 2005 e 2015..... | 52 |
| Gráfico 7 | - | Taxas de homicídio (por 100 mil), na população jovem por UF do Nordeste. Brasil. 2005/2015..... | 53 |
| Gráfico 8 | - | Óbitos de jovens por causas externas na Bahia. 2005 – 2015..... | 54 |
| Gráfico 9 | - | Taxa de homicídios de jovens (por 100 mil) na Bahia de 2005 a 2015 | 55 |
| Gráfico 10 | - | Número de óbitos de jovens por agressão/ intervenção legal na Bahia entre os anos de 2005 e 2016 | 56 |
| Gráfico 11 | - | Número de óbitos de jovens por agressão/intervenção legal de acordo com as regiões metropolitanas e Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico na Bahia entre os anos de 2005 e 2015 | 57 |
| Gráfico 12 | - | Óbitos de jovens por agressão de acordo com as regiões metropolitanas com maior número de casos na Bahia. 2005-2015 | 57 |
| Gráfico 13 | - | Óbitos de jovens por agressão intencional ou intervenção legal no estado da Bahia entre 2005 e 2015, de acordo com a cor da pele | 59 |
| Gráfico 14 | - | Grau de escolaridade dos jovens que vieram a óbito por agressão na Bahia entre 2005 e 2015 | 52 |
| Gráfico 15 | - | Óbitos de jovens por agressão mais intervenção legal no estado da Bahia entre 2005 e 2015, de acordo com a faixa etária..... | 61 |
| Gráfico 16 | - | Óbitos de jovens por agressão mais intervenção legal no estado da Bahia entre 2005 e 2015, de acordo com o estado civil | 62 |
| Gráfico 17 | - | Óbitos de jovens por agressão mais intervenção legal no estado da Bahia | |

| | | |
|------------|---|----|
| | entre 2005 e 2015, de acordo com o local da ocorrência | 62 |
| Gráfico 18 | - Homicídios de jovens por disparo de arma de fogo na Bahia entre 2005 e 2015 | 64 |
| Gráfico 19 | - Óbitos de jovens por arma de fogo na Bahia entre 2005 e 2015 de acordo com a faixa etária | 65 |
| Gráfico 20 | - Óbitos de jovens na Bahia entre 2005 e 2015 segundo o sexo | 65 |
| Gráfico 21 | - Prisão em Flagrante no estado da Bahia. 2012 – 2017 | 67 |
| Gráfico 22 | - Armas de fogo apreendidas no estado da Bahia. 2012 – 2017..... | 68 |
| Gráfico 23 | - Drogas apreendidas no estado da Bahia. 2012 – 2017 | 69 |
| Gráfico 24 | - Inquéritos remetidos com autoria no estado da Bahia. 2012 – 2017 | 70 |
| Gráfico 25 | - Mandado de prisão cumprido no estado da Bahia. 2012 – 2017 | 70 |
| Gráfico 26 | - Desigualdade de renda – coeficiente de gini no estado da Bahia. 2001-2014 | 71 |
| Gráfico 27 | - Renda domiciliar – Participação do 1% mais rico. 2005-2014..... | 72 |
| Gráfico 28 | - Taxa de homicídios de jovens (por 100 mil) na Bahia de 2005 a 2014 | 73 |
| Gráfico 29 | - Óbitos de jovens por agressão intencional nos municípios prioritários e não prioritários para o Programa PPV na Bahia. 2005 a 2010..... | 80 |
| Gráfico 30 | - Óbitos de jovens por agressão intencional nos municípios prioritários e não prioritários para o Programa PPV na Bahia. 2010 a 2015..... | 81 |
| Gráfico 31 | - Óbitos de jovens por agressão intencional nos municípios prioritários e não prioritários para o Programa PPV na Bahia. 2005 a 2015..... | 82 |

LISTA DE FIGURAS

| | | | |
|----------|---|---|----|
| Figura 1 | - | Modalidades de violência e definições | 19 |
| Figura 2 | - | Estruturação dos objetivos estratégicos da SSP-BA para o quadriênio 2012-2015 | 28 |
| Figura 3 | - | Modelo de Gestão da Segurança Pública implantado pelo PPV | 38 |
| Figura 4 | - | Grupos de tratamento e de controle para comparação das taxas de homicídios de jovens baianos | 48 |

LISTA DE QUADROS

| | | |
|----------|--|----|
| Quadro 1 | - Exemplo de modelo de avaliação de políticas públicas através de indicadores sociais..... | 35 |
|----------|--|----|

LISTA DE TABELAS

| | | | |
|----------|---|--|----|
| Tabela 1 | - | Análise SWOT do planejamento organizacional, realizado pela Secretaria de Segurança Pública do estado (SSP) da Bahia para o período de 2012 a 2015 | 26 |
| Tabela 2 | - | Número de óbitos de jovens por agressão/intervenção legal de acordo com as regiões metropolitanas e Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico na Bahia nos anos de 2005 a 2015 | 58 |
| Tabela 3 | - | Objetos utilizados nos homicídios de jovens ocorridos entre 2005 e 2015 na Bahia, de acordo com a categoria CID-10..... | 63 |
| Tabela 4 | - | Estatísticas descritivas das variáveis utilizadas nos modelos em painel... | 74 |
| Tabela 5 | - | Matriz de correlação entre as variáveis utilizadas nos modelos em painel | 74 |
| Tabela 6 | - | Modelos em painel | 76 |
| Tabela 7 | - | Índice de Gini – Pessoas ocupadas com rendimento mensal de trabalho e Taxas de homicídios de jovens na Bahia 2005 – 2014 | 78 |
| Tabela 8 | - | Modelo de correlação bivariada ou de Pearson..... | 79 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|-------------|---|
| CID 10 | Classificação Internacional de Doenças 10º revisão |
| CVLIs | Crimes Violentos Letais Intencionais |
| CVPs | Crimes Violentos contra o Patrimônio |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| MP | Ministério Público |
| OMS | Organização Mundial da Saúde |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| PLANESP | Plano Estadual da Segurança Pública |
| PPV | Pacto pela Vida |
| SEI | Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia |
| SENASP | Secretaria Nacional da Segurança Pública |
| SIM/DATASUS | Sistema de Informação de Mortalidade do Ministério da Saúde |
| SDS | Sistema de Defesa Social |

SUMÁRIO

| | | |
|-------------|--|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 15 |
| 2 | A VIOLÊNCIA PRESENTE NA SOCIEDADE..... | 18 |
| 2.1. | Violência e Juventude..... | 20 |
| 2.1.1 | Mortes violentas de jovens no Brasil..... | 20 |
| 2.2 | Revisão Das Explicações para o Crime..... | 21 |
| 2.3 | Planejamento Estratégico Governamental..... | 23 |
| 2.3.1 | Plano Estadual de Segurança Pública da Bahia 2012 – 2015..... | 24 |
| 2.4 | Políticas Públicas de Contenção e Indicadores Sociais | 29 |
| 2.4.1 | Política de contenção Pacto Pela Vida..... | 36 |
| 3 | METODOLOGIA..... | 40 |
| 3.1 | Caracterização da Pesquisa | 40 |
| 3.2 | Contexto e Sujeitos da Pesquisa | 41 |
| 3.3 | Técnica de Coleta e Análise de Dados..... | 41 |
| 3.4 | Estratégia Empírica para Avaliação de Impacto do Programa Governamental Pacto pela Vida na Bahia..... | 46 |
| 4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES..... | 50 |
| 4.1 | Dinâmica dos Óbitos de Jovens por Agressão no Estado da Bahia (2005 a 2015)..... | 50 |
| 4.1.1 | Brasil, Nordeste e Bahia | 50 |
| 4.1.2 | Perfil das vítimas e da agressão | 59 |
| 4.2 | Produtividade e Ações Policiais da Política Pública Pacto pela Vida no Estado da Bahia | 66 |
| 4.3 | Validação das Hipóteses Investigadas..... | 71 |
| 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 83 |
| | REFERÊNCIAS | 86 |
| | APÊNDICES | 91 |

1 INTRODUÇÃO

A violência pode ser concebida como o uso intencional da força ou poder físico, em forma de ameaça ou efetivamente, contra si mesmo, outra pessoa ou um grupo ou comunidade, que ocasiona ou tem grandes probabilidades de ocasionar lesões, morte, dano psíquico, alterações do desenvolvimento ou privações. O fenômeno da violência possui múltiplas formas de manifestação, podendo o homicídio ser considerado a mais grave, mas não a única.

A violência constitui-se num importante indicador de qualidade de vida por estar relacionada às condições gerais de existência, de trabalho, bem como de sociabilidade, além de se originar de processos socioculturais e político-ideológicos, podendo ser prevenida por ações intersetoriais e multidisciplinares. Dentre as diversas formas de expressão da violência, seja ela autodirigida, interpessoal ou coletiva, identificam-se também jovens como vítimas. Uma possível classificação para a natureza dos atos violentos é a seguinte: física, sexual, psicológica e privação/abandono.

No Brasil, trata-se de um tema que está presente no cotidiano de toda a população devido aos expressivos índices de criminalidade registrados em todas as regiões do país. A região Nordeste, em especial, tem se mantido nos últimos anos na situação menos agradável estatisticamente dentre as regiões do país quanto à violência homicida.

A Bahia se destaca quanto aos dados quantitativos de mortes por agressão¹. O estado se insere neste contexto ocupando, em 2014, o 8º lugar no número de homicídios por arma de fogo dentre os estados da federação, de acordo com o Mapa da Violência 2016. Esta fonte revela ainda que a principal vítima da violência homicida no Brasil é a juventude, faixa de 15 a 29 anos de idade. Nesta faixa etária, o crescimento da letalidade violenta foi bem mais intenso do que no resto da população (BRASIL, 2016).

O governo da Bahia, através do programa Pacto pela Vida (PPV) e projetos associados, que se constitui na única política estadual de contenção dos crimes violentos letais intencionais contra a vida, criada pela Lei 12.357 de 26/09/2011 no âmbito do Sistema de Defesa Social com o objetivo principal de promover a paz social, tem desenvolvido ações de enfrentamento à criminalidade no estado cujos resultados precisam ser avaliados em relação à frequência de homicídios contra jovens (BRASIL, 2011).

¹ Mortes por agressão será utilizada como *Proxy* para homicídios, latrocínios e lesão corporal seguida de morte da vítima, definido pela Senasp como C.V.L.I. (crime violento letal intencional). Logo, o banco de dados majoritário é o do DATASUS/SIM/MS.

A morte de jovens por agressão foi utilizada no presente estudo no sentido de analisar o fenômeno da violência contra jovens no estado da Bahia e traçar o perfil das vítimas. Utilizou-se dados disponíveis no Sistema de Informação de Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/DATASUS). Foram considerados os registros sob as rubricas X85 a Y093², agressão intencional que levou à morte da vítima, e Y35 a Y36³. A escolha desse banco de dados se definiu porque, de acordo com Nóbrega Júnior (2010), o mesmo apresenta uniformidade e padronização estadual a nível nacional, além de possuir maior confiabilidade.

Dessa forma, surge o interesse de investigar a violência contra os jovens no estado da Bahia e de propor a implementação de políticas públicas de contenção à violência contra os vitimados nesse grupo etário. Assim, essa pesquisa buscará responder o seguinte questionamento: **quais as causas dos homicídios de jovens e qual impacto têm ou tiveram as políticas de contenção do estado da Bahia na área de segurança pública?**

Como hipóteses a serem testadas nesta pesquisa têm-se:

1. Os homicídios de jovens crescem no estado da Bahia independentemente das melhorias nas condições de vida dos baianos.
2. Não há correlação entre desigualdade social e os homicídios de jovens no estado da Bahia.
3. As políticas de contenção à violência homicida do estado da Bahia, na área da segurança pública, tiveram impacto na evolução dos índices de homicídios contra jovens.

Assim, o objetivo geral desse estudo é mapear o perfil dos óbitos de jovens por agressão intencional no estado da Bahia, ocorridos no período de 2005 a 2015, verificando a relação com as políticas públicas de contenção da violência contra jovens implementadas no estado. Os objetivos específicos são averiguar dados históricos sobre a criminalidade contra jovens no estado da Bahia; montar o perfil dos óbitos de jovens por agressão intencional

² X85 Agressão meio drogas, medicamentos e substâncias biológicas, X86 Agressão por meio de substâncias corrosivas, X87 Agressão por pesticidas, X88 Agressão por meio de gases e vapores, X89 Agressão outros produtos químicos e substâncias nocivas especificadas, X90 Agressão produtos químicos e substâncias nocivas não especificadas (NE), X91 Agressão enforcamento, estrangulamento e sufocação, X92 Agressão por meio de afogamento e submersão, X93 Agressão disparo de arma de fogo de mão, X94 Agressão disparo arma fogo de maior calibre, X95 Agressão disparo outra arma de fogo ou NE, X96 Agressão por meio de material explosivo, X97 Agressão por meio de fumaça fogo e chamas, X98 Agressão vapor água gases ou objetos quentes, X99 Agressão objeto cortante ou penetrante, Y00 Agressão p/meio de um objeto contundente, Y01 Agressão por meio de projeção de um lugar elevado, Y02 Agressão projeção ou colocação da vítima diante de objeto em movimento, Y03 Agressão por meio de impacto de um veículo a motor, Y04 Agressão por meio de força corporal, Y05 Agressão sexual por meio de força física. Y06 Negligencia e abandono, Y07 Outros síndromes de maus tratos, Y08 Agressão por outros meios especificados, Y09 Agressão por meios NE.

³ Y35 Intervenção legal, Y36 Operações de guerra.

ocorridos na Bahia entre os anos de 2005 e 2015; avaliar o impacto das políticas de contenção da violência contra jovens do estado na frequência dos homicídios contra jovens baianos.

A escolha do tema ocorreu por ser o pesquisador residente no estado da Bahia e, a partir de uma breve análise de dados estatísticos, perceber o crescimento da violência contra jovens com consequências de morte no estado, o que o instigou investigar o fenômeno, por considerá-lo alarmante para a segurança pública do estado.

O presente estudo pretende contribuir de forma social por tratar de uma investigação que abordará tema consoante à segurança pública do estado, intentando compreender o fenômeno crescente dos homicídios de jovens e possíveis formas de contenção, além de trazer dados e informações que levem a um melhor planejamento e direcionamento destas políticas.

A presente pesquisa tem também a intenção de contribuição acadêmica, visto que após um levantamento no portal CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de nível Superior) utilizando o descritor “mortalidade de jovens por agressão”, bem como buscando trabalhos realizados entre 2014 a 2018 na base de dados Scielo.org (Scientific Electronic Library On line) foram encontrados apenas 3 estudos que tratavam da violência contra jovens em nível de Brasil, dos quais 2 também tratavam em nível de Nordeste brasileiro, bem como do estado da Bahia ou de algum de seus municípios.

Desse levantamento, constata-se que pouco estudo tem sido empreendido em busca de retratar especificamente a violência contra jovens de forma geral, além de serem escassos os estudos feitos no estado da Bahia. Dessa forma, a presente pesquisa tem a intenção de ajudar a preencher essa lacuna científica no intuito de contribuir academicamente para a temática e também para a tomada de decisão na gestão das políticas públicas de segurança voltadas para o combate à violência contra jovens no estado da Bahia.

Para além desta introdução, que justifica a presente pesquisa, o trabalho é apresentado em mais quatro seções. Na seção dois, são discutidos brevemente alguns aspectos teóricos sobre a violência contra os jovens e as políticas de enfrentamento à problemática. A seguir, na seção três, passa-se à descrição das características do estudo e do método utilizado. Na seção quatro, apresenta-se um diagnóstico da violência contra jovens no estado da Bahia entre os anos de 2005 e 2015, o perfil dos jovens que vieram a óbito por agressão nesse período, e as políticas públicas que foram implementadas no estado, apresentando-se e discutindo-se os resultados. Por fim, na seção cinco, são expostas as considerações finais.

2 A VIOLÊNCIA PRESENTE NA SOCIEDADE

A violência não é uma marca da sociedade contemporânea, está presente na sociedade desde tempos imemoriais. No entanto, a despeito de sua presença na história da humanidade, não se deve aceitá-la como um aspecto inevitável da condição humana (DAHLBERG; KRUG, 2006). Somos todos potencialmente violentos e diferenciados pela forma como administramos essa agressividade. Enquanto uns encontram formas construtivas para canalizar a sua destrutividade, outros, por influência de fatores endógenos ou exógenos, acabam descarregando sua violência em terceiros (ALMEIDA, 2010).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define a violência como o uso intencional da força ou poder físico, em forma de ameaça ou efetivamente, contra si mesmo, outra pessoa ou um grupo ou comunidade, que ocasiona ou tem grandes probabilidades de ocasionar lesões, morte, dano psíquico, alterações do desenvolvimento ou privações (OMS, 2014). Observa-se, a partir deste conceito, uma visão mais ampla e abrangente da concepção de violência, incorporando outros elementos que não somente aqueles relacionados ao resultado morte. Portanto, o fenômeno da violência possui múltiplas formas de manifestação, podendo o homicídio ser considerado a mais grave, mas não a única.

Em tipologia da violência desenvolvida pela OMS, divide-se a violência em três amplas categorias, conforme as características daqueles que cometem o ato violento: a) violência autodirigida; b) violência interpessoal; c) violência coletiva. Violência autodirigida é aquela que uma pessoa inflige a si mesma e que se subdivide em comportamento suicida e agressão auto infligida. Violência interpessoal é aquela infligida por outro indivíduo ou por um pequeno grupo de indivíduos, e que se divide nas subcategorias violência de família ou de parceiros íntimos e violência na comunidade. Violência coletiva é a infligida por grupos maiores, como estados, grupos políticos organizados, grupos de milícia e organização terrorista. A violência coletiva acha-se subdividida em violência social, política e econômica (DAHLBERG; KRUG, 2006).

Dahlberg e Krug (2006) ressaltam que, apesar de imperfeita e não universalmente aceita, esta tipologia fornece uma estrutura útil para a compreensão dos tipos complexos de violência praticada em todo o mundo. A natureza dos atos violentos é classificada como física, sexual, psicológica e privação/abandono. Estas modalidades de expressão da violência foram descritas por Minayo (2007), que não as distinguiu de abusos ou maus tratos em seu estudo. A figura 1 traz as definições destas modalidades.

Figura 1 – Modalidades de violência e definições

| | |
|-----------------------------|--|
| Física | <ul style="list-style-type: none"> • Uso da força para produzir lesões, traumas, feridas, dores ou incapacidades em outrem. |
| Sexual | <ul style="list-style-type: none"> • Ato ou jogo que ocorre nas relações hétero ou homossexuais e visa estimular a vítima ou utilizá-la para obter excitação sexual nas práticas eróticas, pornográficas e sexuais impostas por meio de aliciamento, violência física ou ameaças. |
| Psicológica | <ul style="list-style-type: none"> • Agressões verbais ou gestuais com o objetivo de aterrorizar, rejeitar, humilhar a vítima, restringir-lhe a liberdade ou, ainda, isolá-la do convívio social. |
| Privação ou abandono | <ul style="list-style-type: none"> • Formas de violência caracterizadas pela ausência, recusa ou a deserção do atendimento necessário a alguém que deveria receber atenção e cuidados. |

FONTE: Elaboração própria a partir de Minayo (2007).

Quanto às causas, a violência tem explicações multivariadas de acordo com o contexto em análise (nacional, regional, estadual ou municipal), por isso não se tem como generalizar e “é importante averiguar as diversas variáveis sem levar em consideração determinações teóricas” (NÓBREGA JR., 2010). A multicausalidade da violência apresenta associação com fatores de risco individuais e familiares, mas também está fortemente relacionada com fatores sociais, culturais e ambientais. Há evidências constatadas através de exemplos de sucesso quanto à prevenção da violência em todo o mundo envolvendo desde ações individuais e comunitárias de pequena escala até políticas nacionais (DAHLBERG; KRUG, 2006).

No Brasil, os estados de São Paulo e Pernambuco alcançaram experiências bem sucedidas na redução dos homicídios através de gerenciamento eficaz da política de segurança pública (NÓBREGA JR., 2015). Não obstante, a inexistência de uma agenda nacional para a área da segurança pública, em nível de política federal, contemplando no mínimo um pacto federativo em torno dos estados em suas regiões (NÓBREGA JR., 2015), e o fato de haver obstáculos institucionais e políticos para mudanças consistentes no âmbito estrutural das instituições coercitivas, é possível a introdução de políticas públicas eficazes sem maiores mudanças estruturais (SAPORI, 2007).

Nobrega Jr. (2010) demonstrou que políticas públicas de segurança eficazes representam fatores determinantes para o controle da violência homicida em qualquer lugar do mundo, independente das condições socioeconômicas e do desenvolvimento econômico da

unidade territorial. Quando se mede a violência através dos homicídios, utiliza-se de uma forma internacional de se avaliar o nível de segurança ou insegurança pública fornecida por determinada sociedade (NÓBREGA JR., 2015). Analisando as taxas de homicídios juvenis na região Nordeste, no período de 1998 a 2006, o autor observou uma relação considerável entre o crescimento da população jovem (15 a 29 anos) e os homicídios nessa faixa etária.

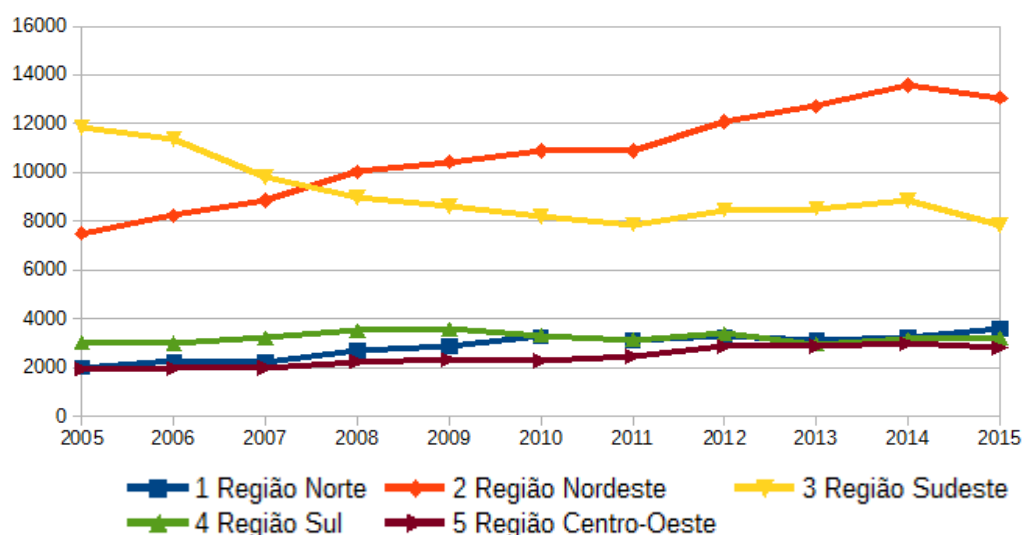
2.1 Violência e Juventude

Analisando dados de taxa de mortalidade juvenil dos anos de 1980 e 2012 no Brasil, observa-se uma estagnação, mas as características dos óbitos não permaneceram congeladas ao longo do tempo, mudaram radicalmente a configuração. As epidemias e doenças infecciosas, que eram as principais causas, foram sendo substituídas pelas chamadas causas externas, representadas sobretudo pelos homicídios e acidentes de trânsito (WAISELFISZ, 2014).

2.1.1 Mortes violentas de jovens no Brasil

Conforme a Lei Federal nº 12.852, aprovada em agosto de 2013, também chamada de Estatuto da Juventude, são considerados jovens as pessoas entre 15 e 29 anos de idade (BRASIL, 2013). Segue a distribuição dos óbitos de jovens por região do Brasil.

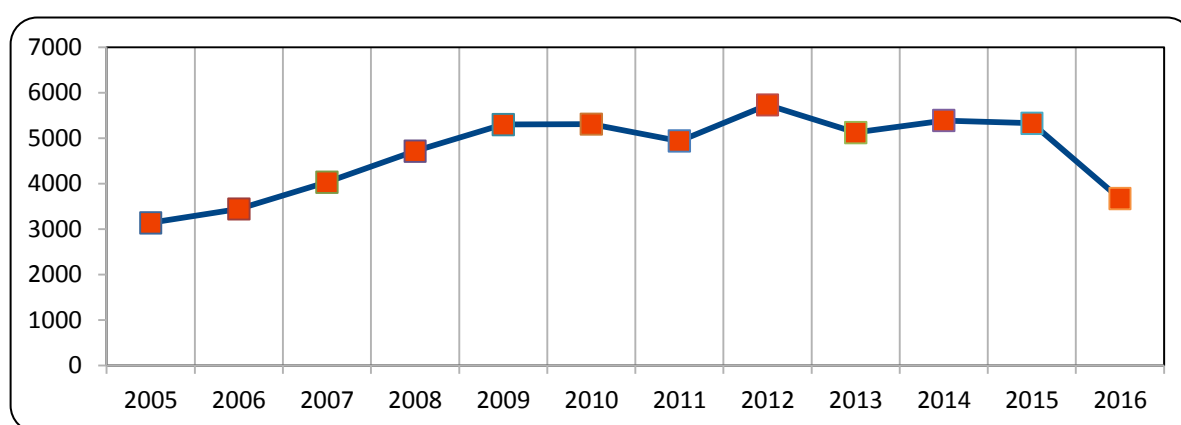
Gráfico 1 - Mortes de jovens por agressão (X85-Y09) em números absolutos segundo Regiões do Brasil - 2005 a 2015



FONTE: Elaboração própria a partir de dados do SIM/DATASUS (2018).

Diversos estudos apontam que a juventude é a mais vitimada quanto à violência homicida no país (WAISELFISZ, 2014; CERQUEIRA, 2018). Com exceção da região sudeste, todas as demais regiões brasileiras (gráfico 1) apresentam crescimento nas mortes de jovens por agressão. A partir do banco de dados do Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde, analisou-se uma série histórica de 11 anos (2005 a 2015). A maioria dos estados brasileiros apresenta crescimento em seus indicadores de mortes de jovens por agressão. A única exceção na região nordeste é o estado de Pernambuco.

Gráfico 2 - Mortes de jovens por agressão em números absolutos 2005 a 2016* - Bahia



FONTE: Elaboração própria a partir de SIM/MS (2018) * *dados preliminares 2016*.

O estado da Bahia apresentou um nível de crescimento bastante acentuado na série histórica, sobretudo nos 5 primeiros anos (gráfico 2). Observa-se a partir de 2011, ano da implementação da política estadual de contenção Pacto pela Vida, um comportamento irregular, mas que sugere uma aparente interrupção no crescimento acentuado dos quantitativos de mortes de jovens no estado.

Segue uma revisão das explicações para o crime sob a ótica de arcabouço teórico desenvolvido a partir de literatura sobre as teorias criminológicas, que também se debruçam sobre a problemática dos homicídios.

2.2 Revisão das Explicações para o Crime

Esta seção apresenta, sem a intenção de realizar uma discussão exaustiva, uma revisão sucinta das teorias criminológicas e diversas explicações para o crime em geral, bem como especificamente para os homicídios. A princípio, os estudos sobre crime e violência buscavam

encontrar uma causa geral para o comportamento criminoso. Desde a época de Lombroso, autor de toda uma “ciência” criminológica que atribuía aos caracteres físicos dos indivíduos as causas para o crime, busca-se estudar a influência de fatores externos e internos ao indivíduo para explicar porque certos atores sociais praticam crimes violentos (NÓBREGA JR., 2015).

Cerqueira e Lobão (2004) consideram que os estudos baseados na teoria da desorganização social relacionam negativamente a coesão social com o crime. As raízes da violência e delinquência estariam relacionadas com problemas como urbanização descontrolada, colapso demográfico e desajuste social provocado por fatores externos (espaços urbanos deteriorados, tráfico e consumo de drogas em locais sem a presença do poder público, formação de grupos de jovens praticando delitos etc.) e internos (ambiente familiar desajustado, violência doméstica, ausência de figura paterna etc.).

A desorganização social seria gerada por desajustes comportamentais, provocados por influência de muitas mudanças, rápido crescimento, mobilidade, concorrência econômica e a ideologia individualista que “desintegrariam” a família numerosa e homogênea como agente de controle social, dificultando o controle da dinâmica de novas relações sociais por parte do estado. Em um estudo relacionado à teoria da desorganização social, Miethe et al (1991 apud CERQUEIRA; LOBÃO, 2004) identificaram como resultados de suas pesquisas que as variáveis independentes “taxa de desemprego”, “heterogeneidade étnica”, “mobilidade residencial”, “controle institucional” e a “existência de mais de um morador por cômodo” apresentaram significância estatística em relação aos homicídios, roubos e arrombamentos como variáveis dependentes para crime.

Conforme a Teoria do Aprendizado Social (ou Teoria da Associação Diferencial), a conduta humana é influenciada pelo aprendizado de experiências diárias entre os atores sociais. De acordo com esta concepção, o crime é um comportamento ou hábito adquirido, ou seja, uma resposta a situações reais que o indivíduo aprende. Sutherland, formulador da teoria nos anos 1930, concluiu em seus estudos que a conduta desviada não pode ser imputada a disfunções dos indivíduos de classes mais baixas socioeconomicamente, senão à aprendizagem efetiva dos valores criminais. O crime procederia não da desorganização social, mas da organização diferencial e da aprendizagem (NÓBREGA JR., 2015).

A Teoria do Controle Social investiga porque alguns atores sociais se abstêm de praticar delitos. Parte-se da hipótese de que um maior envolvimento do cidadão no sistema social (com maiores graus de concordância com valores e normas vigentes) implicaria em menores chances de esse ator se tornar criminoso (CERQUEIRA; LOBÃO, 2004).

Consoante a Teoria do Autocontrole, as deformações no processo de socialização da infância, fase entre os 2 ou 3 anos de idade até a pré-adolescência, explicariam o comportamento desviante do indivíduo (NÓBREGA JR., 2015).

Com forte caráter psicológico, a Teoria da Anomia fundamenta-se na frustração que o ator social tem em razão de suas desvantagens socioeconômicas. Nesse sentido, um estudo realizado por Mendonça (2000) apontou para uma relação entre a privação do consumo e a prática de homicídios intencionais na cidade do Rio de Janeiro (NÓBREGA JR., 2015).

Conforme os pressupostos da Teoria Econômica da Escolha Racional, “o ato criminoso decorre de uma avaliação racional do indivíduo em torno de uma cesta de oportunidades entre o mercado formal e o mercado informal (ou ilícito)”. Vários estudos foram desenvolvidos com diversas variáveis socioeconômicas, a exemplo de nível de escolaridade, desemprego ou gastos públicos, para investigar os efeitos em relação à criminalidade violenta, inclusive com impactos sobre as políticas públicas (NÓBREGA JR., 2015).

A seguir, é exposto o arcabouço teórico relacionado ao planejamento estratégico governamental, instrumento norteador das ações do estado para a intervenção na realidade social, especialmente nas questões que impactam a gestão da segurança pública no estado da Bahia.

2.3 Planejamento Estratégico Governamental

O planejamento de ações e a destinação de recursos pressupõe a determinação do que são problemas e o que são soluções, o que são causas e o que são efeitos, bem como o que são riscos e o que são oportunidades. O Planejamento Estratégico está ligado ao nível de decisão mais alto da organização, as decisões estratégicas, e pode ser concebido como a seguir.

Planejamento estratégico é um processo que consiste na análise sistemática dos pontos fortes (competências) e fracos (incompetências ou possibilidades de melhorias) da organização, e das oportunidades e ameaças do ambiente externo, com o objetivo de formular (formar) estratégias e ações estratégicas com o intuito de aumentar a competitividade e seu grau de resolutividade (PEREIRA, 2016, p. 38).

Nesse sentido, o planejamento estratégico, com ações integradas, reveste-se de grande importância para a promoção das mudanças necessárias em termos de gestão para que os resultados e impactos efetivamente ocorram na segurança pública do estado da Bahia.

2.3.1 Plano Estadual de Segurança Pública (PLANESP) 2012 - 2015

Sob a orientação técnica do Instituto de Desenvolvimento Gerencial (INDG), organização que se tornou líder em consultoria de gestão com foco em resultados no Brasil, os trabalhos para a construção do planejamento estratégico utilizaram as ferramentas Gerenciamento pelas Diretrizes (GPD), que utiliza as metas anuais da organização para orientar rumo à eficiência e o Balanced Scorecard, um sistema de gestão estratégica que utiliza indicadores financeiros e não financeiros, estabelecendo relações de causa e efeito entre a visão, os objetivos e as iniciativas estratégicas (BAHIA, 2011).

Implantar sistemas de medição do desempenho (SMD) é fundamental para que uma organização, pública ou privada, possa melhorar seu desempenho organizacional e, conseqüentemente, atender aos interesses de seus *stakeholders*⁴. Um dos mais conhecidos SMD é o Balanced Scorecard (BSC), criado por Kaplan e Norton (1982). O BSC foca os aspectos de planejamento subdivididos nas seguintes perspectivas: financeira, mercado, processos internos e crescimento. A princípio, o BSC foi pensado apenas como um SMD, mas vem sendo utilizado ultimamente como uma poderosa ferramenta de implantação e controle da estratégia organizacional (MENDES, 2015).

No PLANESP, a perspectiva financeira se materializou através do objetivo estratégico “incrementar a captação de recursos para investimento e custeio”, que foi considerado o ponto de partida ou a “raiz” da árvore estratégica. Em seguida, ramifica-se para a perspectiva crescimento/aprendizado através de objetivos estratégicos que sinteticamente objetivam ao investimento no ser humano, com o refinamento das competências dos colaboradores em habilidades técnicas e comportamentais (BAHIA, 2011).

Garantido o refinamento das competências dos colaboradores, a perspectiva processos internos serve-se de colaboradores com capacidade de promover a mudança pretendida, favorecendo a modernização e inovação de métodos de atendimento aos usuários do serviço de segurança pública. Nessa seara, buscou-se aprimorar as práticas de gestão, prestigiando os processos finalísticos, pois neles estão os usuários beneficiários do serviço prestado; tratou-se da necessidade de garantir o instrumental essencial à execução das atividades que efetivam a missão da organização, por isso foi estabelecido como objetivo estratégico “disponibilizar insumos e equipamentos adequados à atividade de segurança Pública”; Estabeleceu-se como necessária a inserção do objetivo estratégico “fortalecer a gestão do conhecimento” para

⁴ Palavra da língua inglesa que significa todas as pessoas físicas ou jurídicas que são direta ou indiretamente afetadas pelas atividades da organização e que também exercem sobre ela alguma influência. Fonte: Lacombe (2009).

garantir que todo o conhecimento existente entre os colaboradores, nos processos e unidades organizacionais, inclusive o resultante de pesquisa científica conduzida pela SSP-BA, pertença à organização; bem como foi acolhido o desafio de “promover a gestão da inteligência policial” através da coleta e análise de informação para elaboração de um produto final, a fim de instrumentar o processo decisório da gestão da segurança pública (BAHIA, 2011, p. 35).

Tangente à Perspectiva Mercado, adequadamente adaptada como sendo Beneficiários ou Usuários do serviço de segurança pública, a SSP-BA definiu como entregas que desejaria fazer a esses usuários uma cesta de atributos (proposta de valor), que seria assim composta: celeridade, precisão técnica, credibilidade, proximidade, inovação e proatividade. A partir dessa proposta de valor, estabeleceu-se como objetivo estratégico “desmotivar a prática delitativa” através do empenho dos prepostos policiais em frustrar o intento do potencial autor de crime, bem como pelo estabelecimento de novos exemplos a serem seguidos, sobretudo pelos jovens (market share). Não menos importante nessa perspectiva, o objetivo estratégico “contribuir, decisivamente, para a aplicação da lei penal e para a defesa social” teve por finalidade minorar os danos causados às vítimas para eliminar os riscos reais e iminentes (BAHIA, 2011, p. 35).

A fim de viabilizar o diagnóstico que precede os trabalhos de definição da estratégia, optou-se pelo emprego da matriz SWOT, planilha que permite o cruzamento de cenários para identificar quais são os objetivos estratégicos para a organização. Em língua inglesa, SWOT é uma abreviação das palavras strengths, weaknesses, opportunities e threats, que traduzidas, respectivamente, correspondem a forças, fraquezas, oportunidades e ameaças.

Realizou-se um levantamento do ambiente interno para pontuar os elementos relevantes e os que necessitavam de atenção e mudança, em seguida a análise foi direcionada ao ambiente externo, elencando os pontos que contribuíram para o desenvolvimento das ações de segurança e os que ameaçavam o alcance das metas estabelecidas (BAHIA, 2011).

A tabela 1 mostra a análise da matriz SWOT do planejamento organizacional realizado pela SSP-BA para o quadriênio 2012 a 2015.

Tabela 1 – Análise SWOT do planejamento organizacional, realizado pela Secretaria de Segurança Pública do estado (SSP) da Bahia para o período de 2012 a 2015

| AMEAÇAS | OPORTUNIDADES |
|--|---|
| Recursos financeiros escassos para atender as demandas da segurança pública do estado da Bahia, em face de suas dimensões; | Percepção por parte da SENASP e dos gestores públicos da importância de investimento em tecnologia da informação e inteligência policial; |
| Crescimento da criminalidade e homicídios entre os jovens; | Criação de guardas municipais; |
| Falta de comunicação entre os órgãos de informação | Realização de parcerias e convênios com a sociedade civil; |
| Exclusão socioespacial nas grandes cidades do estado da Bahia; | Investimento em segurança pública e ações sociais; |
| Descrédito da polícia junto à sociedade; e | Agência de eventos que exigem modernização dos serviços; e |
| Aumento do crime organizado, inclusive com envolvimento de policiais na prática de crimes. | Parceria com a sociedade e órgãos de defesa dos direitos humanos na prevenção do crime. |
| FRAQUEZAS | FORÇAS |
| Déficit no quadro de policiais; | Conhecimento na área de segurança pública; |
| Inexistência de sistema integrado de gestão de pessoas; | Presença geográfica possibilitando ações integradas; |
| Deficiência no processo de formação e capacitação; | Integração entre as polícias através de participação conjunta em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; |
| Desmotivação dos servidores em face da política salarial e condições de trabalho incompatíveis com suas atribuições; e | Alinhamento das ações da SSP com os princípios definidos no Plano Nacional da Segurança Pública elaborado pela SENASP; e |
| Estrutura do aparelho policial apresenta sérias carências ou mesmo inadequações. | Conhecimento técnico para elaboração de projetos e convênios destinados à captação de recursos externos. |

FONTE: Adaptado do Plano Estadual de Segurança pública da Bahia, 2011.

Observa-se, na tabela acima, a distribuição das principais ameaças, oportunidades, fraquezas e potencialidades da segurança pública na Bahia a partir de levantamento feito pelo INDG na SSP-BA, onde se identificou a deficiência de recursos como o principal fator para a não realização das ações propostas pelo órgão, seguida de outras constatações da SSP-BA, como a participação de policiais na prática de crimes, um desvio muito grave, pois promove descrédito das ações da polícia perante a opinião pública.

Destaca-se, também, que o conhecimento dos integrantes da SSP-BA sobre as demandas de segurança pública, aparece como um dos primeiros destaques indicados a favor da instituição, inclusive com a presença física em todo o território estadual, indicando o

significativo custo operacional, de logística e material permanente, necessários nos diversos extremos do estado da Bahia.

O PLANESP foi elaborado, em novembro de 2011, alinhado ao programa do Governo Federal, o PRONASCI, Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, que estabelece a existência de uma ligação entre as ações de segurança pública e as ações sociais, fonte de inspiração para a criação do Programa Pacto Pela Vida. A SSP-BA, tomando como máxima as exigências do PRONASCI, elaborou o seu plano, abraçando como diretrizes estratégicas: prevenção e repressão qualificada da violência; fortalecimento da gestão com aperfeiçoamento institucional; formação, capacitação e valorização profissional; e prevenção com foco em áreas críticas (BAHIA, 2011).

Além disso, em conformidade com a sua estratégia, a SSP buscou enfrentar os seguintes temas: filosofia da ação policial direcionada à proteção dos direitos humanos; urgência no desenvolvimento da capacidade preventiva; o incremento da capacidade investigativa; a adoção de práticas de polícia comunitária; gestão dos dados nas ocorrências policiais; ensino de formação policial, integrado e continuado; integração do sistema policial; ações estruturais (BAHIA, 2011).

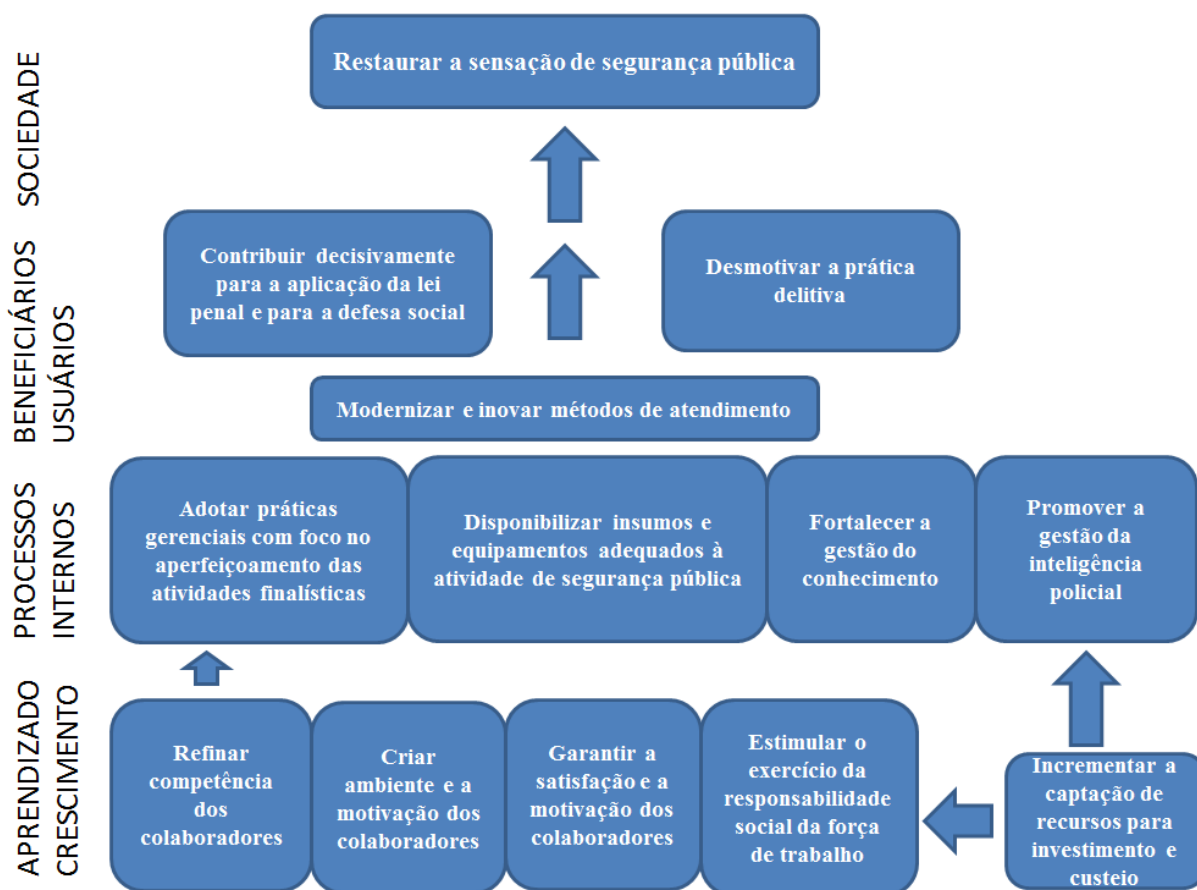
O conjunto de compromissos assumido pela SSP-BA para o quadriênio 2012 - 2015 abordou ações que visavam à prevenção e repressão da violência por meio do policiamento comunitário, priorizando-se as consideradas áreas de risco, a integração policial e uso da inteligência e tecnologia como diferenciais estratégicos. Contava com a realização de esforços para proporcionar aos profissionais de segurança pública, a formação continuada, capacitação e valorização dos servidores no sentido de conceber o policial cidadão, oferecendo perspectivas de melhorias na qualidade do serviço prestado, em sintonia com o PRONASCI.

Para que os compromissos assumidos fossem cumpridos, foram estabelecidos objetivos estratégicos e traçadas ações para serem executadas durante o quadriênio 2012 - 2015, representados também na figura 2.

Incrementar captação de recursos para investimento e custeio. Refinar competências dos colaboradores. Garantir satisfação e a motivação dos colaboradores. Criar ambiente que enalteça a moral e o bom desempenho (aperfeiçoar trabalhos de correição). Estimular o exercício da responsabilidade social da força de trabalho. Garantir disponibilidade de insumos e equipamentos adequados à atividade de segurança pública. Adotar práticas gerenciais com foco no aperfeiçoamento de práticas finalísticas. Fortalecer a gestão do conhecimento. Promover a gestão da inteligência policial. Modernizar e inovar métodos de atendimento. Contribuir decisivamente para a aplicação da Lei Penal e Defesa Social. Desmotivar a prática delitiva. Restaurar a sensação de segurança (BAHIA, 2011, p. 83).

Segue painel com a relação entre estes objetivos estratégicos, conforme PLANESP.

Figura 2 – Estruturação dos objetivos estratégicos da SSP-BA para o quadriênio 2012-2015



FONTE: Adaptado do Plano Estadual de Segurança pública da Bahia, 2011.

O alinhamento do planejamento estratégico com as ações do programa Pacto pela Vida, que tem como finalidade promover a redução da criminalidade e violência no Estado da Bahia, com ênfase na prevenção e combate aos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), conjugado com a captação de recursos para investimento e custeio na estratégia da SSP-BA pode ser considerado ponto nevrálgico para o alcance dos objetivos estratégicos propostos em cada uma das perspectivas previstas no sistema de gestão estratégica Balanced Scorecard.

Na próxima seção, são introduzidas as políticas públicas como um conjunto de procedimentos formais e informais para intervenção na realidade, bem como os indicadores sociais como lentes para a análise e avaliação dos impactos registrados após um período de implementação de um projeto/política pública.

2.4 Políticas Públicas de Contenção e Indicadores Sociais

A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006).

Políticas públicas são “[...] programas de ação governamental que visam à coordenação de meios à disposição do Estado e as atividades privadas para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados” (BUCCI, 2006, p. 39). Constituem [...] “autênticos programas de Estado Constitucional que intentam, por meio de articulação eficiente e eficaz dos meios estatais e sociais, cumprir prioridades vinculantes, em ordem a assegurar, com hierarquizações fundamentadas, a efetividade do complexo de direitos fundamentais das gerações presentes e futuras” (FREITAS, 2015, p. 139).

Segundo Santos (2012), a partir da década de 1990 surge uma nova concepção para caracterizar uma política como pública: não importa que instituições ou atores lhe deem origem, mas a quem se destina. Nesse sentido, consideram-se políticas públicas as medidas que atuam sobre o espaço público, gerando ou não bens públicos.

Conforme Millon (2010) pode-se afirmar que políticas públicas são mecanismos de efetivação de direitos, pelos governantes, que os fazem na busca de melhor atender ao interesse público ou no enfrentamento de um problema social.

A política pública é uma forma de resolução pacífica de conflitos, pois através dela é possível obter a satisfação de direitos básicos tais como: saúde, educação, transporte, alimentação, saneamento básico, segurança, etc. Pode-se definir políticas públicas como um conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder, decisões e ações relativas à locação imperativa de valores. As políticas públicas são resultantes da atividade política. Os insumos, por assim dizer, são demandas do meio externo processadas pelo sistema político, podendo ser transformados em políticas públicas. Há, porém, as demandas do próprio sistema político. Os tipos de políticas públicas são resultados da atividade política e que resultam em serviços ou bens públicos.

Políticas públicas podem ainda ser consideradas como um conjunto de formado por quatro processos: o estabelecimento de uma agenda de políticas públicas; a consideração das alternativas para formulação das políticas públicas; a escolha dominante entre o conjunto de alternativas disponíveis; e a implementação da decisão (KINGDON, 2003).

Conforme Juarez Freitas (2015, p. 196-209),

(...) o Estado brasileiro precisa começar a incorporar uma agenda efetivamente capaz de compatibilizar o desenvolvimento e a sustentabilidade, a poupança doméstica e o investimento, o culto às prioridades constitucionais e o devido senso de urgência, mediante imparcial avaliação mensurável [...] das políticas públicas, com a meta de que os seus benefícios (diretos e indiretos), para presentes e futuras gerações, ultrapassem os seus custos (...). Urge, pois, instaurar uma série de novos hábitos no bojo das relações administrativas, libertando-as dos vícios associados ao abuso patrimonialista dos programas exclusivamente de curto prazo. Trata-se de erguer um modelo de gestão alicerçado no controle autônomo (...) de sustentabilidade e legitimidade das políticas públicas (...). Na realidade, as políticas públicas não são meros programas episódicos de governo, motivo pelo qual o seu núcleo tem de ser revisto. Eis, nessa perspectiva, a tríade de elementos caracterizadores das políticas públicas, no acordo semântico proposto: (a) são programas de Estado Constitucional (mais do que de governo); (b) são enunciadas e implementadas por vários atores políticos, especialmente pela Administração Pública e (c) são prioridades constitucionais cogentes.

Observa-se a crescente discussão em torno da necessidade de uma agenda de políticas públicas, que precisa compatibilizar o desenvolvimento e a sustentabilidade. Reforça-se também a legitimidade e sustentabilidade das políticas públicas, enunciadas e implementadas especialmente pela Administração Pública, consideradas como programas de Estado Constitucional, e não como meros programas episódicos de governo.

A origem e o desenvolvimento dos indicadores sociais estão relacionados ao surgimento do Estado de Bem Estar Social e ao robustecimento das atividades de planejamento do setor público ao longo do século XX. Embora tenham ocorrido algumas contribuições importantes para definição de um marco conceitual em indicadores sociais no século passado, como os estudos do sociólogo Emile Durkheim, o desenvolvimento da área apenas passou a contar com arcabouço teórico científico a partir de meados da década de 1960.

Nesse período foram observadas evidências de um descompasso entre crescimento econômico e melhoria das condições sociais da população em países subdesenvolvidos. Apesar de ocorrer um crescimento no produto interno bruto de alguns países, este não era acompanhado de melhoria nas condições sociais da população, que apresentava altos níveis de pobreza e desigualdade. O indicador Produto Interno Bruto per capita passou a não se mostrar adequado para representar o bem-estar social e o nível de desenvolvimento socioeconômico.

Em razão deste cenário, empreendeu-se um esforço conceitual e metodológico para desenvolver instrumentos de mensuração do bem-estar social e da mudança social nas agências de estatística dos diversos países, como o IBGE, no Brasil. A publicação dos livros *Social Indicators* e *Toward a Social Report*, em meados da década de 1960, representou um

marco conceitual importante que inaugurou, na época, o chamado “movimento de indicadores sociais”. A partir de então houve a mobilização dos sistemas nacionais de produção e disseminação de estatísticas públicas para incluir novas questões em suas pesquisas e produzir relatórios sociais sistematicamente (JANNUZZI, 2012).

Mas o otimismo exacerbado com as potencialidades do planejamento governamental – e do uso de indicadores sociais nas políticas públicas – no curto e médio prazo levou a um descrédito deste planejamento e, conseqüentemente, da finalidade e utilidade dos indicadores sociais. No entanto, esse descrédito durou pouco no Brasil em razão da institucionalização de um sistema de proteção social na constituição de 1988 e do aprimoramento de experiências de formulação e implementação de políticas públicas em estados e municípios que mostraram a pertinência instrumental dos indicadores sociais em todas as fases do ciclo de políticas públicas (JANNUZZI, 2012).

De acordo com Santos (2012), diversos autores se dividem entre os que criticam a ideia de que as políticas públicas se dão em estágios e aqueles que consideram que este entendimento pode ser utilizado como um modelo, ou seja, uma simplificação do processo que deve ser tomado com cautela em relação à complexidade da realidade. Dessa forma, aponta as seguintes etapas do ciclo da política pública:

- Identificação do Problema/Formação da Agenda de Políticas Públicas;
- Formulação da Política/Tomada de Decisões;
- Implementação; e
- Avaliação.

Quanto à fase de identificação do problema / formação da agenda de políticas públicas, observa-se que o modo como decisores e sociedade compreendem determinada questão é essencial à definição de um problema. Conforme citado por Santos (2012), a corrente chamada pluralista da Ciência política considera que as políticas públicas resultam da competição livre entre ideias dos diferentes grupos sociais e que o grande jogo político estaria aberto para todos nas democracias liberais. No entanto, numa outra vertente, Schattschneider (1960, p. 80), argumentou que, mesmo nas democracias liberais “[...] os mais necessitados não são os que mais participam do jogo político porque quem decide quem participará no jogo é exatamente quem decide o que é o próprio jogo”. Nesse sentido, o poder sobre a definição do problema e de quais alternativas serão escolhidas para enfrentá-lo é que determinam a administração dos conflitos e dos interesses dos atores do jogo político.

Santos (2012) destaca ainda que no processo de formação da agenda de políticas esta é formada através da definição de problemas ou demandas sociais que estão promovendo conflitos na sociedade. Dessa forma, se gerencia incluindo ou priorizando questões determinadas pelos atores do jogo político (grupos de pressão, partidos políticos e instituições). Em semelhante direção, Dye (1992) apontou que o poder reside tanto na capacidade de comandar uma ação como de comandar uma inação, a exemplo de grupos que possuem o poder de evitar que uma decisão seja tomada através do chamado poder de veto.

Segundo Santos (2012), na etapa de formulação da política/tomada de decisões a decisão é concebida como uma escolha dentre alternativas de curso de ação, feita pelos formuladores da política, ocorrendo numa série de pontos no tempo e no espaço. No entanto, antes da tomada de decisão nesta etapa da política pública precede-se a formulação da própria política, que também consiste num processo e implica diferentes etapas, como a seguir:

a reunião/coleta e sistematização de dados e informações; a análise dos mesmos de acordo com estruturas teóricas e ideológicas (valores/interesses); e a tomada de decisões. Esta, por seu turno, atravessa todo o ciclo das políticas públicas, desde a definição do problema e sua inclusão na agenda, até a escolha de objetivos e estratégias (SANTOS, 2012, p. 80).

Em relação à fase de implementação de políticas públicas, alguns autores, inclusive Wildavsky, proporcionaram renovada relevância ao tema com uma obra nos anos 1970 que concebeu a implementação da política "de cima para baixo", revendo nos anos 1980 esta posição e concordando com a concepção de implementação "de baixo para cima", entendendo o processo como um aprendizado no qual os implementadores (burocratas) e a clientela (cidadãos) também exerceriam papéis políticos. Existem duas grandes tendências desses estudos sobre a implementação: a primeira, que entende o processo de implementação como um jogo político; e a segunda, tributária de uma visão gerencialista, que propõe ferramentas sofisticadas de controle centralizado do processo.

Quanto à fase de avaliação das políticas públicas, tradicionalmente três aspectos são levados em consideração: a eficiência, a efetividade e a eficácia. Conforme o aspecto da eficiência, a política pública deve ser avaliada considerando-se a relação entre os recursos alocados para produzir bens ou prestar serviços (recursos humanos, financeiros, materiais, logísticos, tecnológicos etc.) e os resultados obtidos. Dessa forma, obtém-se o rendimento dos processos envolvidos na política. A efetividade da política pública é vista como a realização dos seus objetivos e o alcance das metas estipuladas. A avaliação da política pública por meio

da eficácia diz respeito estritamente à satisfação dos beneficiários com os resultados alcançados, relaciona-se com a solução ou não do problema (SANTOS, 2012).

Conforme tipologia de avaliação estabelecida em função de objetivos avaliativos, pode-se avaliar uma política pública por meio de avaliação formativa e de avaliação somativa. Enquanto a avaliação formativa visa monitorar a política durante a fase de implementação, de modo a fornecer informações que garantam o seu sucesso; a avaliação somativa busca conhecer o impacto das políticas após sua implementação (SANTOS, 2012).

Segundo Jannuzzi (2012, p.20), “no campo aplicado das políticas públicas, os indicadores sociais são medidas usadas para permitir a operacionalização de um conceito abstrato ou demanda de interesse programático na área social”, ou seja, o uso dos indicadores fornece subsídios para o gestor lidar com questões sociais complexas, a exemplo do nível de violência causada por homicídios e a necessidade de formulação de políticas específicas.

Segue os usos dos indicadores sociais de acordo com a visão do mesmo autor.

Eles se prestam a subsidiar as atividades de planejamento público e a formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo, possibilitam o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população por parte do poder público e sociedade civil e permitem o aprofundamento da investigação acadêmica sobre a mudança social e sobre os determinantes dos diferentes fenômenos sociais (JANNUZZI, 2012, p. 20).

De acordo com Jannuzzi (2002, p. 56), há critérios para se escolher um indicador social em função de suas propriedades. Além da sua relevância para discussão da agenda da respectiva política, de sua validade em representar o conceito indicado e da confiabilidade dos dados usados na sua construção, o indicador deve:

- ter um grau de cobertura populacional adequado aos propósitos a que se presta;
- ser sensível a políticas públicas implementadas;
- ser específico a efeitos de programas setoriais;
- ser inteligível para os agentes e públicos-alvo das políticas;
- ser atualizável periodicamente, a custos razoáveis;
- gozar de certa historicidade para possibilitar comparações no tempo;
- ser amplamente desagregável em termos geográficos, sociodemográficos e socioeconômicos;

Os indicadores podem ser classificados, sobretudo para análise e formulação de políticas sociais, segundo sua diferenciação quanto à natureza do ente indicado: se recurso (indicador-insumo), realidade empírica (indicador-produto) ou processo (indicador-processo). Segue respectivas definições e exemplos desta classificação.

Os indicadores-insumo (*input indicators*) correspondem às medidas associadas à disponibilidade de recursos humanos, financeiros ou equipamentos alocados para um processo ou programa que afeta uma das dimensões da realidade social. Exemplos: o número de leitos hospitalares por mil habitantes, o número de professores por quantidade de estudantes. Os indicadores-produto (*outcome* ou *output indicators*) são aqueles mais propriamente vinculados às dimensões empíricas da realidade social, referidos às variáveis resultantes de processos sociais complexos, como a esperança de vida ao nascer, proporção de crianças fora da escola ou nível de pobreza. Os indicadores-processo ou fluxo (*throughput indicators*) são indicadores intermediários, que traduzem em medidas quantitativas o esforço operacional de alocação de recursos humanos, físicos ou financeiros (indicadores insumo) para obtenção de melhorias efetivas de bem-estar (indicadores-produto), como número de consultas pediátricas por mês, merendas escolares distribuídas diariamente por aluno ou, ainda, homens-hora dedicados a um programa social (JANNUZZI, 2002, p. 55).

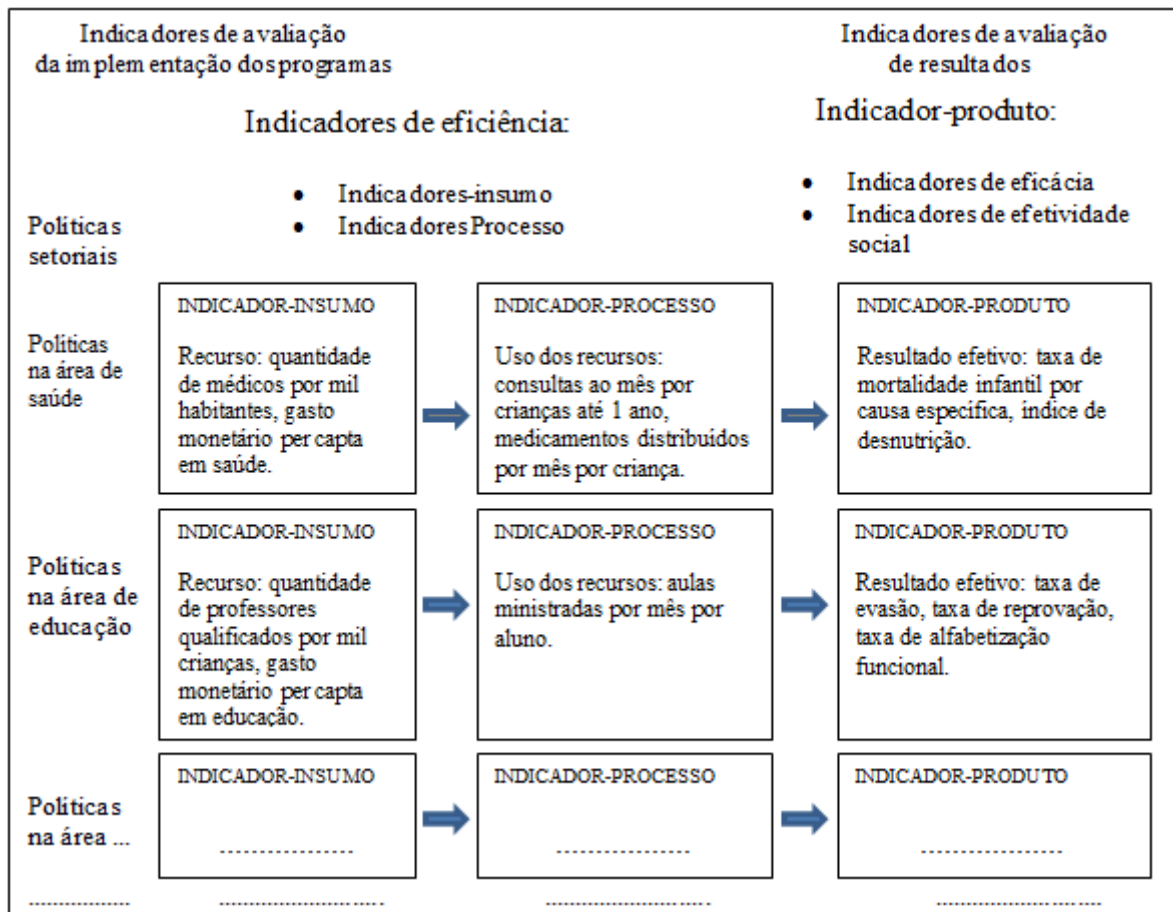
Na área de segurança pública, os indicadores-insumo representam os recursos que são usados para a intervenção na realidade social e pode-se citar como exemplos o número de policiais militares capacitados para função ostensiva ou estratégica, os repasses financeiros alocados no orçamento para execução na área de segurança, bem como equipamentos necessários à realização da atividade como viaturas, estrutura predial das unidades de policiamento, ou até mesmo um Sistema de Informações Gerenciais (SIG) de segurança pública.

Por sua vez, os indicadores-processo retratam o esforço operacional empreendido com o uso de todos os recursos disponíveis (humanos, financeiros ou equipamentos) para proporcionar melhorias que impactem na realidade social. Como exemplos deste importante indicador para a accountability da gestão da segurança pública citam-se os números de prisões em flagrante, armas ou apreendidas, inquéritos remetidos com autoria, mandado de prisão cumprido etc.

Já os indicadores-produto refletem as variáveis que resultam de processos complexos como a violência na sociedade, por exemplo, que poderia ser mensurada através de índices de homicídios, de estupros, de bullying etc. Tais indicadores retratam a situação da violência em um dado período no tempo tornando-se uma referência, em função dos resultados, para a retroalimentação do processo com a alocação de recursos e o gerenciamento de esforço

operacional a fim de impactar na realidade. O autor (2002) cita ainda um modelo de avaliação de políticas públicas através de indicadores sociais, conforme quadro a seguir.

Quadro 1 - Exemplo de modelo de avaliação de políticas públicas através de indicadores sociais



FONTE: Elaboração a partir de Jannuzi (2002).

A partir do levantamento bibliográfico da relação entre políticas públicas e indicadores sociais, fica evidenciada a importância de se analisar a questão da violência homicida de jovens através de indicadores que subsidiem a avaliação da gestão da segurança pública no estado da Bahia quanto ao alcance de metas estabelecidas no controle de homicídios. A seguir, descreve-se a política de contenção da violência no estado denominada Pacto pela Vida.

2.4.1 Política de contenção Pacto pela Vida

O lançamento do programa Pacto pela Vida (PPV), no estado da Bahia, foi reflexo da concepção de política de segurança pública disseminada pelo país, sobretudo após a implantação do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), no sentido da necessária conjugação de esforços entre as várias áreas estatais para a busca de redução dos índices de criminalidade.

O Pronasci, com as inovações introduzidas, representou um marco para as políticas públicas de segurança no Brasil. Além de impulsionar a compreensão de que a segurança pública é uma questão transversal, que demanda uma intervenção, de maneira integrada, de diversas áreas do poder público, ressaltou a importância das ações de prevenção e não apenas de repressão em resposta à questão segurança pública.

Este programa federal foi implementado pela união, através de articulação dos órgãos federais, em regime de cooperação com estados, Distrito Federal e municípios, além da participação da comunidade, por meio de mobilização social, programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira, em prol da melhoria da segurança pública. Em 2011, a filosofia integradora do Pronasci, incluindo seus princípios e diretrizes, deixou de ser restrita a um dos programas da União e passou a orientar toda a política nacional conduzida pelo governo federal.

Conforme Silva, Dias e Cordeiro (2012), através da divulgação realizada pela Secretaria de Comunicação Social da Bahia, em 2011, a elaboração do PPV se deu a partir da observação de experiências consideradas exitosas, como nos estados de Pernambuco (gestão), São Paulo (Departamento de Homicídios), Rio de Janeiro (Unidades de Polícia Pacificadora) e Ceará (Ronda no Quarteirão), além de Bogotá e Medellín, na Colômbia.

Adotando a essência do Pronasci, o PPV se propôs constituir-se uma nova política pública de segurança, construída de forma pactuada com a sociedade, articulada e integrada com o Poder Judiciário, a Assembleia Legislativa, o Ministério Público, a Defensoria Pública, os municípios e a União.

A fim de buscar respostas para a crise de segurança pública, foi lançado no Estado da Bahia, em 2011, o programa Pacto Pela Vida, criado pela Lei nº 12.357 de 26/09/2011 no âmbito do Sistema de Defesa Social (SDS), cujo objetivo principal é a promoção da paz social.

A liderança do PPV é feita diretamente pelo Governador da Bahia, que dirige esforços de treze Secretarias de Estado com o objetivo principal de reduzir os índices de violência,

com ênfase na diminuição dos Crimes Violentos Letais Intencionais – CVLIs e dos Crimes Violentos contra o Patrimônio – CVPs. O PPV possui, dentre suas características principais, novo modelo de gestão, com a criação de diversas instâncias que se relacionam:

- Um Comitê de Governança – integrado pelos dirigentes máximos dos Poderes e Instituições do Estado, responsável pela definição das diretrizes estratégicas e acompanhamento das ações;
- Um Comitê Executivo – presidido pelo Governador e integrado por representantes dos Poderes e Instituições do Estado, com a finalidade de promover a articulação entre os processos de formulação, implantação, monitoramento e avaliação de suas ações;
- Cinco Câmaras Setoriais para propor e definir diretrizes e políticas setoriais que contribuam para a redução das taxas de Crimes Violentos Letais Intencionais – CVLIs, na sua respectiva área de atuação;
- O Núcleo de Gestão, que é uma unidade de monitoramento e avaliação dos resultados do Programa.

Conforme a figura 3, o modelo de gestão contemplou nova distribuição territorial para fins de execução e monitoramento das ações do Programa com a criação de Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP), sendo estas compostas por Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP), dentro do território do Estado da Bahia, conforme conceitos a seguir.

As Áreas Integradas de Segurança Pública - AISP são agrupamentos de segmentos territoriais, formadas por municípios, distritos municipais ou bairros, consideradas para a definição de princípios, métodos e procedimentos nas ações de polícia judiciária, polícia ostensiva e perícia, com o objetivo de aumentar a eficiência policial, mediante a prestação de serviços de segurança pública com qualidade e custos adequados. Para efeito de gestão e controle administrativo de resultados dos indicadores de segurança pública, as AISP serão agrupadas em Regiões Integradas de Segurança Pública - RISP (BAHIA, 2012).

As AISP e RISP tratam dos recortes territoriais realizados pela gestão pública estadual para administrar a segurança no estado da Bahia. Conforme disposto na figura 3, há articulação entre diversas instancias setoriais em associação com uma estrutura de gestão territorial das áreas e regiões integradas de segurança pública de forma a subsidiar as análises de singularidades locais.

Figura 3 - Modelo de Gestão da Segurança Pública implantado pelo PPV



FONTE: Elaboração Própria a partir do Plano Estadual de Segurança Pública 2012-2015.

Com o propósito de agregar tais instâncias, bem como instituições afins em função de seus objetivos, o PPV conta com as seguintes câmaras setoriais, com suas composições e atribuições:

- 1 – Câmara de Segurança Pública: Composta por unidades da Secretaria de Segurança Pública, da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Departamento de Polícia Técnica. Coordenada pelo Secretário de Segurança Pública. Discute, formula, articula e monitora, de modo integrado, ações policiais estratégicas e operacionais, de prevenção e repressão, nas diversas RISPs e AISPs do Estado da Bahia.
- 2 – Câmara Setorial de Prevenção Social: Composta por diversas Secretarias e entidades do Estado, além de Universidade, Ministério Público e Defensoria Pública, contando com a parceria das Prefeituras para executar ações. Coordenada pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza –SEDES. Discute, formula, articula e acompanha ações sociais de prevenção dirigidas para o público vulnerável das áreas do entorno das Bases Comunitárias de Segurança e dos municípios considerados prioritários para o Pacto Pela Vida.
- 3 – Câmara Setorial de Articulação dos Poderes: Composta por Secretarias de Estado, Assembleia Legislativa, Tribunal de Justiça, Ministério Público e Defensoria Pública. Discute, articula e acompanha ações conjuntas dos Poderes e Órgãos Essenciais à Justiça para solucionar os entraves dos processos de CVLI, desde o inquérito policial até a sentença.
- 4 – Câmara Setorial de Enfrentamento ao Crack: Composta por diversas Secretarias de Estado, Ministério Público e Defensoria Pública. Coordenada pelo Secretário de

Justiça, Cidadania e Direitos Humanos –SJCDH. Discute, formula, articula e acompanha projetos para o tratamento da dependência em drogas, ressocialização e reinserção no mercado de trabalho dos dependentes de substâncias psicoativas, de modo articulado com a União e com municípios do Estado da Bahia.

5 – Câmara Setorial de Administração Prisional: Composta por Secretarias de Estado, Tribunal de Justiça, Ministério Público e Defensoria Pública, em articulação com a União e municípios. Coordenada pela Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização –SEAP. Formula, articula e acompanha ações de melhoria no sistema prisional, de criação de novas vagas de ressocialização em unidades prisionais e de adoção de penas alternativas à prisão (PACTO PELA VIDA, 2011, p. 2).

A conexão entre as Câmaras Setoriais, a gestão e a sociedade é fundamental para o êxito do modelo de segurança pública, uma vez que tais instâncias executam papéis chave na melhoria do desempenho do aparato estatal no combate ao crime. Em janeiro de 2012, o Decreto 13.561 do Governo do Estado da Bahia estabeleceu que:

as unidades administrativas e operacionais da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Departamento de Polícia Técnica do Estado da Bahia atuarão de forma integrada, dentro de limites territoriais denominados Regiões Integradas de Segurança Pública - RISP e Áreas Integradas de Segurança Pública – AISP (BAHIA, 2012).

Esta integração é um diferencial estratégico para o alcance de resultados nos processos internos da força de trabalho da segurança pública. Considerando que programas e projetos na área da segurança pública trabalham com metas para a redução dos índices de criminalidade, esta dissertação analisou a evolução dos indicadores de homicídios de jovens em grupos de municípios prioritários ou não para o PPV na Bahia a fim de identificar a existência de impacto em tais indicadores no período de execução das atividades do programa (Plano Estratégico da Segurança pública no Estado da Bahia - 2012 a 2015).

Ademais, analisou-se a relação entre variáveis como a taxa de homicídios de jovens e indicadores socioeconômicos e demográficos na busca por associação de tais variáveis com os homicídios de jovens. A partir do levantamento dos conceitos que fundamentam este estudo, a próxima seção tratará do desenho metodológico que orientou esta pesquisa.

3 METODOLOGIA

Esta seção descreve o percurso metodológico no qual a pesquisa baseou-se para alcançar os objetivos propostos. A seguir são apresentados a caracterização, o contexto e sujeitos da pesquisa, técnicas de coleta e análise dos dados, além da estratégia empírica adotada para avaliação de impacto do programa governamental Pacto pela Vida no estado da Bahia.

3.1 Caracterização da Pesquisa

O presente estudo se propôs a diagnosticar a ocorrência de violência contra jovens no estado da Bahia e as políticas que estão sendo implementadas no combate a este tipo de violência. Os objetivos específicos foram: averiguar dados históricos sobre a criminalidade contra jovens no estado da Bahia; montar o perfil dos óbitos de jovens por agressão intencional ocorridos na Bahia entre os anos de 2005 e 2015; avaliar o impacto das políticas de contenção da violência contra jovens do estado na frequência dos homicídios contra jovens baianos.

A presente pesquisa caracteriza-se como **documental**, uma vez que recorre a fontes diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, como tabelas estatísticas e dados secundários, coletados através de banco de dados oficiais.

Quanto aos procedimentos empregados, a pesquisa é **bibliográfica**, pois tem base em referenciais teóricos publicados em documentos. Será utilizado material impresso, como periódicos científicos, teses e dissertações, leis, livros e outros materiais bibliográficos que tratam do assunto em estudo.

Quanto ao método e a forma de abordar o problema, a pesquisa é ainda **quantitativa**, pois faz uso de instrumentos estatísticos tanto na coleta como no tratamento dos dados, além de buscar medir relações entre variáveis (Richardson et al., 2007).

Quanto aos objetivos, a presente pesquisa caracteriza-se como **descritiva**, pois procurou descobrir relações entre variáveis com coleta de dados. Considera-se que o critério descritivo é aplicável ao presente estudo porque o mesmo teve o propósito de montar o perfil dos óbitos de jovens por agressão intencional ocorridos no estado da Bahia com base em dados estatísticos que permitem a relação entre variáveis, bem como a inferência de resultados.

Dessa forma, na presente pesquisa foi realizado um levantamento e análise de dados referentes aos óbitos de jovens por agressão ocorridos no estado da Bahia entre os anos de 2005 e 2015 através de informações coletadas em banco de dados oficial, o Sistema de Informações de Mortalidade (SIM/DATASUS), com o objetivo de demonstrar o perfil das jovens vítimas de homicídio intencional no estado da Bahia.

Assim, a presente pesquisa pode ser caracterizada como sendo uma **pesquisa documental**, com procedimento **bibliográfico**, com abordagem **quantitativa** e do tipo **descritiva**.

3.2 Contexto e Sujeitos da Pesquisa

A Bahia, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), possui 417 municípios e uma população estimada para o ano de 2017 de 15.344.447 habitantes, sendo aproximadamente 3.940.504 jovens, o que corresponde a 25,68% da população do estado (IBGE, 2017). Diante do aumento da violência contra jovens, este estudo teve como objeto diagnosticar a ocorrência dessa espécie de violência no estado da Bahia através dos óbitos de jovens por agressão, traçar o perfil das vítimas e relacionar com as políticas institucionais de enfrentamento a esse tipo de violência.

Nesse contexto, a amostra utilizada para coleta dos dados quantitativos foi composta pelas ocorrências de jovens que vieram a óbito por agressão, ocorridas no estado da Bahia, entre os anos de 2005 e 2015, registrados no SIM/DATASUS.

3.3 Técnica de Coleta e Análise de Dados

A princípio, a coleta de dados foi realizada através de levantamento em banco de dados oficial, o SIM/DATASUS, através da coleta dos casos de mortes de jovens na Bahia, por agressão, entre os anos de 2005 e 2015, a partir dos quais foram elaborados tabelas e gráficos. A escolha desse banco de dados se deu devido ao mesmo apresentar uniformidade e padronização estadual a nível nacional, além de possuir maior confiabilidade, coesão e sistematização, que traduz de forma mais próxima a realidade das mortes por agressão/homicídios no Brasil, conforme destacado por Nóbrega Júnior (2010). O SIM/DATASUS foi criado com a finalidade de regular os dados sobre mortalidade no Brasil, produzindo dados estatísticos de mortalidade e possibilitando análises de situação, planejamento e avaliação de ações e programas correlacionados.

Usualmente utiliza-se a Declaração de Óbito como fonte de dados para estudar os homicídios apesar de a mesma não conter dados sobre as circunstâncias do evento e outras características dessas mortes, elementos a serem suplementados com outras fontes como laudos de necropsia e boletins de ocorrência policial para uma integração de dados que poderia subsidiar políticas públicas de contenção (GAWRYSZEWSKI V. P., et al., 2005).

O SIM/DATASUS, principal banco de dados utilizado na pesquisa, possui como fonte de dados as declarações de óbito, preenchidas por médicos e coletadas através de cartórios, o que faz com que os dados sejam processados de forma homogênea em todo território nacional por agentes treinados. A causa de óbito é cadastrada conforme Classificação Internacional de Doenças 10ª revisão (CID 10) desde 1996, conforme parâmetros da Organização Mundial de Saúde (OMS).

Foram considerados neste estudo os registros de agressão intencional que levaram à morte da vítima, os quais são discriminados sob as rubricas X85 a Y09: X85 Agressão meio drogas, medicamentos e substâncias biológicas; X86 Agressão por meio de substâncias corrosivas; X87 Agressão por pesticidas; X88 Agressão por meio de gases e vapores; X89 Agressão outros produtos químicos e substâncias nocivas especificados; X90 Agressão produtos químicos e substâncias nocivas não especificadas (NE); X91 Agressão enforcamento, estrangulamento e sufocação; X92 Agressão por meio de afogamento e submersão; X93 Agressão disparo de arma de fogo de mão; X94 Agressão disparo arma fogo de maior calibre; X95 Agressão disparo outra arma de fogo ou NE; X96 Agressão por meio de material explosivo; X97 Agressão por meio de fumaça fogo e chamas; X98 Agressão vapor água gases ou objetos quentes; X99 Agressão objeto cortante ou penetrante; Y00 Agressão p/meio de um objeto contundente; Y01 Agressão por meio de projeção de um lugar elevado; Y02 Agressão projeção ou colocação da vítima diante de objeto em movimento; Y03 Agressão por meio de impacto de um veículo a motor; Y04 Agressão por meio de força corporal; Y05 Agressão sexual por meio de força física; Y06 Negligencia e abandono; Y07 Outros síndromes de maus tratos; Y08 Agressão por outros meios especificados; Y09 Agressão por meios NE.

A despeito de, conforme destacado por Nóbrega Júnior (2010), inexistir uniformidade nos bancos de dados das secretarias estaduais de segurança pública e haver certa restrição a pesquisadores e cidadãos comuns quanto ao acesso aos dados, foram buscados alguns dados disponibilizados no portal da Secretaria da Segurança Pública do estado da Bahia (SSP/BA), assim como nos portais do IBGE, SEI e do IPEADATA. No caso da política pública de

enfrentamento à violência contra jovens, foi realizada pesquisa em sites, documentos oficiais e acadêmicos acerca da política Pacto pela Vida, proposta e executada pelo estado da Bahia.

É importante ressaltar, quanto às séries históricas, que os diversos portais apresentaram restrições quanto à disponibilidade de dados para determinados períodos, fato que justificou a utilização de períodos diversos daquele escolhido para a pesquisa (2005 a 2015). A análise da relação entre a taxa de homicídios de jovens com outras variáveis, por exemplo, só foi possível quando havia disponibilidade de dados nos portais para todas as variáveis e, simultaneamente, para os mesmos períodos de tempo.

A tabulação dos dados quantitativos foi realizada de forma eletrônica, através de planilhas do programa *Excel*. Utilizou-se também a estatística descritiva, chamada de análise exploratória, para organizar, apresentar e sintetizar os dados, com elaboração de gráficos e tabelas para dar suporte à análise e interpretação. O instrumento de análise de dados foi a estatística descritiva para os dados quantitativos. A forma priorizada de exibição da estatística descritiva foi o uso de gráficos de linha, coluna e setoriais com o intuito de acompanhar as mudanças nas variáveis ao longo do tempo para o mesmo caso.

Na estatística inferencial, por outro lado, buscou-se explicar as mudanças em uma variável recorrendo às mudanças em outras variáveis, ou seja, utilizou-se estatística inferencial para identificar a possível influência de determinadas variáveis sobre a taxa de homicídios de jovens ao longo de um período no tempo, controlando a influência de cada variável pela influência das demais. Para uma exposição minuciosa dos aspectos relacionados à técnica estatística inferencial, ver, por exemplo, Fávero e Belfiore (2017).

Por se tratar de uma análise que envolve dimensões de corte transversal e série temporal, a metodologia empregada foi a análise de dados em painel. Ao trabalhar tanto com a técnica corte transversal como série temporal, possibilita o enriquecimento da análise empírica da pesquisa, conferindo maior robustez que a utilização de uma dessas técnicas individualmente.

Quanto à classificação, identificou-se como painel curto (quantidade de indivíduos superior à quantidade de períodos), uma vez que a amostra contemplou 100 municípios e o período foi de 5 anos. Destaca-se a utilização do painel balanceado, no qual todos os indivíduos da amostra apresentam dados em todos os anos pesquisados, ou seja, os municípios que compõem a amostra da presente pesquisa possuem dados de todas as variáveis no período de 2010 a 2014.

Restringiu-se a análise a esse período devido ao problema da indisponibilidade de dados completos para grandes períodos de tempo. Algumas variáveis, como o Índice de

Economia e Finanças e o Índice do Nível de Educação, estavam disponíveis apenas para os anos 2010 a 2014. Com base nesse período escolhido para a análise dos dados municipais foi aplicada uma regressão em painel para uma amostra de 100 municípios mais populosos do estado da Bahia.

Esse critério de exclusão de municípios se justifica sobretudo pela ocorrência de incidentes esporádicos em municípios com população pequena, onde normalmente por anos não ocorrem homicídios, possibilitando que uma excepcionalidade ocasione altas taxas de homicídios nesses municípios. Apesar desse recorte populacional, ainda foi adotada a taxa bayesiana de Clayton e Kaldor que, conforme Carvalho et al (2011), permite obter estimativas mais apuradas a fim de suavizar os impactos de eventos esporádicos sobre os municípios da amostra. Os testes estatísticos e a análise da regressão com dados em painel foram realizados com auxílio dos softwares *Eviews 10 student lite* e *Stata 15*, versões de licença para testes.

3.3.1 Variáveis do modelo de regressão com dados em painel

Variável dependente

- Taxa de mortalidade por homicídios de jovens por 100 mil jovens (LNTHJG). A fim de corrigir problemas de escala existente nos dados, foi utilizado o logaritmo natural das variáveis em estudo.

Variáveis independentes

- Índice de Economia e Finanças (LNIEF): permite avaliar a performance municipal em relação ao alcance do nível médio dos municípios brasileiros na dinâmica do mercado de trabalho (emprego e renda) e na dinâmica econômica e financeira (SEI, 2016);
- Índice do Nível de Educação (LNINE): permite avaliar a performance municipal em relação ao alcance de metas na oferta do ensino pré-escolar e fundamental, inclusive quanto à qualidade com que esses serviços foram ofertados (SEI, 2016);
- Densidade Demográfica (LNDensidade): considera-se a população total do município dividida pela área territorial do município em quilômetros quadrados (IBGE, 2018);
- Proporção de Jovens de 15-29 anos (LNPROP1529): razão entre a população de jovens e a população total no município (SIM/DATASUS, 2018).

Conforme nota técnica da SEI (2016), os indicadores municipais desta fonte aqui citados compatibilizam variáveis que mensuram a capacidade do município em ofertar serviços básicos, bem como a qualidade com que tais serviços foram ofertados. Além disso, ressalta que o método de cálculo dos indicadores propicia a realização de um minucioso diagnóstico do desempenho socioeconômico de cada município por parte dos gestores públicos.

De acordo com nota técnica do SIM/DATASUS (2019), as estimativas de população são obtidas a partir de metodologias com uso de modelos regressão, além de compatibilização das bases territoriais municipais com base nos dados dos censos demográficos de 2000 e 2010, considerando ainda alterações nos limites municipais nos ajustes das projeções.

Segundo nota técnica do IPEADATA (2019), o indicador coeficiente de Gini mede o grau de desigualdade na distribuição da renda domiciliar per capita entre os indivíduos. Seu valor pode variar teoricamente desde 0, quando não há desigualdade (as rendas de todos os indivíduos têm o mesmo valor), até 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula).

Análise estatística

Inicialmente foram realizadas análises descritivas das variáveis (média, desvio padrão, mediana, mínimo, máximo) do estudo e, em seguida, a matriz de correlação entre as variáveis, analisada a partir do coeficiente de correlação de Pearson.

A análise baseada no modelo de dados em painel foi aplicada aos 100 municípios mais populosos do estado da Bahia, os quais totalizaram 20.943 óbitos por local de residência no período entre 2010 e 2014, o que representa 80,15% dos óbitos no estado no mesmo período.

Fávero e Belfiore (2017) descrevem três modelos que são mais comuns na análise de dados em painel, a) *Pooled Independent* (POLS); b) efeitos fixos; e c) efeitos aleatórios. O modelo POLS caracteriza-se por considerar a base de dados como uma grande *cross-section* que, por meio do método dos mínimos quadrados ordinários, estima os parâmetros do modelo proposto. Neste modelo, os dados são empilhados, aglomerando séries temporais e cortes transversais sem controlar possíveis variações do indivíduo ou do tempo.

Já no modelo de regressão para dados em painel com efeitos fixos leva-se em consideração a existência de características individuais nos dados (heterogeneidade entre indivíduos), possibilitando a captação de diferenças que não variam com o tempo, mas diferem nos interceptos entre indivíduos.

Por fim, no modelo de regressão para dados em painel com efeitos aleatórios considera-se que o intercepto de cada indivíduo é aleatório, não se correlacionando com os regressores. Diante disso, deve-se verificar qual modelo é o mais adequado, e para tanto, os seguintes testes citados por Fávero e Belfiore (2017) foram realizados:

i) **Teste de Chow:** utilizado para a escolha entre os modelos de POLS e Efeitos Fixos.

Testa-se as seguintes hipóteses:

- H0: os interceptos são iguais para todas as *cross-sections* (POLS).
- H1: os interceptos são diferentes para todas as *cross-sections* (efeitos fixos).

ii) **Teste LM (Lagrange multiplier) de Breusch-Pagan:** avalia a adequação do modelo de Efeitos Aleatórios com base na análise dos resíduos do modelo estimado por mínimos quadrados ordinários (POLS). Com isso, têm-se as seguintes hipóteses para serem testadas:

- H0: a variância dos resíduos que refletem diferenças individuais é zero (POLS).
- H1: a variância dos resíduos que refletem diferenças individuais é diferente de zero (efeitos aleatórios).

iii) **Teste de Hausman:** oferece ao pesquisador a possibilidade de escolher entre Efeitos Fixos e Efeitos Aleatórios.

- H0: modelo de correção dos erros é adequado (efeitos aleatórios).
- H1: modelo de correção dos erros não é adequado (efeitos fixos).

3.4 Estratégia Empírica para Avaliação de Impacto do Programa Governamental Pacto pela Vida na Bahia

A estratégia empírica adotada por esta pesquisa para identificar a existência de possível impacto do programa governamental Pacto pela Vida sobre a criminalidade violenta nos municípios baianos priorizados pela intervenção do governo do estado em função dos índices de Crimes Violentos Letais Intencionais registrados consistiu na aplicação de uma análise longitudinal. Também conhecida como análise diacrônica, este tipo de análise permite acompanhar resultados e impactos ao longo do tempo, reduzir o risco de viés em comparação

com análises tipo *cross section*, bem como utilizar-se de registros administrativos ou dados secundários para sua realização.

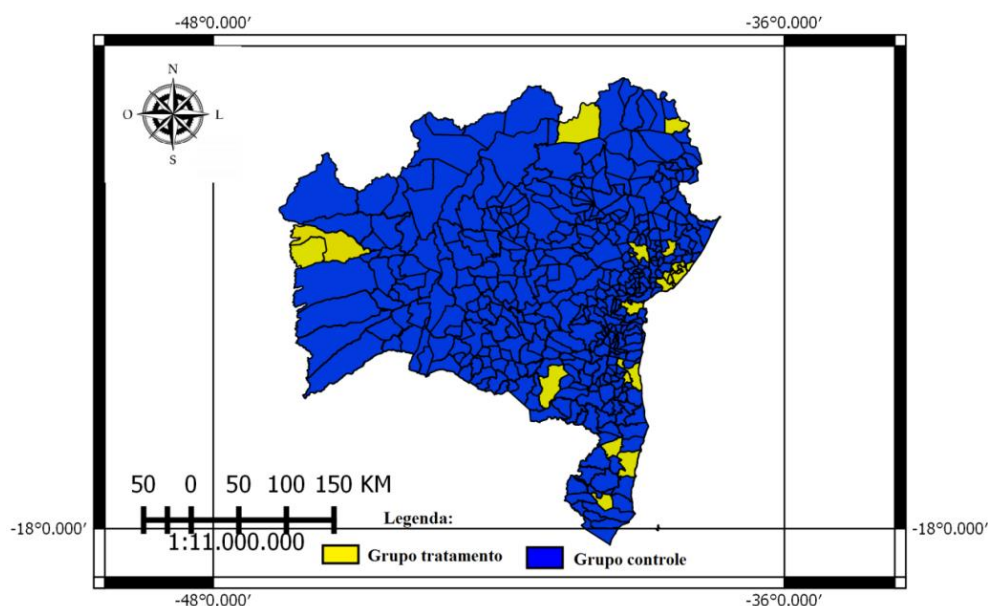
A avaliação de programas na área de segurança deve contar com algum grupo de comparação para poder estimar o impacto, mesmo que não seja exatamente um grupo de controle escolhido de forma aleatória. A evolução dos indicadores no conjunto do território deve necessariamente ser considerada na avaliação de impacto local do programa. Caso exista uma tendência geral no estado ao aumento dos homicídios, por exemplo, um resultado positivo nas áreas dos municípios priorizados pelo programa deve revelar uma redução nessas áreas superior à obtida para o resto do estado. De forma geral, Souza (2015) ressalta que o impacto deve ser estimado através de vários tipos de comparações:

- a) comparação dos indicadores nas áreas objeto de intervenção nos momentos anteriores e posteriores a ela;
- b) comparação dos indicadores posteriores à intervenção com a projeção estimada a partir dos valores anteriores, considerando a sua tendência, ou seja, se existia uma tendência ao aumento previamente ao programa, por exemplo, o resultado posterior deve ser contrastado com o valor estimado para esse mesmo momento a partir da tendência preexistente;
- c) comparação dos indicadores anteriores e posteriores com os de outras áreas onde o programa não foi aplicado.

O grupo de tratamento refere-se aos 20 municípios⁵ considerados no Plano Estratégico do Estado da Bahia para a Segurança Pública do período 2012 - 2015 como prioritários para as ações do programa. Por sua vez, o grupo de controle foi definido como os demais municípios baianos que não foram contemplados como prioritários para o programa, totalizando 397 municípios. Os grupos de tratamento e de controle totalizam 100% do total dos municípios do estado da Bahia, e podem ser visualizados na figura 4.

⁵ Os municípios considerados prioritários, conforme Plano Estadual de Segurança Pública 2012 – 2015, foram: Alagoinhas, Barreiras, Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Eunápolis, Feira de Santana, Ilhéus, Itabuna, Juazeiro, Lauro de Freitas, Luiz Eduardo Magalhães, Mata de São João, Paulo Afonso, Porto Seguro, Salvador, Simões Filho, Teixeira de Freitas, Valença e Vitória da Conquista.

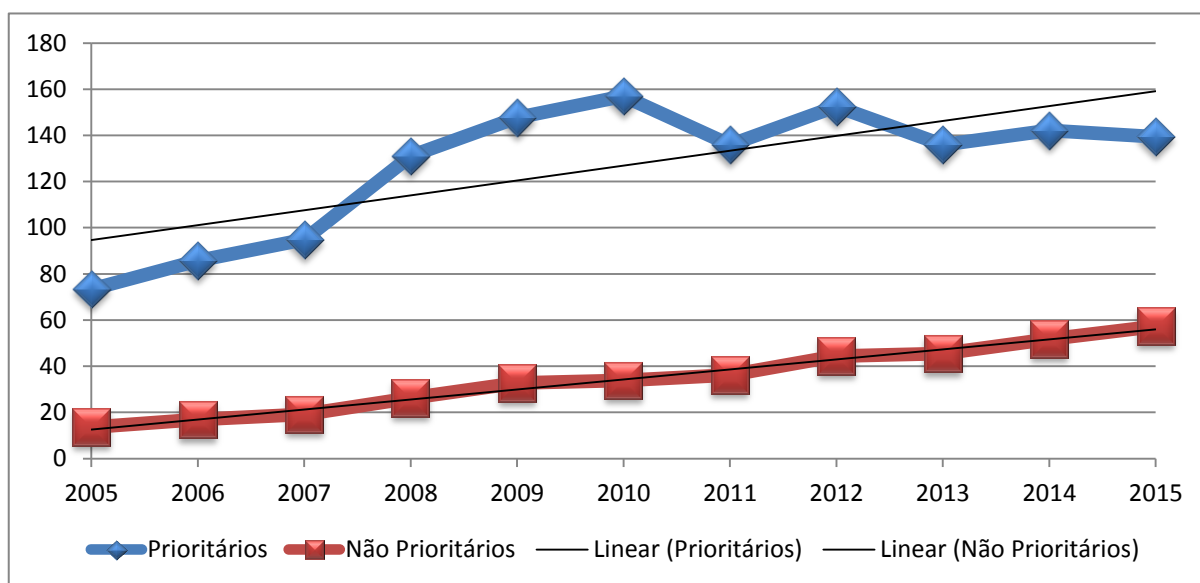
Figura 4 – Grupos de tratamento e de controle para comparação das taxas de homicídios de jovens baianos



FONTE: Elaboração Própria, 2019.

O grupo de controle pode ser considerado um bom contrafactual, considerando que as taxas de homicídios por cem mil habitantes dos grupos de tratamento e de controle exibem uma trajetória paralela crescente no início do período de análise, de acordo com o que se observa por meio do gráfico 3. Após a implementação do Pacto pela Vida, pode-se observar que o grupo de tratamento passa a exibir uma queda nas taxas de homicídios, enquanto o grupo controle mantém a trajetória das taxas de crimes letais relativamente estável. Esses registros indicam haver tendência paralela nas taxas de homicídios por cem mil habitantes entre os grupos em estudo como requer uma avaliação de tratamento.

Gráfico 3 - Tendência das taxas de homicídios por cem mil jovens dos grupos de tratamento e de controle, 2005 a 2015.



FONTE: Elaboração própria a partir de dados do SIM/DATASUS, 2019.

Ademais, foram implementados diversos programas de segurança pública em vários estados brasileiros no período de 2000 a 2010, tornando inviável a comparação com os municípios dos demais estados por redundar em grupos heterogêneos. Ao considerar tais municípios como grupo de controle, poderia causar viés à estimativa do impacto por influência da existência de outros programas de segurança pública a subidentificar ou mesmo sobreidentificar o impacto proporcionado pelo Pacto pela Vida.

Além disso, ao considerar os municípios do estado da Bahia como área de estudo, em detrimento da comparação com municípios de outros estados, garante-se que, caso existam alterações nas leis estaduais, todos os municípios baianos serão impactados de maneira homogênea por serem regidos pelas mesmas leis estaduais.

Além da definição dos grupos de tratamento e de controle, outra questão importante é a delimitação do período de tempo a ser avaliado. Como período anterior à implementação do programa Pacto pela Vida analisa-se o período 2005 a 2010 e como período de atividades da intervenção governamental na realidade considera-se o os anos entre 2011 e 2015.

Os números de óbitos são contabilizados a partir da Classificação Internacional de Doenças (CID-10) como eventos que envolvem agressões e óbitos provocados por intervenção legal (códigos X85-Y09 e Y35-Y36).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção são apresentadas as dinâmicas dos óbitos de jovens por agressão no estado da Bahia, inclusive com dados para Brasil e região Nordeste, além do perfil das vítimas e das agressões, a produtividade das ações policiais da política pública Pacto Pela Vida, e ainda a validação das hipóteses levantadas na pesquisa.

4.1 Dinâmica dos Óbitos de Jovens por Agressão no Estado da Bahia (2005 A 2015)

Neste capítulo serão apontados os níveis e tendências dos óbitos de jovens por agressão no Brasil, no Nordeste e na Bahia, entre os anos de 2005 e 2015. Em seguida, com foco no estado da Bahia, serão apresentadas análises segundo faixa etária, cor da pele, grau de escolaridade, estado civil, local onde ocorreu o óbito e objeto utilizado na agressão,. Foram utilizados, como fonte de pesquisa, os dados obtidos no SIM/DATASUS.

4.1.1 Brasil, Nordeste e Bahia

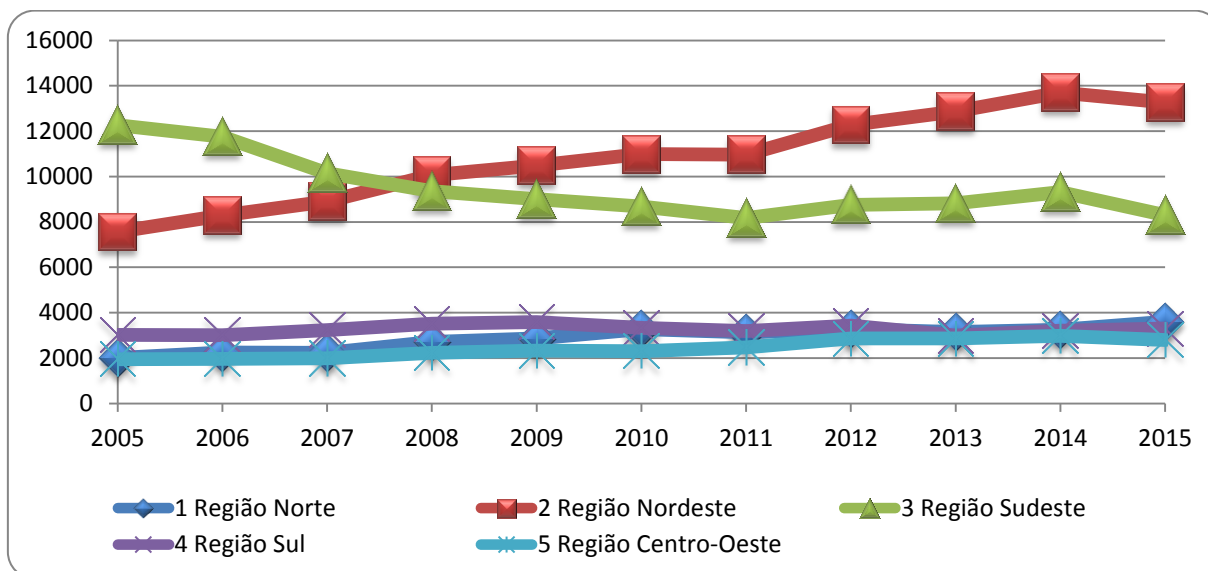
A violência contra jovens no país é um fenômeno que já vem sendo denunciado ao longo das últimas décadas, mas que continua sem a devida resposta em termos de políticas públicas que enfrentem de fato o problema (CERQUEIRA, 2018). De todas as mortes por agressão ocorridas no Brasil entre 2005 e 2015, aproximadamente 54,05% são de jovens, o que corresponde a um total de 318.170 jovens que vieram a óbito por agressão intencional no país. Em 2005, foram 26.793 homicídios de jovens. No ano de 2015, foram 31.264 mortes, que representam uma média de 86 homicídios de jovens diariamente. Em 2016, dados recentemente disponibilizados revelam crescimento em relação a 2015, com o registro de 33.590 jovens assassinados.

No gráfico 4, ao observar a quantidade de casos nos anos de 2005 e 2015, é possível perceber que todas as regiões do Brasil apresentaram aumento, com exceção da região Sudeste, onde ocorreu uma diminuição do número absoluto, que passou de 12.261 casos em 2005 para 8.302 em 2015.

Na região Nordeste do Brasil, ocorreu um crescimento contínuo do número de óbitos de jovens, com tênue redução nos anos de 2011 e 2015, porém seguidas por aumento nos anos seguintes. No ano de 2015, foram registrados 13.269 casos, o que demonstra que em comparação com o ano de 2005, quando ocorreram 7.566 casos, houve um aumento de

aproximadamente 75%, ou seja, quase dobrou o número de óbitos de jovens por agressão na região Nordeste do Brasil no período.

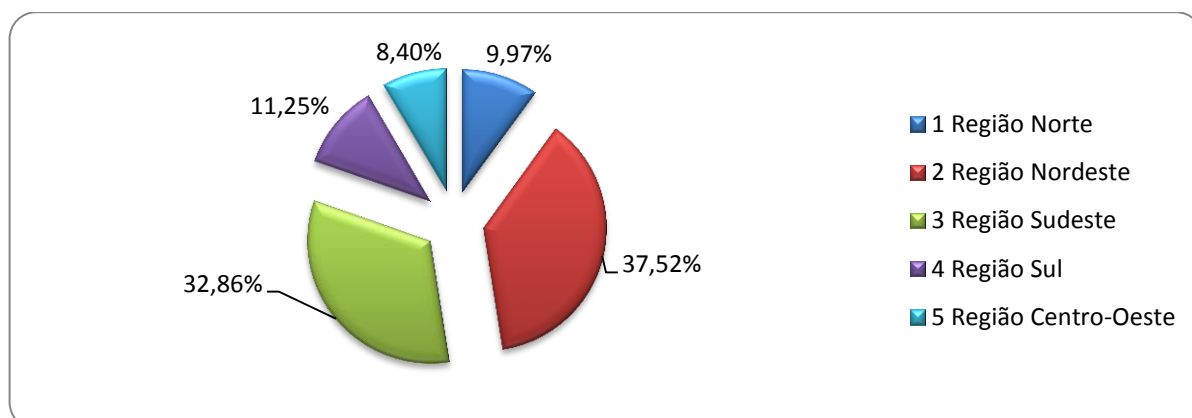
Gráfico 4 - Mortes de jovens por agressão por região do Brasil. 2005 – 2015



FONTE: Elaboração própria a partir de dados do SIM/DATASUS, 2019.

Em todo período analisado, dos 318.170 assassinatos de jovens que ocorreram no Brasil, 119.365 aconteceram na região Nordeste, o que corresponde a aproximadamente 37,52% do total no país. Em números absolutos, o Nordeste supera a região Sudeste, que detém 32,86% dos casos no período estudado, como se vê no gráfico 5. Assim, a região Nordeste apresenta aumento expressivo do número de casos e é a região do país onde mais se concentram essas mortes.

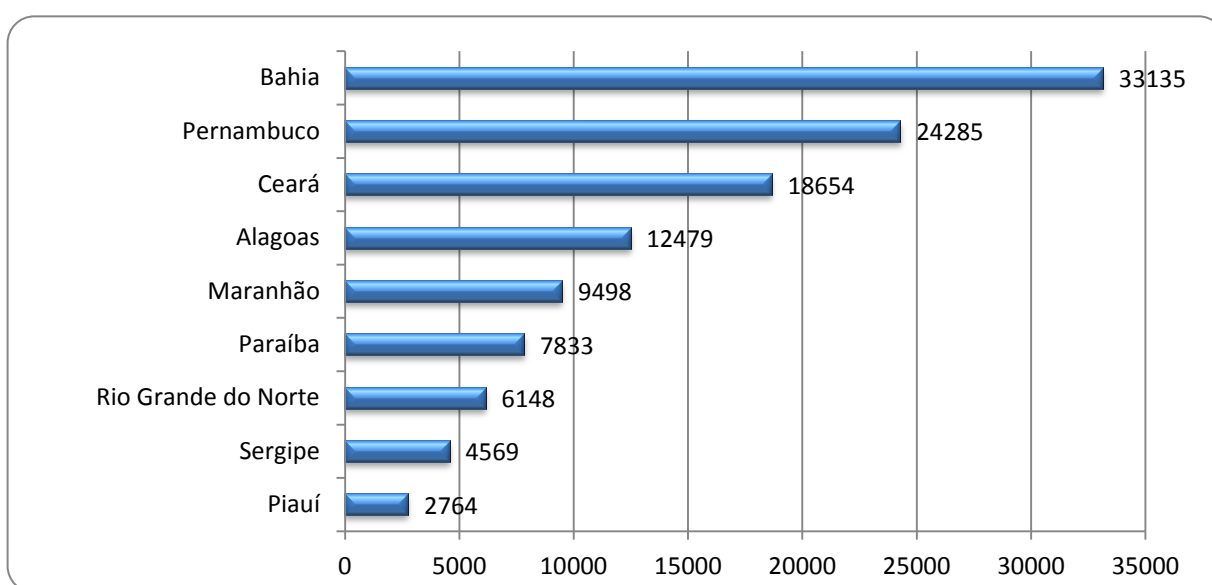
Gráfico 5 - Mortes de jovens por agressão, proporção por região do Brasil 2005 - 2015



FONTE: Elaboração própria a partir de dados do SIM/DATASUS, 2019.

Ao averiguar os dados históricos sobre a criminalidade contra jovens no estado da Bahia, percebe-se que dentre o número de casos ocorridos nos estados nordestinos, ou seja, dentre os 119.365 ocorridos, 33.135 foram no estado da Bahia, ou seja, 27,7% do total dos casos do Nordeste. O estado ocupa a 1ª posição no ranking dos estados nordestinos, conforme pode ser observado no gráfico 6. Os estados que apresentaram maior número de homicídios, além da Bahia, foram Pernambuco, com 24.285 casos, Ceará, com 18.654 casos e Alagoas, com 12.479 homicídios de jovens.

Gráfico 6 - Federativas (UF) nordestinas entre 2005 e 2015



FONTE: Elaboração própria a partir de dados do SIM/DATASUS, 2019.

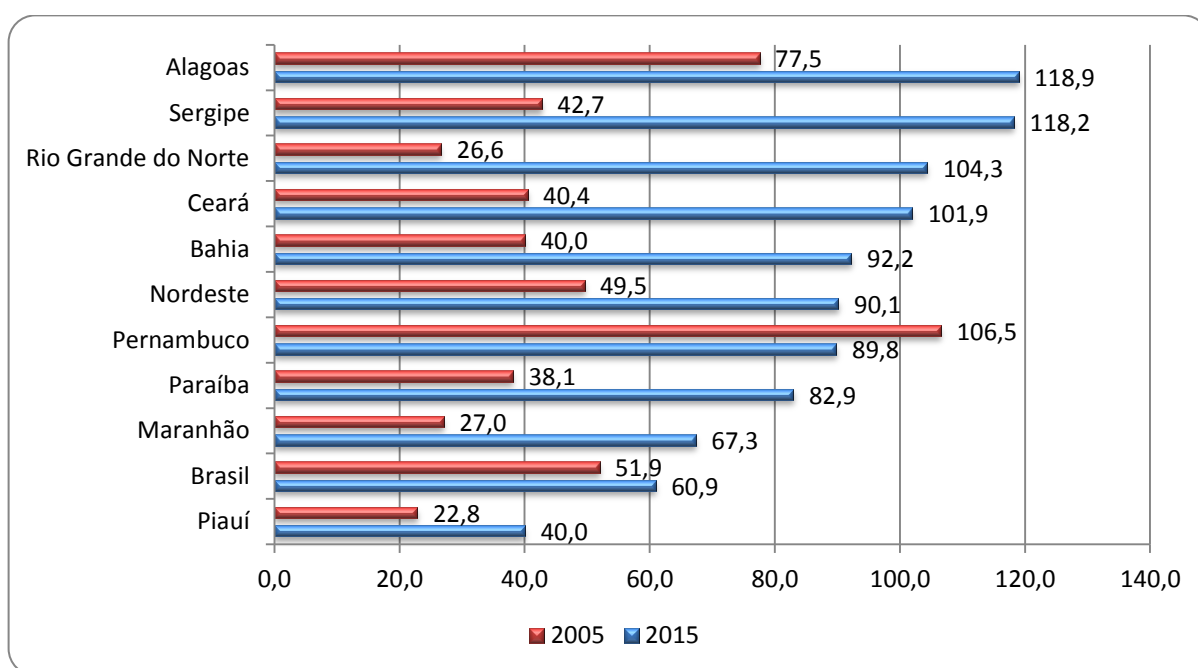
No entanto, é interessante notar que, conforme apresentado no gráfico 7, ao levar em consideração a taxa de homicídio por 100.000 jovens, ou seja, ao relacionar o número de óbitos por agressão com o tamanho da população de jovens nos estados, no ano de 2015 percebe-se que o Nordeste possui uma taxa de 90,1 (por 100.000 jovens), ou seja, bem maior que a média brasileira, que é 60,9. A Bahia apresenta taxa de 92,2, maior que a taxa nordestina e bem acima da taxa brasileira.

Dentre os nove estados nordestinos, em 2015 a Bahia está na 5ª colocação, atrás de estados como Alagoas (118,9), Sergipe (118,2), Rio Grande do Norte (104,3) e Ceará (101,9). Nesta mesma posição a Bahia encontrava-se em 2005 em relação aos demais estados nordestinos, com uma taxa de 40 homicídios (por 100 mil) de jovens. No Nordeste, apenas o estado do Piauí (40,0) apresenta taxa menor que a do Brasil (60,9) em 2015. Com relação à

taxa do Nordeste, além da Bahia, Alagoas, Sergipe, Rio grande do Norte e Ceará possuem taxa superior à da referida região em 2015.

Além disso, de acordo com o Atlas da Violência (CERQUEIRA, 2017), a Bahia foi o sexto estado do Brasil com maior variação na taxa de homicídios de jovens entre os anos de 2005 e 2015, com uma variação de 130,7%, ficando atrás no ranking nacional apenas de Maranhão (148,9%), Ceará (152,3%), Tocantins (158,8%), Sergipe (177,0%) e Rio Grande do Norte (292,3%).

Gráfico 7 - Taxas de homicídio (por 100 mil), na população jovem por UF do Nordeste. Brasil. 2005/2015

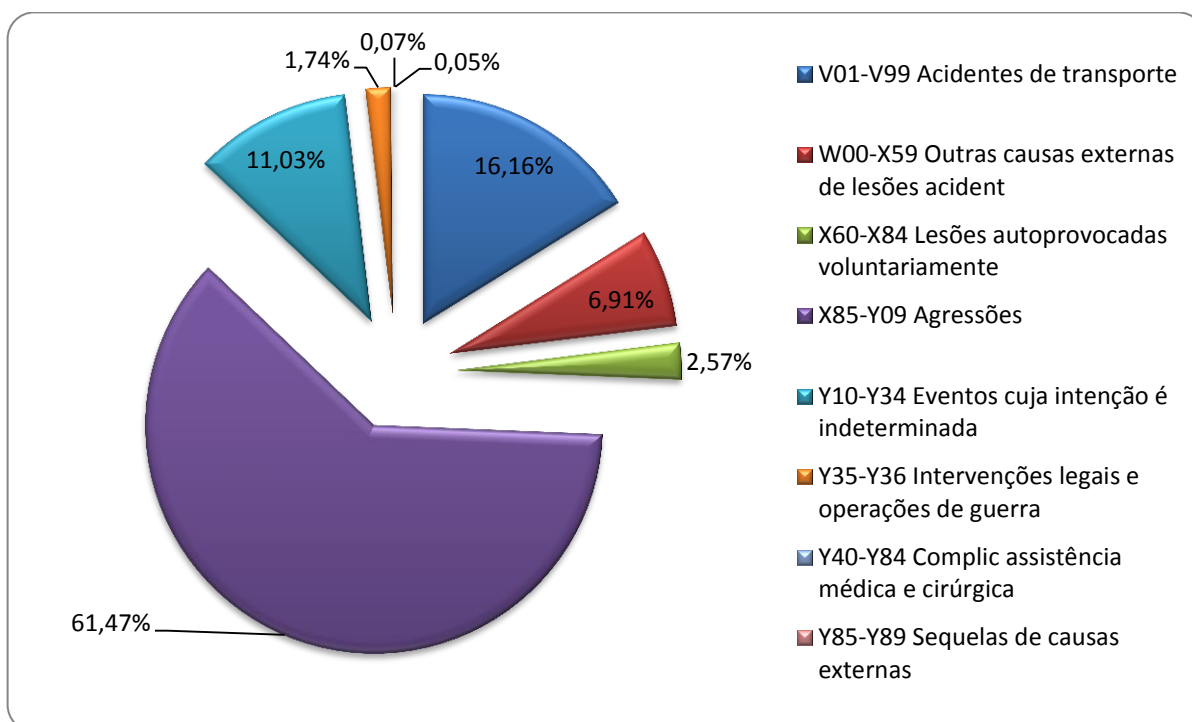


FONTE: Elaboração própria a partir de dados do SIM/DATASUS, 2019.

Comparando as taxas no ano de 2005 e 2015, há um evidente crescimento em quase todos os estados do Nordeste, porém apenas o estado de Pernambuco, que obtinha alta taxa em 2005, apresentou diminuição. A Bahia, porém, que apresentava taxa de 40,0 a cada 100 mil em 2005, passou para 92,2 em 2015, o que configura o aumento de 130,7% na taxa de morte de jovens por agressão.

É importante reiterar, conforme ressaltado no arcabouço teórico, que a morte por agressão é apenas uma das categorias de óbito por causas externas que consta no CID 10, as quais incluem intervenção legal, acidentes de transporte, lesões autoprovocadas, dentre outras.

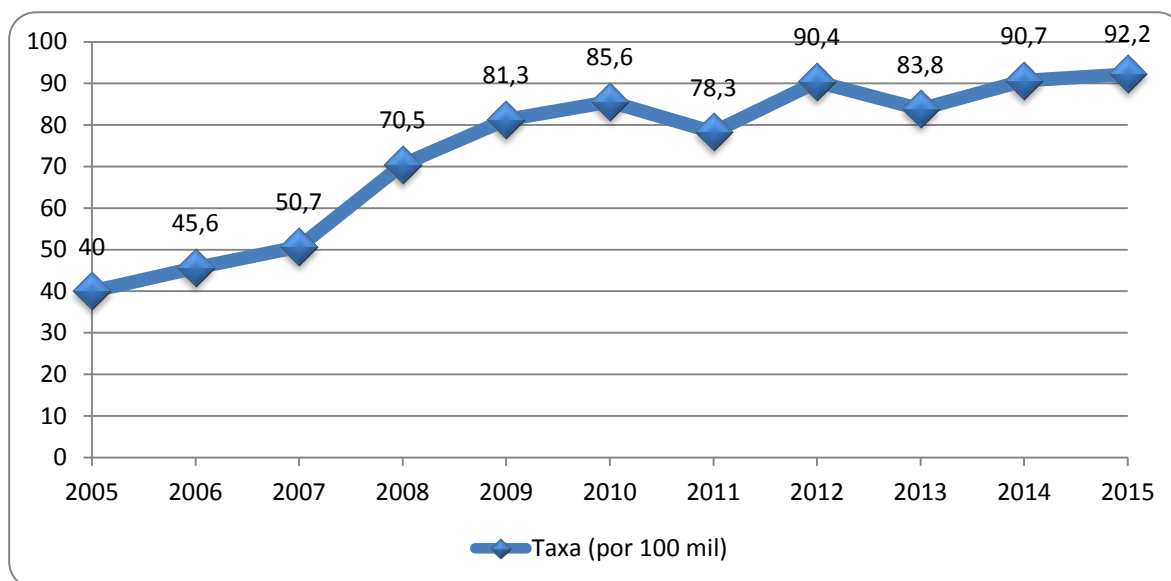
Gráfico 8 - Óbitos de jovens por causas externas na Bahia 2005-2015



FONTE: Elaboração própria a partir de dados do SIM/DATASUS, 2019.

Assim, conforme gráfico 8, na Bahia, dentre os óbitos de jovens por causas externas, as agressões são responsáveis por 61,47% dos casos. Em seguida, vem a morte por acidentes de transporte com 16,16%, ou seja, é a segunda maior circunstância de óbito por causa externa. Convém destacar ainda que 11,03% dos registros representam eventos cuja intenção é indeterminada, número bastante elevado de registros sem uma definição clara.

Retomando a observação da série histórica do estado da Bahia, no gráfico 9, compara-se a evolução das taxas de homicídios de jovens no período em estudo. No ano de 2005, a taxa era de 40 a cada 100 mil, seguiu numa tendência de aumento linear até 2007, quando atingiu 50,7, um aumento de 26,75% em apenas dois anos. A partir de 2007, a tendência de aumento passou a apresentar um crescimento similar ao de uma função quadrática, chegando a atingir um ápice de 85,6 homicídios a cada 100 mil, mais que dobrando o valor em relação à taxa registrada no primeiro ano da série.

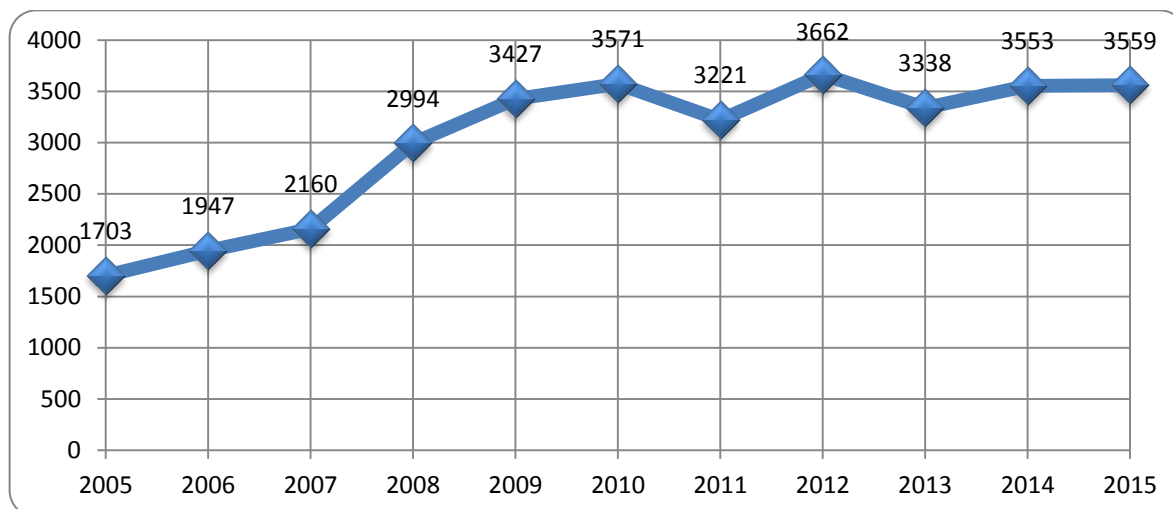
Gráfico 9 - Taxa de homicídios de jovens (por 100 mil) na Bahia de 2005 a 2015

FONTE: Elaboração própria a partir de dados do SIM/DATASUS, 2019.

Em 2011, ano do lançamento oficial do Programa de contenção Pacto Pela Vida, registrou-se a primeira redução nas taxas em toda a série (78,3). Mas, no ano seguinte, houve retomada da tendência de crescimento em níveis similares à verificada entre os anos 2007 e 2008. No entanto, em 2013 houve nova queda na taxa (83,8) e a tendência de crescimento que se seguiu perdeu força, chegando em 2015 com 92,2 homicídios a cada 100 mil. Interessante observar que entre 2005 e 2010, quando não havia política de segurança implantada para a redução de crimes violentos letais, verificou-se crescimento de 114% e entre 2010 e 2015 o crescimento foi de apenas 7,71%, fato que indica uma forte redução dos níveis de crescimento da violência homicida de jovens no estado. No entanto, as taxas de homicídios ainda são muito altas para se falar em controle.

Evolução similar se verifica ao observar o gráfico 10, que apresenta os números absolutos de óbitos no estado na mesma série histórica. Houve uma tendência de aumento nos óbitos de jovens por agressão ou intervenção legal nos anos iniciais da série, pois passou de 1.703 casos no ano de 2005 para 3.571 casos em 2010. Entretanto, os dados a partir de 2011 indicam uma alteração na tendência registrada nos anos anteriores, com oscilação e ocorrência de reduções muito fortes nos óbitos em alguns anos. Entre 2010 e 2011 e entre 2012 e 2013 foram, respectivamente 350 e 324 casos a menos. Com uma redução de 9,8% no primeiro período e de 8,8% no outro.

Gráfico 10 - Número de óbitos de jovens por agressão/ intervenção legal na Bahia entre os anos de 2005 e 2016



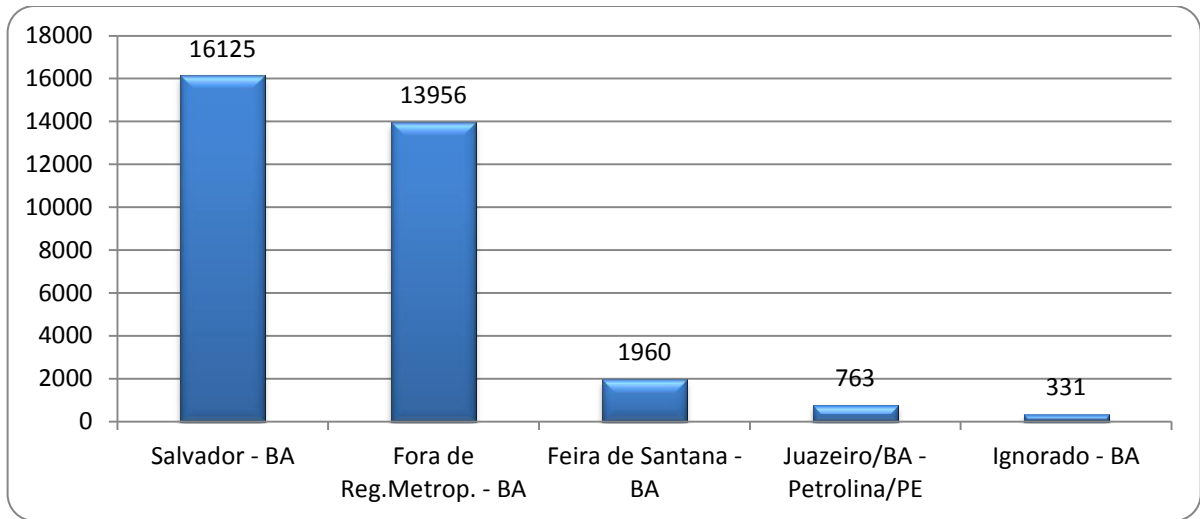
FONTE: Elaboração própria a partir de dados do SIM/DATASUS, 2019.

A partir de dados do SIM/DATASUS, foi possível ainda realizar uma análise de acordo com as Regiões Metropolitanas (RM) e Regiões Integradas de Desenvolvimento econômico (RIDE) no estado. A Bahia é subdividida em duas RM, Salvador e Feira de Santana, que abarcam 29 municípios, e uma RIDE, Juazeiro/Petrolina, com 4 municípios, conforme descrito no apêndice A.

No gráfico 11, o quantitativo de óbitos de jovens por agressão ou intervenção legal no estado foi distribuído de acordo com essas regiões. Observa-se que a grande maioria dos casos ocorreu na RM de Salvador, seguida pela região de Feira de Santana e pela RIDE Juazeiro/BA- Petrolina/PE. Nessas três regiões, ocorreram 18.848 casos entre o ano de 2005 e 2015, aproximadamente 56,8% do total do estado.

Ao observar os dados das RM, vemos que se destaca a de Salvador, com 16.125 homicídios de jovens, mais que o óctuplo da região seguinte, Feira de Santana, que registrou 1.960 casos. Em seguida vem a RIDE Juazeiro/BA- Petrolina/PE, com 763 homicídios de jovens. Assim, percebe-se que quase metade dos casos do estado, 48,6%, ocorre na RM de Salvador. Observa-se que ocorreram muitos casos em municípios que não estão inseridos em nenhuma das RM ou RIDE definidas pelo estado, correspondendo a uma participação de 42,1%.

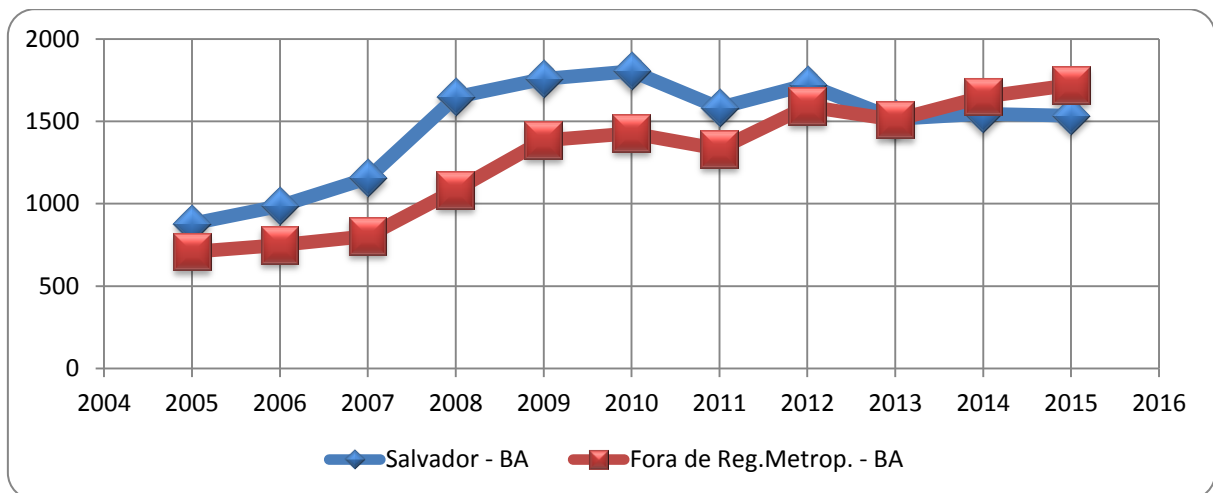
Gráfico 11 - Número de óbitos de jovens por agressão/intervenção legal de acordo com as regiões metropolitanas e Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico na Bahia entre os anos de 2005 e 2015



FONTE: Elaboração própria a partir de dados do SIM/DATASUS, 2019.

Apesar de a RM de Salvador figurar como a que mais apresentou casos no período em estudo é evidente, a partir do gráfico 12, que esta região seguia uma tendência similar à dos municípios fora de RM até o ano de 2012, quando o Pacto pela Vida já estava em atividade. No ano de 2013, uma queda nos homicídios de jovens na RM de Salvador proporciona a intersecção entre as duas séries e a subsequente inversão na tendência entre as duas áreas nos anos seguintes.

Gráfico 12 - Óbitos de jovens por agressão de acordo com as regiões metropolitanas com maior número de casos na Bahia 2005-2015



FONTE: Elaboração própria a partir de dados do SIM/DATASUS, 2019.

Ao analisar as RM do estado ano a ano, observa-se a partir da tabela 2 que as regiões de Salvador e de Feira de Santana apresentaram crescimento expressivo de 2005 até 2010, respectivamente, 104,8% e 716,1%. Em 2011, tais regiões chegaram a apresentar uma queda, porém voltaram a apresentar elevação em 2012. Observou-se outra queda nestas regiões em 2013 (12,1% em Salvador e 7,3% em Feira de Santana), a mais significativa para Salvador ocorrida dentro do período de execução de atividades do Pacto Pela Vida, conforme Plano Estratégico da Segurança Pública 2012-2015 (BAHIA, 2015). Dentro deste período do programa, a queda mais importante nos homicídios de jovens em Feira de Santana ocorreu em 2015, com redução de 16, 6% nos casos em relação ao ano anterior. Em Salvador, os óbitos praticamente se mantiveram estáveis entre 2012 e 2015.

Na Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (RIDE) Petrolina/Juazeiro foi onde ocorreu a minoria dos assassinatos, porém não é possível observar um padrão, pois o número de casos apresenta oscilações para mais ou para menos a cada ano.

Tabela 2 - Número de óbitos de jovens por agressão/intervenção legal de acordo com as regiões metropolitanas e Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico na Bahia nos anos de 2005 a 2015

| Região Metropolitana - RIDE | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | Total |
|------------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|--------------|
| Petrolina/Juazeiro | 76 | 80 | 72 | 83 | 48 | 68 | 71 | 67 | 61 | 64 | 73 | 763 |
| Salvador | 880 | 986 | 1155 | 1646 | 1757 | 1803 | 1583 | 1723 | 1514 | 1545 | 1533 | 16125 |
| Feira de Santana | 31 | 118 | 120 | 145 | 204 | 253 | 211 | 233 | 216 | 234 | 195 | 1960 |
| Total | 987 | 1184 | 1347 | 1874 | 2009 | 2124 | 1865 | 2023 | 1791 | 1843 | 1801 | 18848 |

FONTE: Elaboração própria a partir de dados do SIM/DATASUS, 2019.

Em síntese, ao observar os números absolutos para o período 2005-2015, a região Nordeste apresenta aumento no número de casos de óbitos de jovens por agressão ou intervenção legal, sendo a região onde ocorreu 37,5% dos casos. No estado da Bahia ocorreram 33.135 homicídios, ou seja, 27,7% do total do Nordeste.

Com relação à taxa de homicídio por 100.000 jovens, o estado da Bahia foi o sexto a apresentar maior variação na taxa no Brasil, entre 2003 e 2013, variando 130,7%. No ano de 2005 foi o quinto estado do Nordeste com maior taxa de homicídio, no valor de 92,2, porém, a partir do ano de 2012 começou a apresentar queda no número absoluto de casos, com diminuição de 9,8% entre os anos de 2010 e 2011 e de 8,8% entre 2012 e 2013.

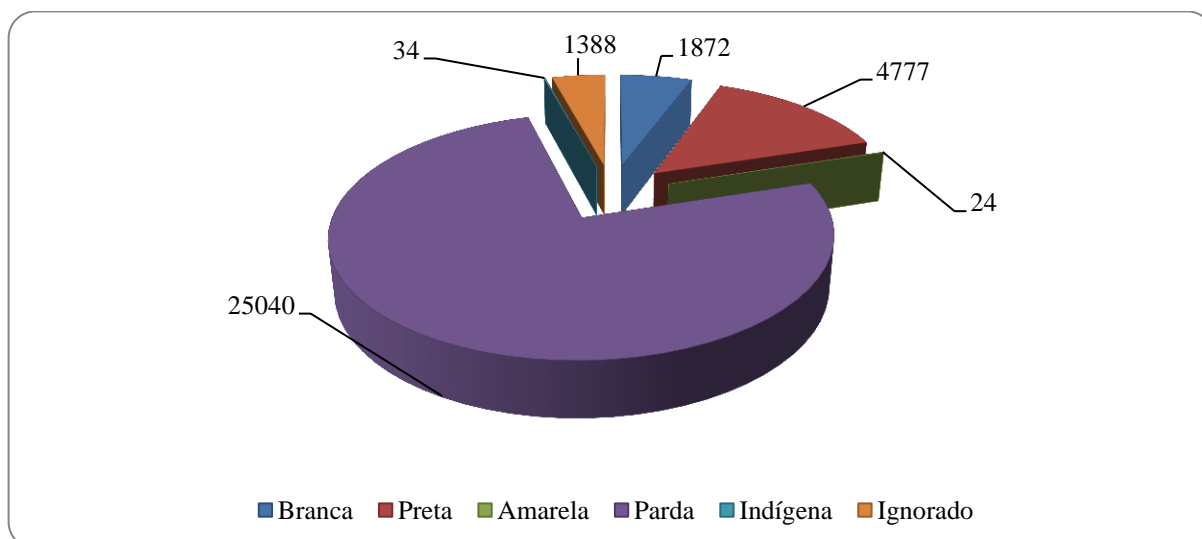
Considerando os homicídios entre as RM do estado e RIDE, Salvador registrou 85,6% dos casos, com 16.125 homicídios de jovens. A RM de Feira de Santana registrou, aproximadamente, 10,4%. A RIDE Juazeiro/BA- Petrolina/PE registrou 4% dos casos.

Após analisar os dados referentes às mortes de jovens por agressão mais intervenção legal no estado da Bahia na série histórica em estudo, será apresentada a seguir uma análise do perfil das vítimas.

4.1.2 Perfil das vítimas e da Agressão

Para montar o perfil das mortes de jovens por agressão intencional ou intervenção legal ocorridos no estado da Bahia entre os anos de 2005 e 2015, verificou-se inicialmente a variável cor da pele, identificando-se que há uma forte relação das mortes com a cor parda/preta. Conforme Waiselfisz (2014), nas certidões de óbito, utilizadas como fontes para homicídios pelo SIM/DATASUS, a classificação quanto à cor da pele é realizada por um agente externo ou através de documentação preexistente utilizando as categorias branca, preta, amarela, parda, ou indígena.

Gráfico 13 - Óbitos de jovens por agressão intencional ou intervenção legal no estado da Bahia entre 2005 e 2015, de acordo com a cor da pele

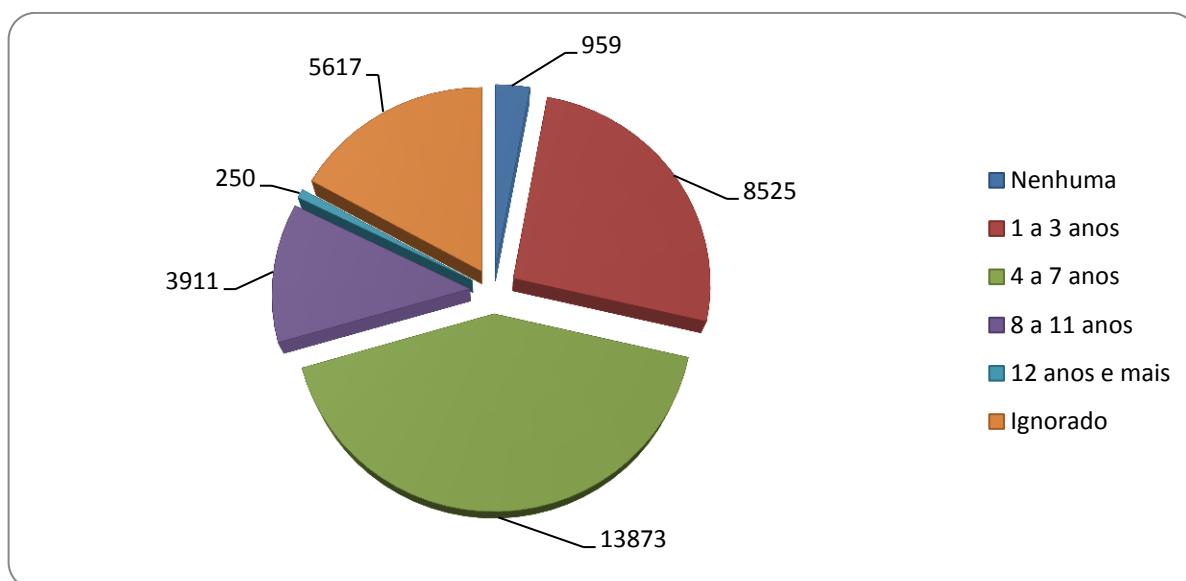


FONTE: Elaboração própria a partir de dados do SIM/DATASUS, 2019.

O gráfico 13 demonstra que a maioria dos jovens vitimados é de cor parda, com um total de 25.040 casos, seguido de jovens de cor preta, que foram 4.777 casos. Ao somar jovens pretos e pardos, grupo de jovens considerados como negros, chegamos a um total de

29.817 casos, que representam 90% do total dos casos. Portanto, os jovens negros representam a parcela com maior vulnerabilidade a homicídios. Os casos de homicídios que envolvem jovens brancos chegam a aproximadamente 5,65%. As etnias/cor da pele indígena e amarela estavam presentes em poucos casos, apenas 34 de etnia indígena e 24 de cor amarela. Cabe ressaltar, no entanto, que em 1.388 casos, aproximadamente 4,19%, a cor da pele foi ignorada.

Gráfico 14 - Grau de escolaridade dos jovens que vieram a óbito por agressão na Bahia entre 2005 e 2015



FONTE: Elaboração própria a partir de dados do SIM/DATASUS, 2019.

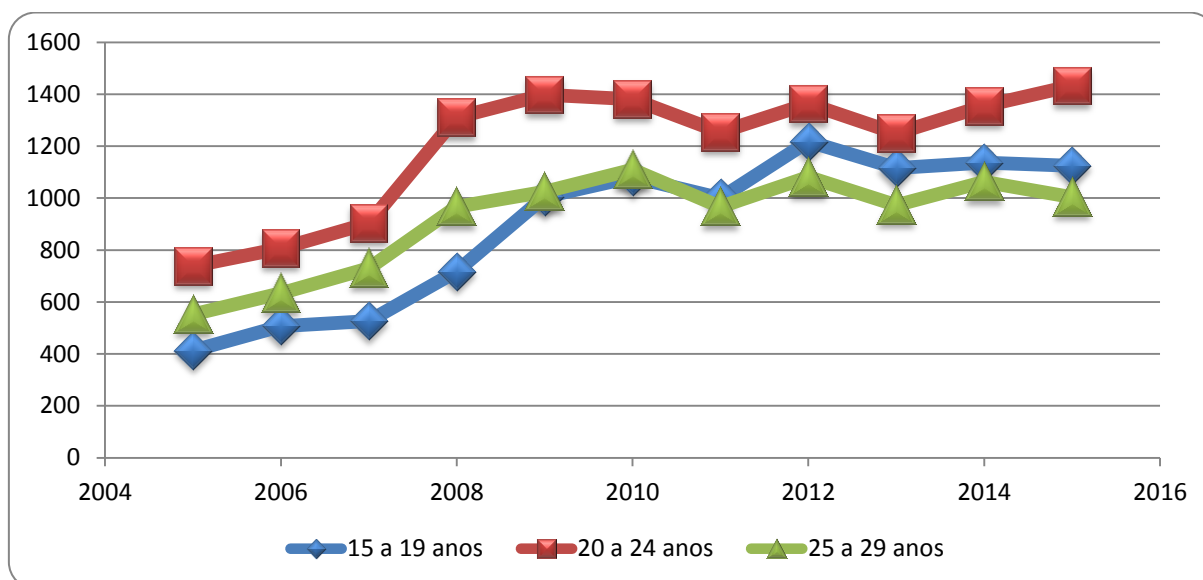
Em relação ao grau de escolaridade dos jovens vitimados, não obstante ser considerada uma variável importante para análise do perfil dos óbitos observa-se no gráfico 14 que um número considerável de registros foi considerado como ignorado, com um total de 5.617 casos, que representam 16,95 % dos casos de óbito do período em estudo. Analisando os casos em que foram preenchidos os dados de escolaridade, pode-se verificar que o menor número de vítimas está entre as que possuem 12 anos ou mais de estudo, menos de 1% dos casos. Já o maior número de vítimas, representado por aproximadamente 41,87% dos casos, possuíam de 4 a 7 anos de escolaridade, seguido por 25,73% com 1 a 3 anos de estudo, por 11,8 % com 8 a 11 anos de escolaridade. Apesar de o percentual de casos em que não foi notificada a escolaridade da vítima alcançar aproximadamente 17% dos casos, ainda é possível verificar que pode haver relação entre a escolaridade e os óbitos de jovens.

Waiselfisz (2016), em estudo exploratório sobre a relação entre os anos de estudo e as taxas de homicídios por faixas etárias, evidenciou que a capacidade protetiva proporcionada

pela escolarização concentra-se primordialmente na faixa jovem, a parcela da população mais afetada pela violência homicida.

Observa-se através do gráfico 15 a distribuição dos óbitos de jovens de acordo com faixas intermediárias deste grupo populacional. A partir de 2005 até 2008, nota-se que estas três faixas seguiam uma tendência de crescimento similar. Em 2009, no entanto, a faixa de 25 a 29 anos apresentou queda em relação à tendência e praticamente chegou a apresentar os mesmos números de vítimas da faixa de 15 a 19 anos até o ano de 2011. Em 2012, o número de vítimas desta faixa mais jovem superou o da faixa 25 a 29 anos. Portanto, dentro da faixa etária jovem (15 a 29 anos), observam-se, cada vez mais, jovens com menor idade como vítimas de homicídio.

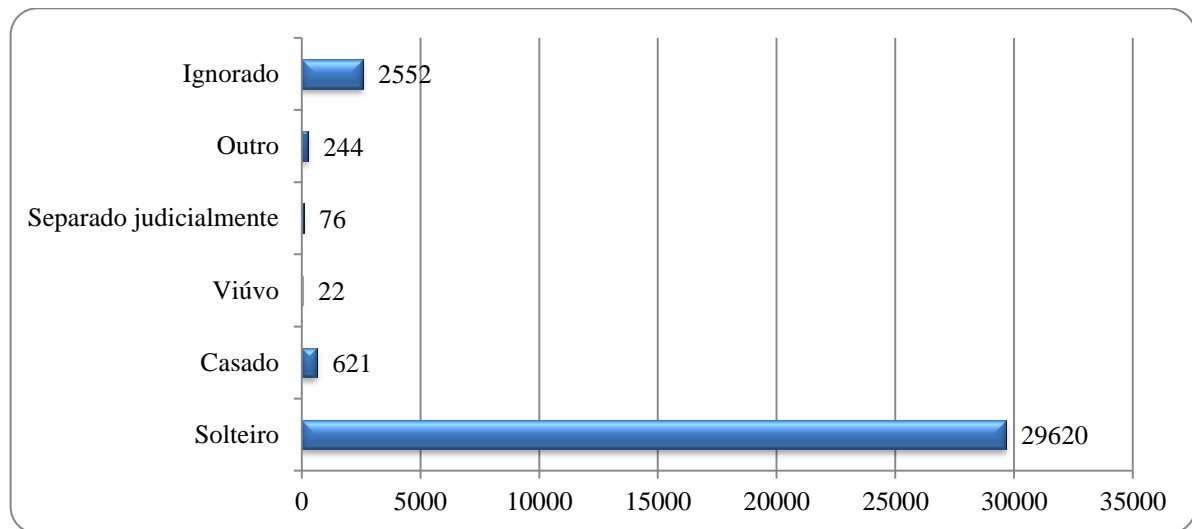
Gráfico 15 - Óbitos de jovens por agressão mais intervenção legal no estado da Bahia entre 2005 e 2015, de acordo com a faixa etária



FONTE: Elaboração própria a partir de dados do SIM/DATASUS, 2019.

Apesar de em um percentual menor do que com relação à escolaridade, o estado civil também é ignorado em um significativo número de óbitos, em 7,7% dos casos. No gráfico 16, vê-se que os jovens solteiros são preponderantemente mais atingidos, em 89,4% do total, seguidos pelos casados, que correspondem a 1,87%. Jovens viúvos, separados judicialmente, ou com estados civis caracterizados como “outro”, são menos atingidos, contando pouco mais de 1% dos casos. Nobrega Junior (2010) salientou que viúvos, por exemplo, geralmente estão em faixas etárias mais elevadas, distanciando-se das faixas populacionais mais vitimadas pelos homicídios.

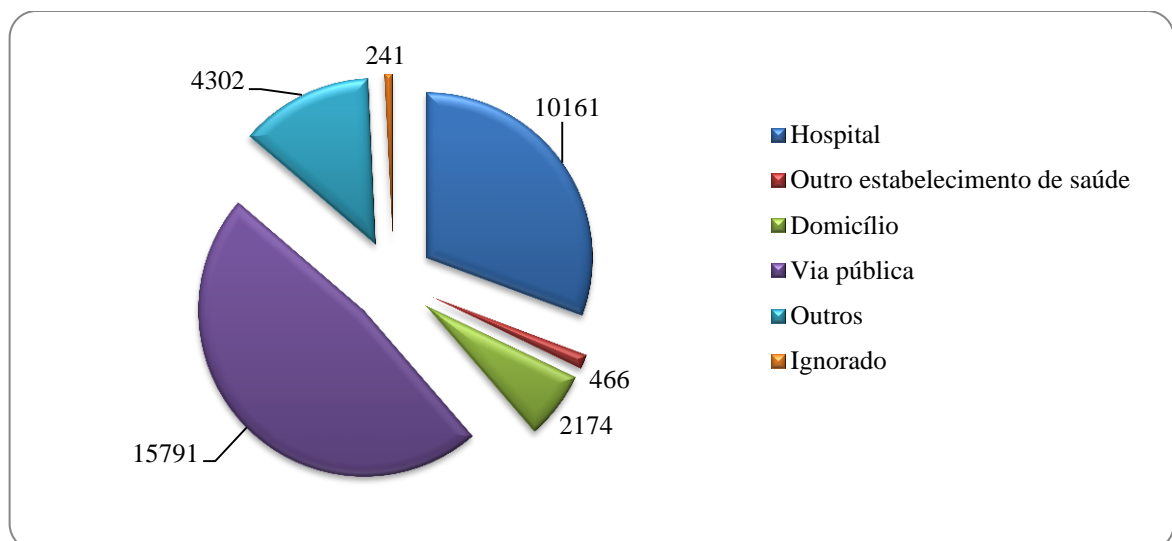
Gráfico 16 - Óbitos de jovens por agressão mais intervenção legal no estado da Bahia entre 2005 e 2015, de acordo com o estado civil



FONTE: Elaboração própria a partir de dados do SIM/DATASUS, 2019.

Quanto ao local da ocorrência do óbito, observa-se a partir do gráfico 17 que a maior parte dos óbitos ocorre em via pública, o que representa 47,66% dos casos. Em seguida, 30,66% dos óbitos ocorrem em hospitais, 12,98% em local classificado como “outros”, e 6,56% em domicílio. Local de ocorrência em estabelecimentos de saúde de menor complexidade de serviços que os hospitais representaram apenas 1,41% dos casos e os locais ignorados, 0,73%.

Gráfico 17 - Óbitos de jovens por agressão mais intervenção legal no estado da Bahia entre 2005 e 2015, de acordo com o local da ocorrência



FONTE: Elaboração própria a partir de dados do SIM/DATASUS, 2019.

Conforme as categorias da CID-10, pode-se ainda descrever o número de casos de óbito segundo o meio empregado na agressão, definido como objeto utilizado na morte por agressão. Ao observar a tabela 3, identifica-se que os casos registrados sob as categorias X93, X94 e X95, que são relacionados a disparo com algum tipo de arma de fogo, totalizam 27.230, ou seja, aproximadamente 82,2% dos assassinatos de jovens na Bahia foram efetuados com arma de fogo. O segundo tipo de objeto com mais ocorrências foi o cortante ou penetrante, que registrou 2806 casos, referentes a 8,5% dos homicídios juvenis.

Não obstante a existência de uma frequência menor de ocorrências destaca-se também outros objetos utilizados que elevam o número de casos, como intervenção legal (Y35), com 912 casos, objeto contundente (Y00), com 804 casos, agressão por meios Não Especificados (Y09), com 798 casos, além de enforcamento, estrangulamento ou sufocação (X91) e agressão por meio de força corporal (Y04), respectivamente, com 196 e 159 casos.

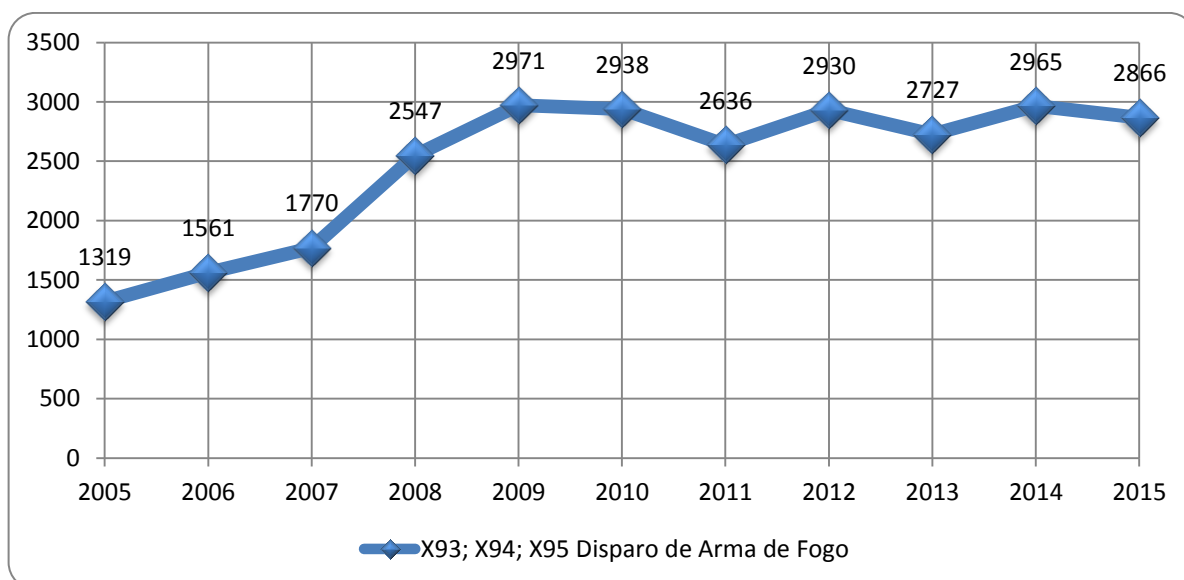
Tabela 3 - Objetos utilizados nos homicídios de jovens ocorridos entre 2005 e 2015 na Bahia, de acordo com a categoria CID-10

| Categoria CID10 | Total |
|--|--------------|
| X85 Agressão meio drogas medicamentos e substâncias biológicas | 4 |
| X86 Agressão p/meio de substâncias corrosivas | 1 |
| X87 Agressão p/pesticidas | 3 |
| X89 Agressão outros produtos químicos substâncias nocivas especificadas | 2 |
| X90 Agressão produtos químicos e substâncias nocivas NE | 1 |
| X91 Agressão enforcamento estrangulamento sufocação | 196 |
| X92 Agressão p/meio de afogamento e submersão | 15 |
| X93 Agressão disparo de arma de fogo de mão | 1223 |
| X94 Agressão disparo arma fogo de maior calibre | 137 |
| X95 Agressão disparo outra arma de fogo ou Não Especificada | 25870 |
| X96 Agressão p/meio de material explosivo | 3 |
| X97 Agressão p/meio de fumaça fogo e chamas | 45 |
| X98 Agressão vapor agua gases ou objetos quentes | 1 |
| X99 Agressão objeto cortante ou penetrante | 2806 |
| Y00 Agressão p/meio de um objeto contundente | 804 |
| Y01 Agressão p/meio projeção de um lugar elevado | 2 |
| Y02 Agressão p/ proj. ou colocação da vítima diante de objeto em movimento | 5 |
| Y03 Agressão p/meio de impacto veículo a motor | 13 |
| Y04 Agressão p/meio de força corporal | 159 |
| Y05 Agressão sexual p/meio de força física | 3 |
| Y07 Outras síndromes de maus tratos | 44 |
| Y08 Agressão p/outros meios especificados | 88 |
| Y09 Agressão p/meios Não Especificados | 798 |
| Y35 Intervenção legal | 912 |
| Total | 33135 |

FONTE: Elaboração própria a partir de dados do SIM/DATASUS, 2019.

Ademais, conforme Cerqueira (2018), o crescimento dos homicídios no Brasil entre 1980 e 2015 foi especificamente devido ao uso de armas de fogo, enquanto que outros meios de prática de homicídios permaneceram constantes desde o início dos anos 1990. Na Bahia, ao analisar o número absoluto de óbitos de jovens com uso deste instrumento, a partir do gráfico 18, verifica-se que entre 2005 e 2009 houve contínuo e expressivo aumento, aproximadamente 125,2%. Observa-se reduções nos dois anos seguintes, resultando em diminuição de 11,3% em relação a 2009. Em 2012, no entanto, verifica-se novo aumento e os óbitos oscilam até 2015 sem ultrapassar o número de 3000, indicando uma aparente estabilidade nos óbitos de jovens por meio do uso de armas de fogo como objeto utilizado para a prática de homicídio.

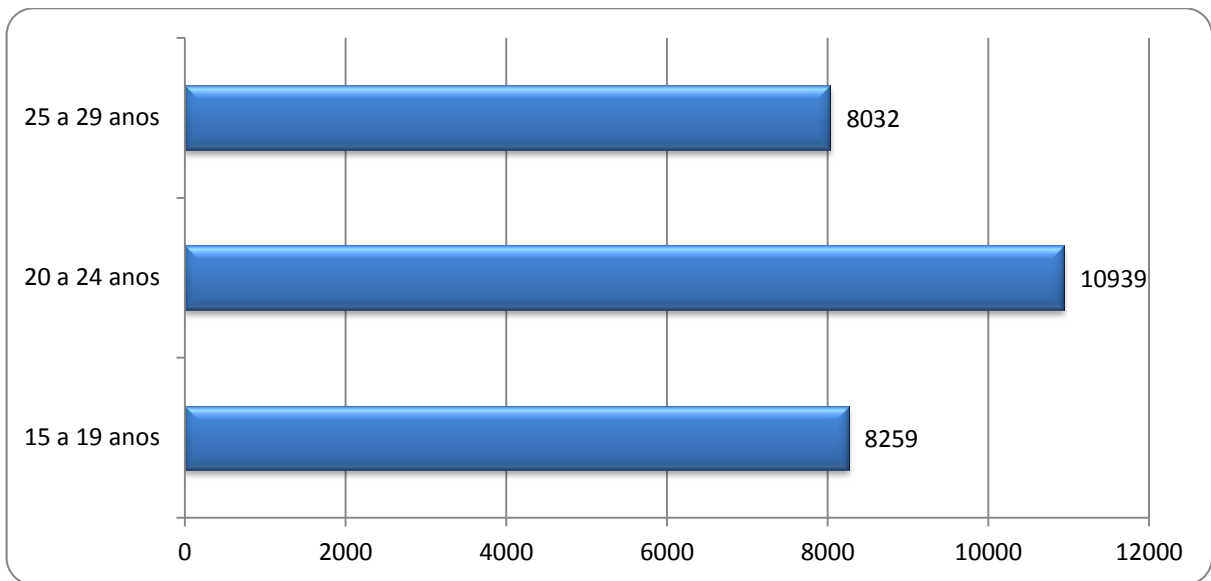
Gráfico 18 - Homicídios de jovens por disparo de arma de fogo na Bahia entre 2005 e 2015



FONTE: Elaboração própria a partir de dados do SIM/DATASUS, 2019.

O gráfico 19 demonstra a distribuição dos óbitos por arma de fogo em faixas etárias intermediárias do indivíduo caracterizado como jovem. Observa-se que a vitimização atinge principalmente jovens de menor idade, com destaque para a faixa etária de 20 a 24 anos, que responde por 40,17% dos casos. Em seguida, os óbitos na faixa etária de 15 a 19 anos superam aqueles da última faixa, representando 30,33% dos casos.

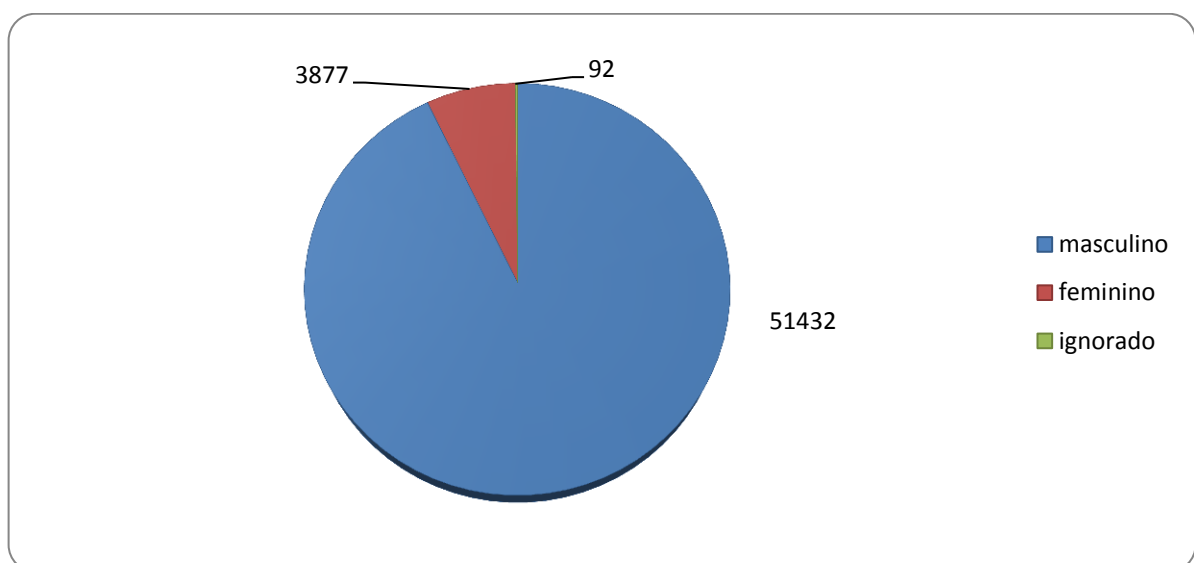
Gráfico 19 – Homicídios de jovens por arma de fogo na Bahia entre 2005 e 2015 de acordo com a faixa etária



FONTE: Elaboração própria a partir de dados do SIM/DATASUS, 2019.

A distribuição dos óbitos de jovens baianos por sexo revela, conforme gráfico 20, que há preponderância na vitimização de jovens do sexo masculino, que representam 92,8% dos casos. No entanto, apesar de o sexo feminino representar apenas 7% dos casos, demanda também políticas específicas para enfrentamento da violência letal neste segmento etário.

Gráfico 20 - Óbitos de jovens na Bahia entre 2005 e 2015 segundo o sexo



FONTE: Elaboração própria a partir de dados do SIM/DATASUS, 2019.

Em síntese, ao analisar o perfil das vítimas é possível observar que dentre os jovens vítimas de agressão que vieram a óbito no estado da Bahia entre 2005 e 2015 são predominante vítimas de cor preta e parda (90%), com idade entre 20 e 24 anos (39,8%), baixa escolaridade, ou seja, até 7 anos de estudo (70,5%), solteiros (89,4%) e do sexo masculino (92,8%).

Ao avaliar os dados quanto à agressão, verificou-se que os locais onde acontece a maior parte dos crimes são via pública (47,66%) e hospital (30,66%), seguido de outro local (12,98%) e domicílio (6,56%). Quanto aos objetos mais utilizados, são arma de fogo (82,2%) e objeto cortante ou penetrante (8,5%). Dos óbitos causados por disparo de arma de fogo, 40,17% das vítimas possuíam entre de 20 a 24 anos de idade.

Apesar da queda no registro de casos a partir do ano de 2010, 2011 e 2013, ainda é um volume elevado de jovens vítimas de homicídio. Portanto, é necessário que as políticas públicas sejam cada vez mais aprimoradas no sentido de reduzir esse tipo de violência. Veremos a seguir as ações do estado da Bahia no sentido de combater a violência letal no estado.

4.2 Produtividade e Ações Policiais da Política Pública Pacto pela Vida no Estado da Bahia

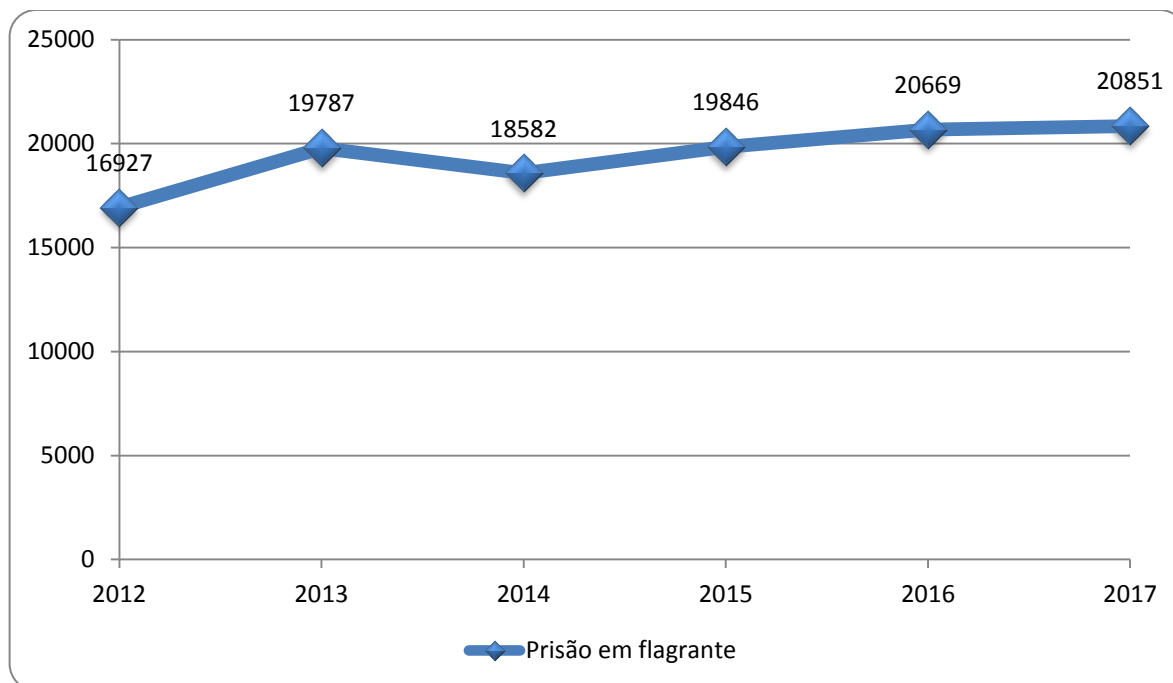
Apesar de o Pacto pela Vida não se constituir uma política com escopo específico para a contenção de crimes violentos letais intencionais (CVLI) de jovens, representa o único programa estatal com objetivo estabelecido para redução da criminalidade e violência no estado da Bahia em geral, com ênfase na prevenção e combate aos CVLI, sobretudo nos municípios prioritários.

A atuação cooperativa do Sistema de justiça criminal, que integra o Executivo (policiais e sistema penitenciário), o Judiciário e o Ministério Público (autor da denúncia contra o autor do crime), é fundamental para combater a impunidade que potencializa a criminalidade violenta, inclusive os homicídios. O PPV integra estas instituições coercitivas do estado através do Comitê Executivo do Pacto pela Vida, órgão com a finalidade de promover a articulação entre os processos de formulação, implantação, monitoramento e avaliação de suas ações, instituído pela Lei 12.357/2011, que instituiu o próprio PPV no Estado.

No que diz respeito à força policial no combate à violência, as ações do PPV empreendidas pelas polícias civil e militar no período 2012 a 2017 permitiram, conforme o

gráfico 21, um aumento nos dados do indicador-processo “Prisão em Flagrante”, um fator importante contra a impunidade.

Gráfico 21 - Prisão em Flagrante no estado da Bahia 2012 – 2017



FONTE: Elaboração própria a partir de dados da SSP-BA, 2019.

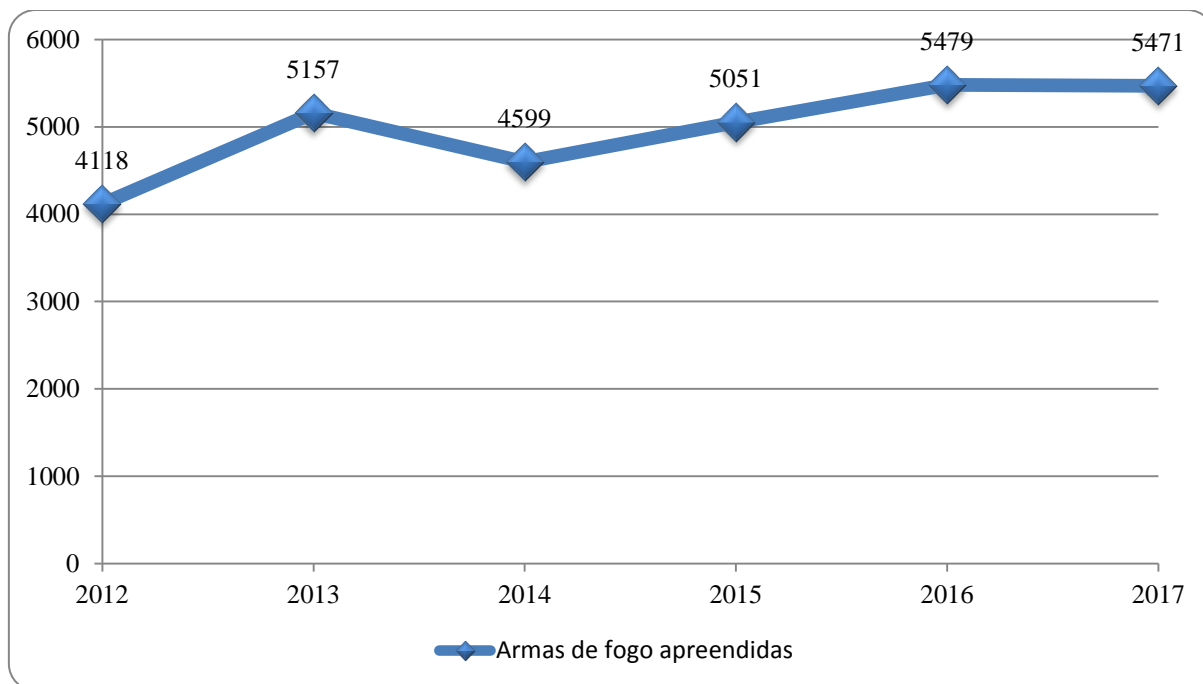
O flagrante se refere ao que é observado por testemunhas, normalmente indivíduos que não deveriam estar cientes do ocorrido, no momento em que acontece o fato. Com a ocorrência de flagrante, o réu tem prisão decretada, é levado ao cárcere e comunica-se a situação ao juiz (PROVENZA; SIMOES; GOULART, 2018).

Os indicadores-processo retratam o esforço operacional empreendido com o uso de todos os recursos disponíveis (humanos, financeiros ou equipamentos) para proporcionar melhorias que impactem na realidade social. De certa forma, esses indicadores retratam o quanto a gestão da segurança pública foi capaz de empreender esforços para transformar em resultados que influenciem os indicadores-impacto da área, em especial os homicídios. Entre 2012 e 2015, período do PLANESP, verificou-se um aumento de 17,2%, e um aumento de 23,1% no período, com dados disponíveis da série histórica apresentada.

Quanto ao indicador “Armas de fogo apreendidas”, o Mapa da Violência 2016 trata do tema informando que, com base em dados do SIM/DATASUS, quase 1 milhão de pessoas (967.851) foram mortas no Brasil através da letalidade por arma de fogo entre 1980 e 2014 (WAISELFISZ, 2016).

A partir do gráfico 22, percebe-se um incremento no número de armas apreendidas entre 2012 e 2017 na Bahia, havendo entre o primeiro e o último ano pesquisado um aumento de 32,8%. Analisando a evolução desse indicador com o gráfico 22, verifica-se que é possível que a apreensão de armas tenha tido reflexo no relativo controle no número de mortes de jovens através do uso desse objeto em homicídios a partir das atividades do PPV no estado.

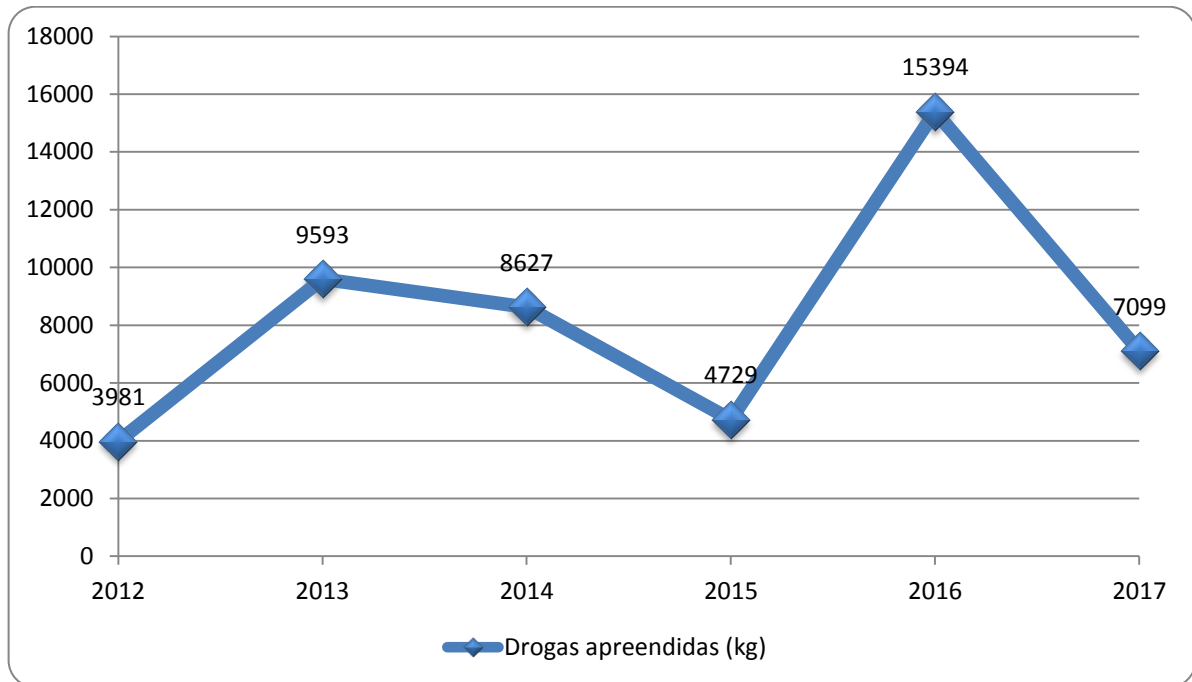
Gráfico 22 - Armas de fogo apreendidas no estado da Bahia 2012 – 2017



FONTE: Elaboração própria a partir de dados da SSP-BA, 2019.

Nas últimas décadas, a criminalidade atrelada ao tráfico de drogas no Brasil passou por mudanças significativas, sobretudo pela interiorização e pela dinamização proporcionada pelo crack nesse mercado, que impulsionaram mais repressão policial e conflito entre quadrilhas (FRAGA; SILVA, 2017).

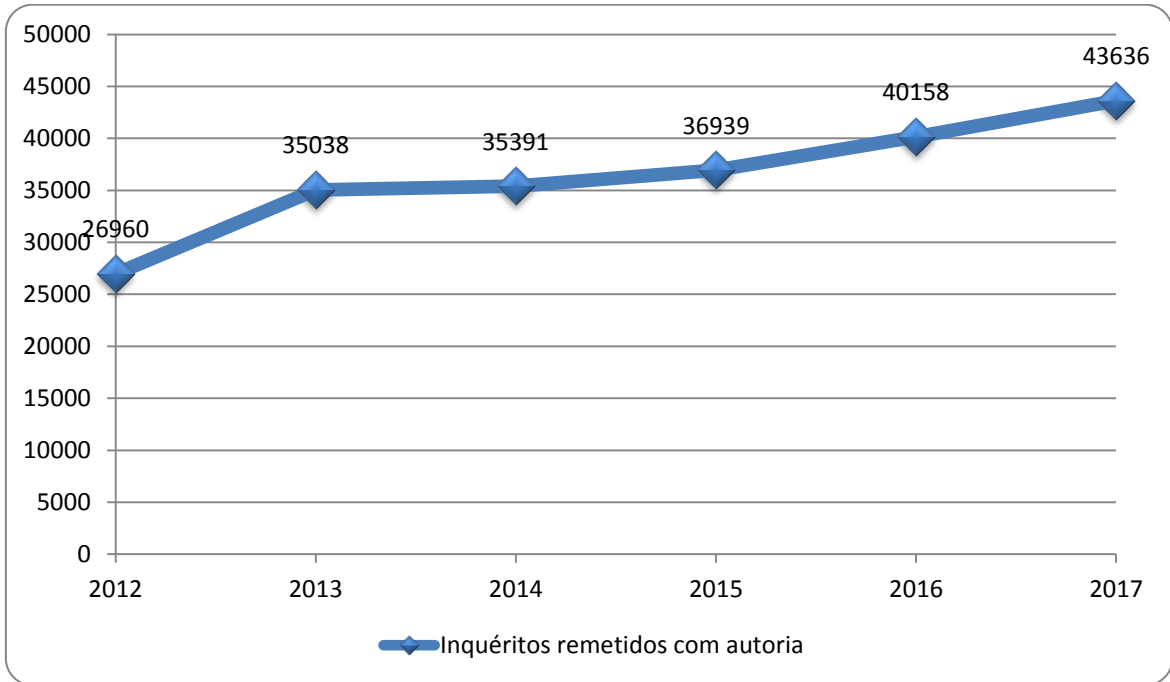
No gráfico 23, observa-se que o quantitativo de drogas apreendidas no estado da Bahia no período 2012 a 2017 apresenta uma considerável oscilação, com destaque para o ano de 2016, quando ocorreu a maior apreensão do período. Os quantitativos de drogas expostos no gráfico correspondem à soma das quantidades apreendidas de crack, cocaína, maconha, heroína, oxi e pasta base.

Gráfico 23 - Drogas apreendidas no estado da Bahia 2012 – 2017

FONTE: Elaboração própria a partir de dados da SSP-BA, 2019.

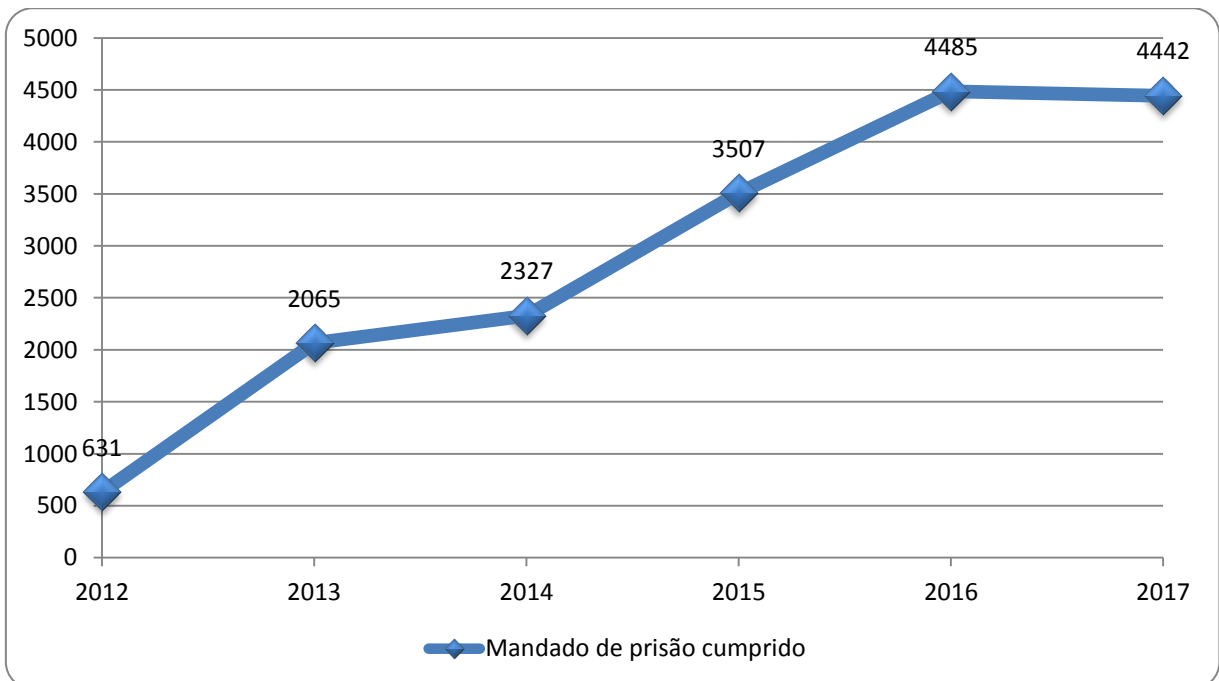
A evolução do número de inquéritos remetidos com autoria ao Ministério Público (MP) é outro importante indicador-processo que tem impacto sobre a impunidade. A identificação do autor é fundamental para a elucidação do crime e, conseqüentemente, para a atuação do Sistema de Justiça Criminal.

Analisando os quantitativos de inquéritos remetidos no período de 2012 a 2017, no gráfico 24, nota-se claramente que há um progresso significativo nesse indicador com um aumento percentual de 61,8% na remessa ao MP neste período. Esse desempenho pode refletir na eficácia da política pública PPV no estado da Bahia. Políticas públicas eficazes de segurança reduzem e/ou controlam os homicídios e a criminalidade violenta em um curto espaço de tempo (NÓBREGA JR., 2014).

Gráfico 24 - Inquéritos remetidos com autoria no estado da Bahia 2012 – 2017

FONTE: Elaboração própria a partir de dados da SSP-BA, 2019.

Por fim, o “mandado de prisão cumprido” é o indicador-processo que integra o ciclo do processo de justiça criminal e que efetiva o cumprimento da punição pelo autor do crime.

Gráfico 25 - Mandado de prisão cumprido no estado da Bahia 2012 – 2017

FONTE: Elaboração própria a partir de dados da SSP-BA, 2019.

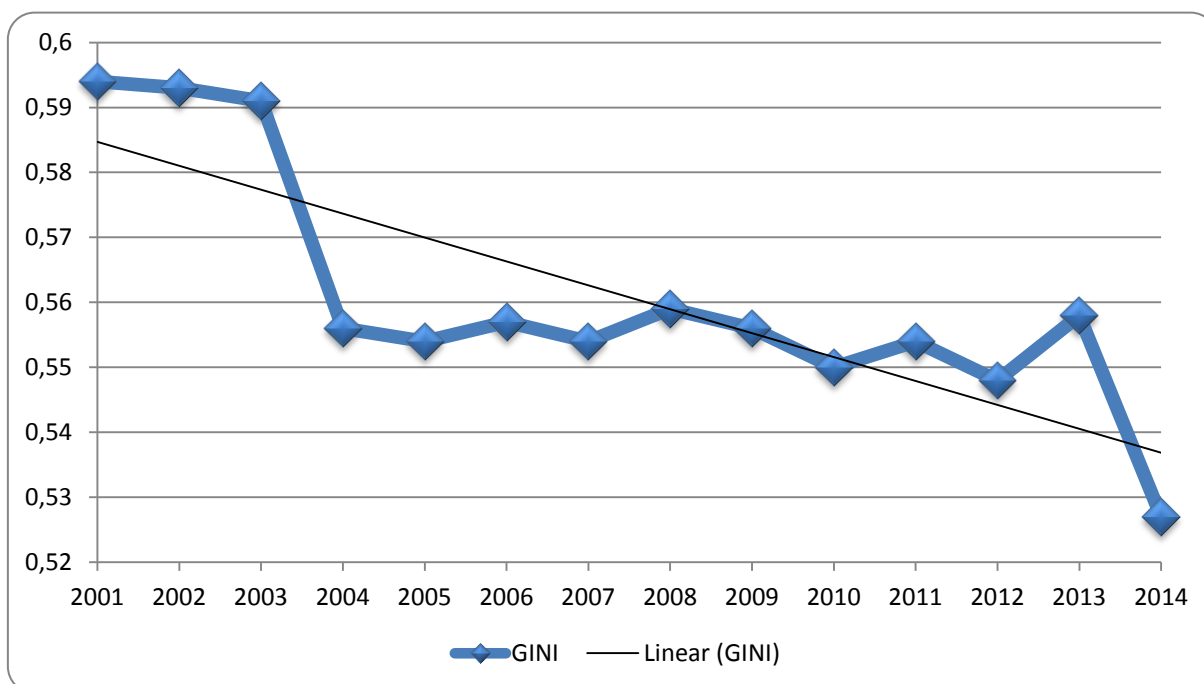
Nota-se, a partir do gráfico 25, que há, no período 2012 a 2017, um aumento considerável nos dados desse indicador, ocorrendo um incremento de, aproximadamente, 604% entre o primeiro ano pesquisado e o último.

4.3 Validação das Hipóteses Investigadas

1. Os homicídios de jovens crescem no estado da Bahia independentemente das melhorias nas condições de vida dos baianos.

O índice de Gini é um indicador que mede o grau de desigualdade na distribuição da renda domiciliar per capita entre os indivíduos, e cujos dados são calculados a partir das respostas à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE). Com base nos dados do índice de Gini dos anos 2001 a 2014, gráfico 26, observa-se uma tendência de queda.

Gráfico 26 - Desigualdade de renda – coeficiente de GINI no estado da Bahia 2001-2014



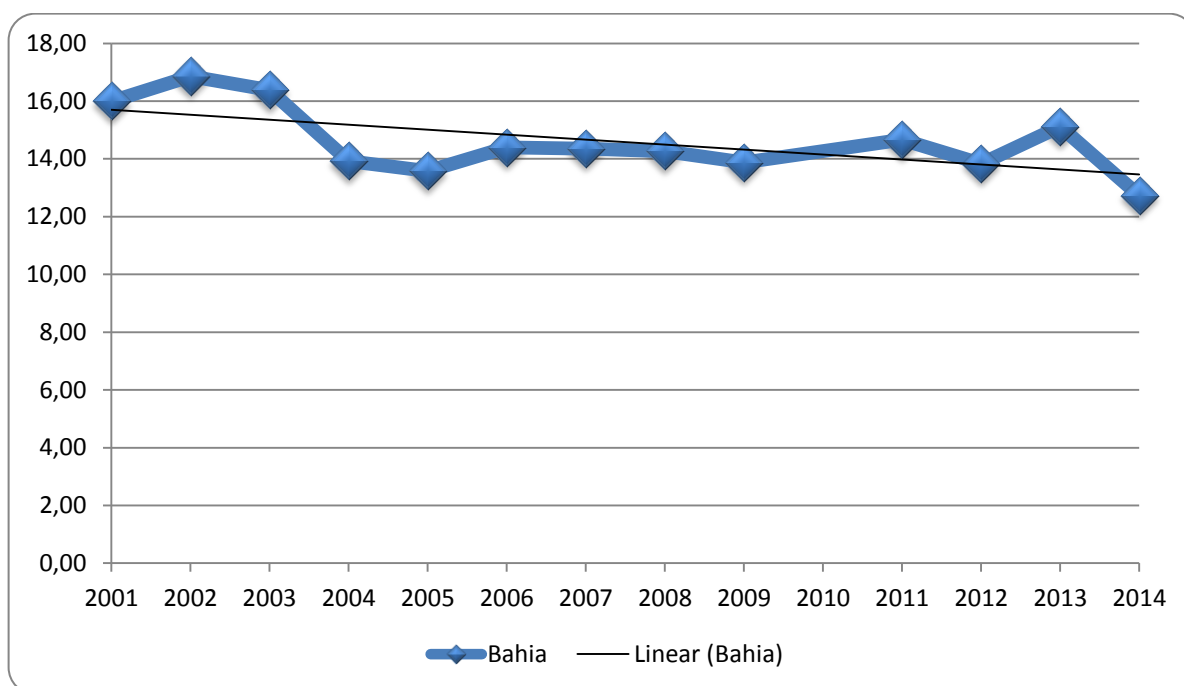
FONTE: Elaboração própria a partir de dados do IPEADATA/IBGE, 2019.

Outros indicadores de desigualdade confirmam esta tendência. A proporção de domicílios com renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza na Bahia, em 2005, era de 41,56%, já em 2014 caiu para 18,68%. A linha de pobreza aqui considerada é o dobro da linha de extrema pobreza, uma estimativa do valor de uma cesta de alimentos com o mínimo

de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, com base em recomendações da FAO e da OMS. A Série é calculada a partir das respostas à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE) (IPEADATA, 2018).

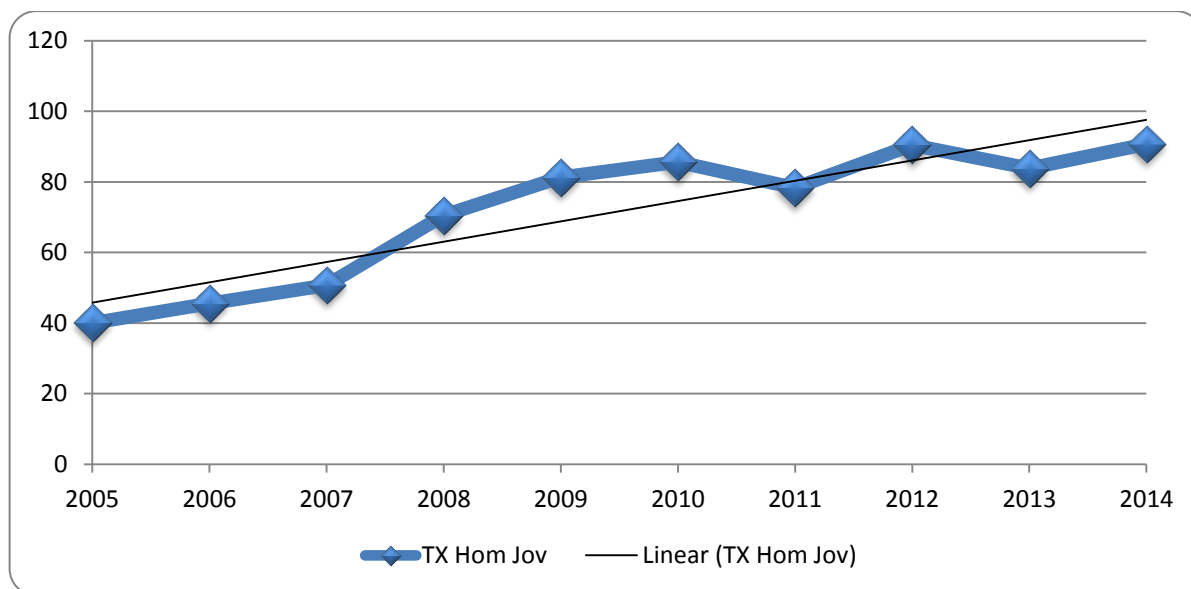
A proporção da renda apropriada pelos indivíduos pertencentes ao centésimo mais rico da distribuição, segundo a renda domiciliar per capita, em 2001, era de 15,99%, já em 2014 caiu para 12,72%, conforme se pode observar através do Gráfico 27.

Gráfico 27 - Renda domiciliar – Participação do 1% mais rico 2001-2014



FONTE: Elaboração própria a partir de dados do IPEADATA, 2019.

No entanto, conforme o gráfico 28, a taxa de homicídios de jovens no período 2005 a 2014 apresentou expressivo crescimento. Independente das melhorias socioeconômicas nos indicadores aqui apresentados, percebe-se claramente que os homicídios vêm percorrendo caminho inverso no estado da Bahia. Os homicídios crescem sem relação com a desigualdade de renda e a pobreza. Ou, a relação é inversa. Quando um melhora o outro piora.

Gráfico 28 - Taxa de homicídios de jovens (por 100 mil) na Bahia de 2005 a 2014

FONTE: Elaboração própria a partir de dados do SIM/DATASUS, 2019.

Por outro lado, adotando-se como escopo de análise os municípios do estado da Bahia, a fim de verificar se melhorias nas condições de vida dos municípios do estado influenciam negativamente a taxa de homicídios dos municípios (LNTHJG), foi aplicado um modelo longitudinal de regressão com estrutura de dados em painel, a partir de uma amostra de dados de 100 municípios para o período de 2010 a 2014.

Devido à dificuldade de obter informações recentes dos municípios, a análise se restringiu às seguintes variáveis: Índice de Economia e Finanças (LNIEF), Índice do nível de Educação (LNINE), Densidade Demográfica (LNDensidade), Proporção de Jovens com Idade entre 15 e 29 anos na População Municipal (LNPROP1529).

Na tabela 4, analisando as estatísticas descritivas, verifica-se, por um lado, que a taxa de homicídios de jovens (THJG) e a densidade demográfica apresentam dados muito dispersos, como pode ser identificado pelo valor do desvio padrão e pelos máximos e mínimos destas variáveis. Por outro lado, as variáveis IEF e INE, que tem variação entre 0 e 1, assim como a proporção de jovens na população municipal, naturalmente apresentaram pequena dispersão nos dados.

TABELA 4 – Estatísticas descritivas das variáveis utilizadas nos modelos em painel

| Variáveis | Obs | Média | Desvio Padrão | Mínimo | Máximo |
|------------------|-----|--------|---------------|--------|---------|
| THJG | 500 | 115,64 | 58,05 | 24,87 | 362,97 |
| IEF | 500 | 0,59 | 0,19 | 0,23 | 1,00 |
| PROP1529 | 500 | 0,27 | 0,01 | 0,23 | 0,33 |
| Densidade | 500 | 160,44 | 515,42 | 1,92 | 4190,01 |
| INE | 500 | 0,65 | 0,09 | 0,33 | 0,88 |

FONTE: Dados da pesquisa, 2019.

Na tabela 5, analisando as correlações entre as variáveis, observa-se que os maiores valores ocorrem entre as variáveis Taxa de Homicídios de Jovens, Índice de Economia e Finanças e densidade demográfica.

TABELA 5 – Matriz de correlação entre as variáveis utilizadas nos modelos em painel

| Variáveis | THJG | IEF | PROP1529 | Densidade | INE |
|------------------|---------|--------|----------|-----------|-----|
| THJG | 1 | | | | |
| IEF | 0,6245 | 1 | | | |
| PROP1529 | -0,0072 | 0,1848 | 1 | | |
| Densidade | 0,3867 | 0,3708 | -0,0443 | 1 | |
| INE | 0,0849 | 0,0799 | -0,3561 | -0,0110 | 1 |

FONTE: Dados da pesquisa, 2019.

Consoante à posição teórica da Teoria Econômica do Crime, ou Teoria da Escolha Racional, segundo a qual um ato criminoso decorre de uma avaliação racional do indivíduo em torno de uma cesta de oportunidades entre o mercado formal e o mercado informal (ou ilícito), altos índices de crimes violentos estariam presentes em locais com poucas oportunidades no mercado formal, favorecendo a abertura de espaço para o mercado informal. O Índice de Economia e Finanças retrata a performance municipal em relação a Produto Interno Bruto, emprego formal e renda do trabalhador formal, representando a dinâmica econômica do mercado formal municipal.

A expectativa seria encontrar uma associação negativa entre esse índice e a taxa de homicídios de jovens, devido a maiores oportunidades no mercado formal reduzirem as possibilidades de jovens se envolverem com o crime. Entretanto, foi observada uma associação positiva entre o LNIEF e a taxa de homicídios de jovens (LNTHJG), o que pode estar associado a uma das mazelas da economia de mercado: “a maior circulação de dinheiro em várias pequenas cidades, sobretudo do Norte e Nordeste do país, tornaram viáveis

economicamente os mercados locais de drogas ilícitas” com incremento da violência letal no rastro da expansão desses negócios (CERQUEIRA et al, 2017, p. 21).

Contrariamente ao esperado, observou-se que o Índice do Nível de Educação apresentou relação positiva com a taxa de homicídios de jovens. Mas no modelo de Efeitos Fixos, que foi aquele escolhido após a realização dos testes para definição do modelo mais adequado, verificou-se que esse índice não teve significância estatística.

Em níveis elevados de densidade populacional pode haver, por exemplo, disputa por recursos escassos, fomentando uma relação positiva entre densidade demográfica e violência (MEDEIROS; CARVALHO; OLIVEIRA, 2015). O coeficiente da densidade demográfica apresentou sinal conforme o esperado, positivo e significativo a 5%, indicando que uma maior concentração demográfica leva a uma maior taxa de homicídios de jovens.

Cerqueira et al (2018) encontraram que o fator demográfico, com a diminuição acentuada da proporção de jovens na população, se constitui fator explicativo para a diminuição nas taxas de homicídios. Nesse sentido, os achados de Cerqueira e Moura (2015) também apontaram para uma relação direta entre essas variáveis: maior proporção de jovens, mais homicídios. No entanto, apesar de significativo a 5%, o coeficiente da variável proporção de jovens na população (LNPROP1529) apresentou sinal contrário ao esperado, indicando que a redução na proporção de jovens estaria associada a aumento na taxa de homicídios de jovens.

Os resultados das estimações estão compilados na Tabela 6⁶, que contém resultados oriundos de três métodos: MQO *pooled*, Efeitos Fixos, e Efeitos Aleatórios. Para escolher o método mais adequado dentre esses realizou-se o teste de Chow (MQO vs. Efeitos Fixos), o teste do multiplicador de Lagrange de Breusch Pagan (1980) (MQO vs. Efeitos Aleatórios), e o teste de Hausman (Efeitos Fixos vs. Efeitos Aleatórios), descritos em maiores detalhes na seção 3.3.1⁷. O modelo de Efeitos Fixos se mostrou superior aos demais, de acordo com tais testes.

⁶ As tabelas completas com as estimações encontram-se no Apêndice C.

⁷ Os resultados estão no Apêndice C.

TABELA 6 - Modelos em Painel. Variável Dependente: LNTHJG

| Período de Análise | 2010 - 2014 | | |
|--------------------|-------------|---------------|--------------------|
| Método | MQO Pooled | Efeitos Fixos | Efeitos Aleatórios |
| C | 3,756 ** | 2,410 ** | 3,548 ** |
| | (0,000) | (0,005) | (0,000) |
| LNIEF | 0,703 ** | 0,370 * | 0,645 ** |
| | (0,000) | (0,034) | (0,000) |
| LNPROP1529 | -0,733 * | -1,401 * | -0,883 * |
| | (0,032) | (0,013) | (0,030) |
| LNDensidade | 0,096 * | 0,184 * | 0,105 ** |
| | (0,000) | (0,032) | (0,000) |
| LNINE | 0,081 | 0,199 | 0,210 * |
| | (0,493) | (0,097) | (0,046) |
| Num. Obs. | 500 | 500 | 500 |
| R2 Ajustado | 0,472 | 0,704 | 0,279 |

** Significativo a 1%, *Significativo a 5%

P-valor entre parênteses

FONTE: Elaboração Própria, 2019.

Como todas as variáveis explicativas estão em logaritmo, os parâmetros estimados são medidas da elasticidade de cada uma dessas variáveis sobre a taxa de homicídios, sendo interpretado em termos percentuais. Analisando o método de efeitos fixos, o melhor modelo de acordo com os testes citados, concluiu-se que o aumento de 1% no Índice de Economia e Finanças dos municípios geraria um aumento de 0,37% na taxa de homicídios de jovens municipal, o que contraria a Teoria Econômica do Crime, segundo a qual se esperaria uma relação inversa entre estas variáveis.

Considerando a proporção de jovens na população municipal, verifica-se que o incremento de 1% nesta variável, geraria uma redução de 1,4% na taxa de homicídios de jovens municipal, contrariando os achados de Cerqueira e Moura (2015). Quanto à densidade demográfica, o aumento de 1% nesta variável geraria um incremento de 0,18% na taxa de homicídios de jovens municipal, relação direta entre as variáveis em conformidade com os achados de Medeiros, Carvalho e Oliveira (2015).

Como se pode observar na tabela 6, não obstante o modelo de efeitos fixos ter apresentado um coeficiente de determinação ajustado razoável (R^2 Ajustado = 70,4%), os sinais dos coeficientes, à exceção da variável Densidade, não se apresentaram conforme o esperado. É provável que isso tenha ocorrido em razão de o período de 5 anos, com dados disponíveis, não ter sido suficiente para captar uma maior variação temporal nos dados.

Portanto, concluindo a primeira hipótese testada, os homicídios crescem sem relação com as condições de vida dos baianos, ou, como identificado a partir da relação com a desigualdade social e a pobreza, a relação é inversa: quando um melhora o outro piora. Assim também se deu a relação entre os homicídios e a variável socioeconômica IEF na análise com dados em painel, em que se verificou que um aumento neste índice geraria um aumento na taxa de homicídios de jovens.

2. Não há correlação entre desigualdade social e os homicídios de jovens no estado da Bahia.

O modelo estatístico a ser utilizado é a Correlação de Pearson bivariada. Neste modelo, a variável dependente é representada pelas taxas de homicídios de jovens (por 100 mil) entre os anos de 2001 e 2014. Os dados secundários (números absolutos de homicídios e população) foram resgatados do SIM/DATASUS (2018), inclusive as estimativas populacionais de jovens do período em questão (série histórica) e os números absolutos de todas as “mortes por agressão” (codificadas na CID 10 entre X85-Y09 e Y35-Y36).

A variável independente é o Índice de Gini das pessoas ocupadas com rendimento mensal de trabalho (IPEADATA/IBGE) para o mesmo período (2001-2014). O indicador de Gini é uma medida entre 0 e 1. Quanto mais próximo de zero, menor a desigualdade de renda. Quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade. Dancey e Reidy (2005) indicam a seguinte classificação como parâmetros da magnitude dos coeficientes de Pearson: $r = 0,10$ até $0,30$ (fraco); $r = 0,40$ até $0,6$ (moderado); $r = 0,70$ até 1 (forte).

O coeficiente de correlação de Pearson mede o grau de correlação linear e a direção da correlação, se positiva ou negativa, entre duas variáveis X e Y. Sendo assim, X = Taxas de Homicídios de jovens na Bahia e Y = Índice de Gini na Bahia.

TABELA 7 - Índice de Gini – Pessoas ocupadas com rendimento mensal de trabalho | Taxas de homicídios de jovens | Bahia | 2001 – 2014

| Série histórica | GINI | Taxa Homicídios Jovens Baianos |
|------------------------|-------------|---------------------------------------|
| 2001 | 0,594 | 25,58 |
| 2002 | 0,593 | 24,32 |
| 2003 | 0,591 | 30,19 |
| 2004 | 0,556 | 30,89 |
| 2005 | 0,554 | 39,95 |
| 2006 | 0,557 | 45,6 |
| 2007 | 0,554 | 50,7 |
| 2008 | 0,559 | 70,5 |
| 2009 | 0,556 | 81,3 |
| 2010 | 0,550 | 85,6 |
| 2011 | 0,554 | 78,3 |
| 2012 | 0,548 | 90,4 |
| 2013 | 0,558 | 83,8 |
| 2014 | 0,527 | 90,7 |

FONTE: IPEADATA/IBGE/SIM/DATASUS. Cálculo das taxas de homicídios pelo autor, 2019.

Na tabela 7, observa-se que o índice de Gini sofreu uma leve redução no período da série em estudo, o que significa que está havendo maior distribuição de renda. Já quanto às taxas de homicídios de jovens baianos, medida que leva em consideração as estimativas de população jovem (15 a 29 anos) no estado, estas são crescentes apresentando, à princípio, uma relação inversa das duas variáveis ($X =$ Taxas de Homicídios de jovens na Bahia e $Y =$ Índice de Gini na Bahia). A análise da tendência pôde ser observada através dos gráficos 23 e 25 da hipótese anterior.

Aplicando o modelo de Correlação de Pearson, o resultado aparece sumarizado na tabela 8.

Tabela 8 - Modelo de correlação bivariada ou de Pearson⁸

| | TX HOM JOV | GINI |
|-------------------|------------------------------|---------|
| TX HOM JOV | Correlação de Pearson | 1 |
| | Sig. (2 extremidades) | -0,747* |
| N | 14 | 14 |

* A correlação é significativa a 0,01 (2 extremidades).

FONTE: Dados da pesquisa, 2019.

A correlação negativa (-0,747**) entre as duas variáveis indica relação inversa entre menos desigualdade e mais violência. É um indicador de que as pessoas na Bahia estão tendo maior acesso à renda, proporcionando menor desigualdade de renda, mas a violência, medida pelas taxas de homicídios de jovens, apresenta crescimento. O nível da correlação pode ser considerado forte, conforme classificação indicada por Dancey e Reidy (2005).

Esses resultados indicam, assim como os achados de Nobrega Jr. (2010), que o caminho mais adequado para apontar uma relação entre as variáveis é através da comprovação empírica contextualizada regionalmente, apesar de parte da literatura que trata da questão da violência associar desigualdade/pobreza como fatores causais fundamentais (BEATO; REIS, 2000; CERQUEIRA; LOBÃO; CARVALHO, 2007).

Concluindo a hipótese 2, as variáveis desigualdade social e taxa de homicídios de jovens apresentaram correlação negativa. Os homicídios crescem sem relação direta com a desigualdade de renda. Os dados apontaram que a relação é inversa: quando uma variável melhora a outra apresenta piora, ou seja, menos desigualdade social no estado da Bahia tem relação com mais violência homicida contra jovens.

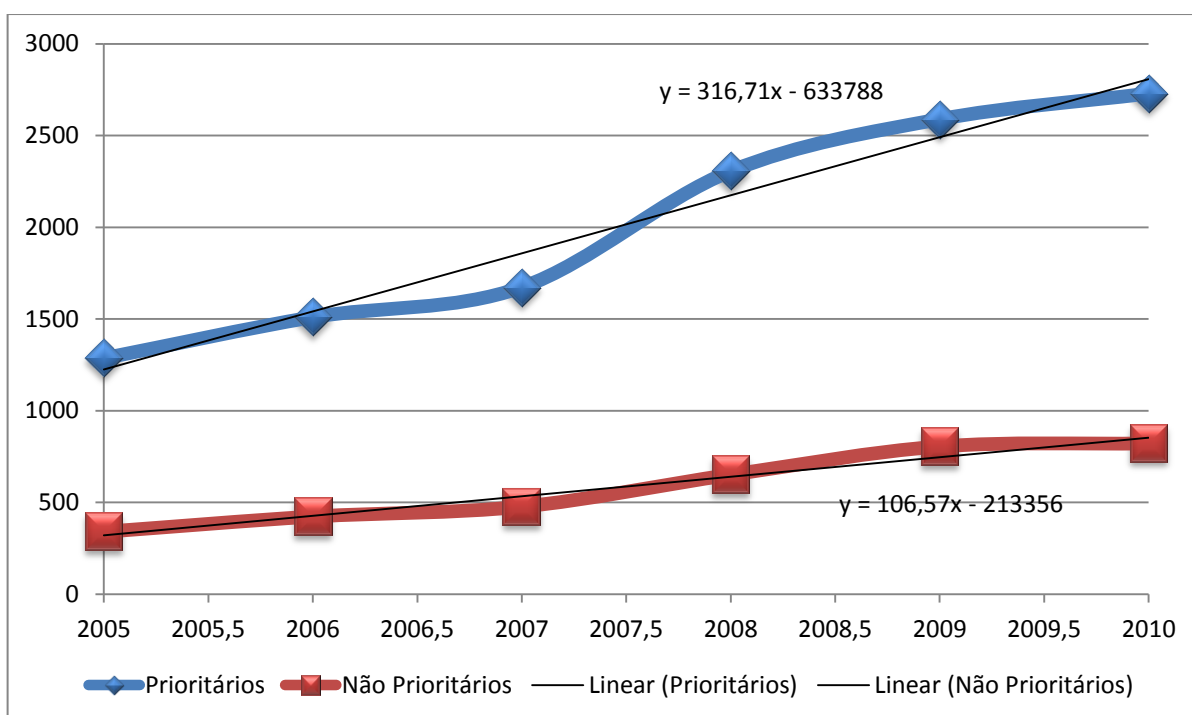
3. As políticas de contenção à violência homicida do estado da Bahia, na área da segurança pública, tiveram impacto na evolução dos índices de homicídios contra jovens.

Uma das formas de avaliar impacto é comparar indicadores posteriores à intervenção com a projeção estimada a partir dos valores anteriores, considerando a sua tendência. Isto é, se existia previamente ao programa uma tendência ao aumento, por exemplo, o resultado posterior deve ser contrastado com o valor estimado para esse mesmo momento a partir da tendência preexistente.

⁸ O teste efetuado aqui teve a única intenção de verificar o nível de correlação entre as variáveis. Foram utilizados os dados brutos do coeficiente de Gini em sua correlação com as taxas de homicídios de jovens calculadas por cem mil jovens. O teste é limitado quanto à relação causal, não se busca testar causalidade, mas apenas a relação entre variáveis binárias.

Analisando o gráfico 29, observa-se que há uma tendência de aumento nos quantitativos de óbitos de jovens anteriores à implantação do PPV na Bahia. A projeção de aumento se verifica tanto no grupo de municípios não prioritários⁹ para ações do PPV como no grupo de municípios prioritários¹⁰, sendo que neste último identifica-se uma intensidade bem mais expressiva no incremento de óbitos. Nos dois casos, o número de óbitos por agressão intencional mais que dobram no período.

Gráfico 29 - Óbitos de jovens por agressão intencional nos municípios prioritários e não prioritários para o Programa PPV na Bahia. 2005 a 2010.



FONTE: Elaboração própria a partir de dados do SIM/DATASUS, 2019.

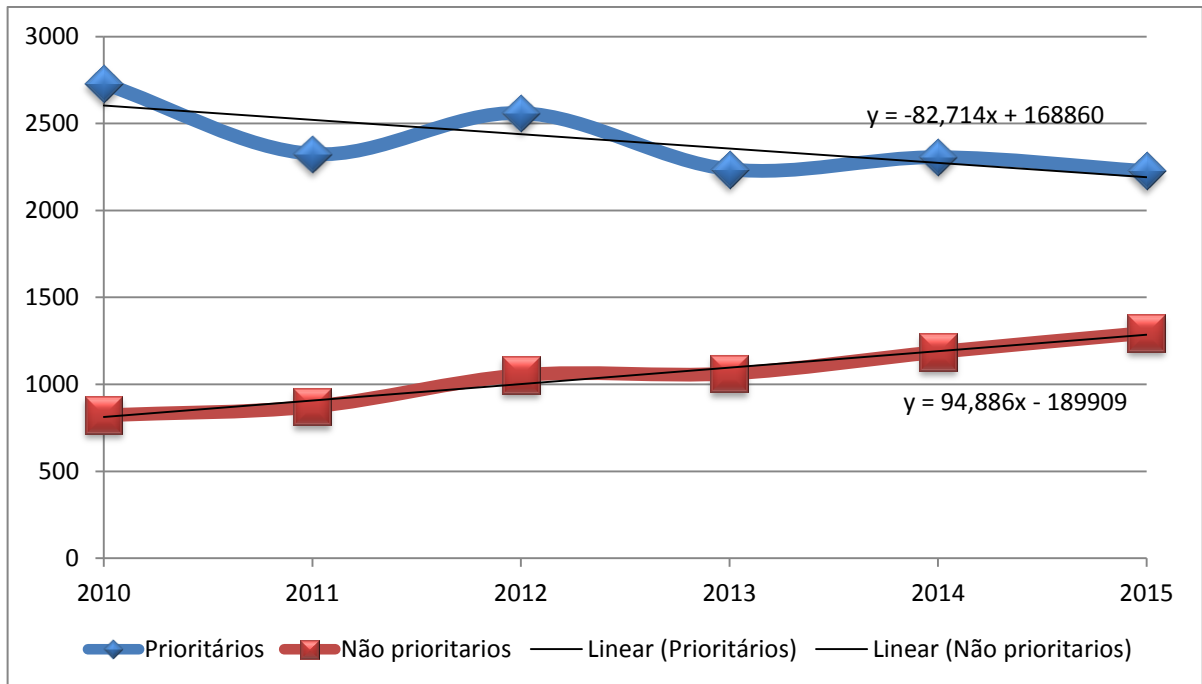
Em 2010, ano anterior à implementação do PPV, o grupo de municípios prioritários chegou a registrar 2.729 óbitos de jovens, sendo 1.361 em Salvador. Conforme o gráfico 30, em 2011 houve uma mudança na tendência anterior e foram contabilizados 2.325 óbitos neste grupo, com 1.116 na capital baiana. Houve alternância de incrementos e decréscimos nos anos

⁹ Como municípios não prioritários (grupo de controle) foram definidos todos aqueles não considerados prioritários pelo PLANESP 2012 – 2015.

¹⁰ Os municípios considerados prioritários (grupo de tratamento), conforme Plano Estadual de Segurança Pública 2012 – 2015, foram: Alagoinhas, Barreiras, Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Eunápolis, Feira de Santana, Ilhéus, Itabuna, Juazeiro, Lauro de Freitas, Luiz Eduardo Magalhães, Mata de São João, Paulo Afonso, Porto Seguro, Salvador, Simões Filho, Teixeira de Freitas, Valença e Vitória da Conquista.

seguintes até 2015, quando o grupo de municípios prioritários registrou 2.226 óbitos, menor quantitativo do período, e Salvador registrou 1.007 óbitos por agressão intencional.

Gráfico 30 - Óbitos de jovens por agressão intencional nos municípios prioritários e não prioritários para o Programa PPV na Bahia entre 2010 e 2015

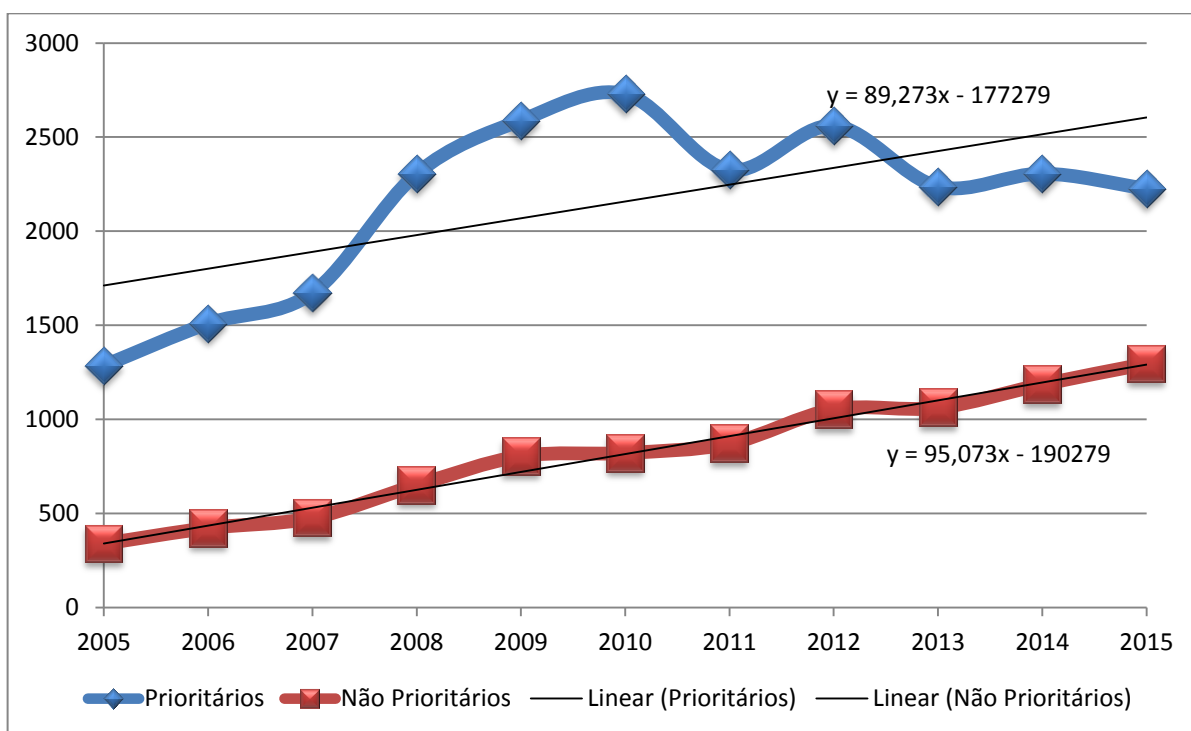


FONTE: Elaboração própria a partir de dados do SIM/DATASUS, 2019.

Observe-se que no período 2010 a 2015 a tendência dos quantitativos de óbitos em municípios não prioritários para o PPV foi bastante similar à do período 2005 a 2010, com crescimento regular, apesar de o período mais recente ter apresentado uma leve queda no coeficiente angular da linha de tendência, representando possível reflexo das ações do PPV mesmo nesses municípios não priorizados pelo programa Estadual de contenção da violência.

No gráfico 31, analisando o período 2005 a 2015, observa-se através da comparação dos coeficientes angulares das retas associadas a cada grupo de municípios que o reflexo da mudança proporcionada no período 2010 a 2015 foi suficiente para inverter o nível de crescimento dos óbitos em relação ao período 2005 a 2010.

Gráfico 31 - Óbitos de jovens por agressão intencional nos municípios prioritários e não prioritários para o Programa PPV na Bahia. 2005 a 2015



FONTE: Elaboração própria a partir de dados do SIM/DATASUS

Portanto, o grupo de municípios prioritários, que apresentava uma linha de tendência com crescimento rápido dos quantitativos de óbitos, passou a registrar, com o desempenho do período 2010 a 2015, que inclui todas as fases de implantação e de execução de ações do PPV, um nível de crescimento de óbitos por agressão intencional inferior ao do grupo de municípios não prioritários para o programa, fato que permite afirmar que houve um impacto razoável no conjunto de municípios priorizados possivelmente atribuído à política de controle/redução de homicídios Pacto pela Vida no estado da Bahia.

Por fim, concluindo a hipótese 3, ressalta-se o esforço efetuado pela gestão da segurança pública do estado da Bahia, que registrou, no período de 2012 a 2017: um aumento de 23,1% no número de prisões em flagrante; um aumento de 61,8% no número inquiridos remetidos com autoria ao Ministério Público no mesmo período; um incremento de 604% no cumprimento de mandados de prisão; além de um aumento de 32,8% no número de armas apreendidas. Esses resultados impactaram em uma melhora na evolução dos índices de homicídios contra jovens no estado da Bahia a partir da efetiva atividade do programa Pacto Pela Vida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo objetivou mapear o perfil dos óbitos de jovens por agressão intencional no estado da Bahia, ocorridos no período de 2005 a 2015, verificando a relação com as políticas públicas de contenção da violência contra jovens implementadas no estado. Para isso, a pesquisa partiu da seguinte questão: *quais as causas dos homicídios de jovens e qual impacto têm ou tiveram as políticas de contenção do estado da Bahia na área de segurança pública?* Em busca de respostas, foi realizada coleta de dados junto ao Sistema de Informações de Mortalidade (SIM/DATASUS) a fim de averiguar dados históricos sobre a criminalidade contra jovens no estado da Bahia, e montar o perfil dos óbitos de jovens por agressão intencional ocorridos no estado entre os anos de 2005 e 2015. Além disso, foram coletados dados de portais como IBGE, IPEADATA e Secretaria de Segurança Pública da Bahia para responder às hipóteses da pesquisa e avaliar o impacto da política Pacto pela Vida na frequência dos homicídios contra jovens baianos.

Ao analisar o perfil das vítimas foi possível observar que dentre os jovens vítimas de agressão que vieram a óbito no estado da Bahia entre 2005 e 2015 foi predominante vítimas do sexo masculino (92,8%) de cor preta e parda (90%), com idade entre 20 e 24 anos (39,8%), baixa escolaridade, ou seja, até 7 anos de estudo (70,5%) e solteiros (89,4%). É importante ressaltar que foram incluídos no estudo os óbitos de jovens resultantes de intervenção militar.

Ao avaliar os dados quanto à agressão, verificou-se que os locais onde acontece a maior parte dos crimes são via pública (47,66%) e hospital (30,66%), seguido de outro local (12,98%) e domicílio (6,56%). Quanto aos objetos mais utilizados são, arma de fogo (82,2%) e objeto cortante ou penetrante (8,5%). Dos óbitos causados por disparo de arma de fogo, 40,17% das vítimas possuíam entre de 20 a 24 anos de idade.

Foi possível observar que nos últimos anos houve um esforço do Governo do estado da Bahia, sobretudo em termos de gestão de segurança pública, no sentido de combater a violência, inclusive promovendo prevenção, para a redução de Crimes Violentos Letais Intencionais. O PLANESP 2012 – 2015 sistematizou a estratégia governamental para a segurança pública, consubstanciada nas ações da política Pacto pela Vida, que, inspirada no Pronasci do Governo Federal, trouxe a integração necessária entre as instituições coercitivas do Sistema de Justiça Criminal para o enfrentamento dos CVLI no estado.

Apesar da queda no registro de casos a partir do ano de 2011, ainda é um volume elevado de jovens vítimas de homicídio. Portanto, é necessário que as políticas públicas sejam

cada vez mais aprimoradas no sentido de reduzir esse tipo de violência, constituindo-se papel não apenas do atual governo, mas como política de estado.

Nesse sentido, o Governo do estado da Bahia deu continuidade à política Pacto pela Vida e ampliou, através do PLANESP 2016 – 2025, de 20 para 40 o número de municípios considerados prioritários para a política PPV, que tem como principal indicador de impacto para a sua avaliação os índices de CVLI.

A breve apresentação do panorama da mortalidade por agressão intencional de jovens no estado explicitou, que, em números absolutos, a Bahia se mantém em primeiro lugar entre os estados nordestinos com maior número de óbitos de jovens. Porém, a partir de 2011, ano do lançamento da Política Pacto pela Vida, verificou-se que houve um relativo controle na ascendência dos homicídios de jovens registrada em anos anteriores. Esse desempenho foi ainda mais significativo nos 20 municípios considerados prioritários para o PPV no estado, fato que permite supor que tal fenômeno esteja associado à implementação desta Política Pública no estado nestes últimos anos.

Quanto às causas de homicídios de jovens, com fundamento na Teoria Econômica da Escolha Racional, foram analisados indicadores de renda, pobreza e desigualdade em associação com a taxa de homicídios de jovens (por 100 mil) do estado da Bahia e verificou-se a ocorrência de correlação negativa em relação à desigualdade medida pelo índice de Gini, o que significa relação inversa entre menos desigualdade e mais violência. Além disso, adotando como unidade de análise os municípios do estado da Bahia em uma regressão com dados em painel, concluiu-se que a densidade demográfica está diretamente relacionada com a taxa de homicídios de forma que o aumento de 1% naquela variável geraria um incremento de 0,18% nesta.

Dados de indicadores criminógenos desagregados por faixa etária e territorialmente, como as estatísticas sobre a juventude, subsidiam análises de demandas específicas de segurança pública e favorecem a tomada de decisão dos gestores públicos. Esses indicadores-processo, que retratam o esforço operacional da política de segurança pública, são lentes essenciais para a avaliação da accountability da política pública e das instituições coercitivas que integram o Sistema de Justiça Criminal.

O perfil de mortalidade de jovens permitiu a identificação, ou ratificação, das características de vulnerabilidade, evidenciando a necessidade de políticas voltadas a essa população específica. Ampliar a cobertura do ensino integral a fim de apoiar o desenvolvimento global dos jovens é estratégia que pode resultar em impacto na redução do risco de mortes prematuras por violência no estado.

Por outro lado, a continuidade e o aprimoramento constante das políticas de segurança pública enquanto programas de estado com o uso de um sistema de indicadores para monitoramento das variáveis associadas aos fenômenos sociais de vitimização é também um caminho para a eficácia eficiência e efetividade dos direitos fundamentais das gerações presentes e futuras, especialmente o direito dos jovens à vida.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. G. B. **A violência na sociedade contemporânea** [recurso eletrônico] / organizadora Maria da Graça Blaya Almeida. – Dados eletrônicos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. 161 f. Disponível em: <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/violencia.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2017.

BAHIA. **Decreto nº 13.561 de 02 de janeiro de 2012**. Institui as Regiões Integradas de Segurança Pública - RISP, as Áreas Integradas de Segurança Pública - AISP no Estado da Bahia e dá outras providências, Salvador, BA, mar. 2012.

_____. Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia. **Informações**

Criminais: Estatística. Disponível em:

<http://www.ssp.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=90>. Acesso em: 26 nov. 2018.

_____. Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia. **Pacto pela Vida**.

Disponível em: <http://www.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=4>. Acesso em: 01 dez. 2017.

_____. Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia. **Plano estadual de segurança pública:** PLANESP- Governo do estado da Bahia 2012 a 2015. Salvador, 2011.

Disponível em:

<http://www.senado.leg.br/comissoes/documentos/SSCEPI/DOC%20VCM%20217.pdf>. Acesso em: 15 out. de 2018.

BEATO, C. C. e REIS, I. A. (2000), “Desigualdade, Desenvolvimento Socioeconômico e Crime. IN: R. Henriques (org.), **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro. IPEA.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE**. Disponível em:

<http://www2.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=cd&o=6&i=P&c=3150>. Acesso em 30 nov. 2017.

_____. Lei 12852 de 05 de agosto de 2013. **Estatuto da Juventude**. Disponível

em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm. Acesso em: 01 dez. 2017.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **O conceito de política pública em direito**. In: BUCCI, Maria Paula Dallari (org.). Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico. São Paulo: Saraiva, 2006.

CARVALHO, A. X. Y. de et al . Taxas bayesianas para o mapeamento de homicídios nos municípios brasileiros. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 7, p. 1249-1262, Julho 2012 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2012000700004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 16 Jan. 2019.

CERQUEIRA, D. et al. **Atlas da Violência 2017**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Fórum Brasileiro de Segurança Pública: Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/2/atlas-2017>>. Acesso em: 08 out. 2018.

_____. **Atlas da Violência 2018**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Fórum Brasileiro de Segurança Pública: Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf. Acesso em: 08 out. 2018.

CERQUEIRA, Daniel; MOURA, Rodrigo Leandro de. Efeito da mudança demográfica sobre a taxa de homicídios no Brasil. Agosto de 2015. Disponível em: <https://portalibre.fgv.br/data/files/DE/05/1D/38/61A9F410CDFAD7F45C28C7A8/TD84.pdf>.. Acesso em: 20 jan. 2019.

CERQUEIRA, Daniel R. C., CARVALHO, Alexandre X. Y., LOBÃO, Waldir J.A. e RODRIGUES, Rute I. (2007), **Análise dos Custos e Consequências da Violência no Brasil**, Texto para discussão nº 1284, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Disponível em: www.ipea.gov.br. Acesso em: 08 out. 2018.

_____. Determinantes da criminalidade: arcabouços teóricos e resultados empíricos. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 47, n. 2, p. 233-269, 2004.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Alagoinhas ganha varas de infância e juventude e juizados especiais**. 2015. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/judiciario/80595-alagoinhas-ganha-varas-de-infancia-e-juventude-e-juizados-especiais>. Acesso em 22 nov. 2018.

DAHLBERG, L. L.; KRUG, E. G. **Violência: um problema global de saúde pública**. *Ciência e Saúde Coletiva* 2006;11:1163-78.

DANCEY, C. P.; REIDY, J. **Análise de correlação: o r de Pearson**. Estatística sem matemática para psicologia. Porto Alegre: Artemed; 2006. Cap. 5, p. 178-216.

DYE, Thomas. **Understanding Public Policy**. New Jersey: Pearson; Prentice-Hall, 1992.

FÁVERO, L. P. L.; BELFIORE, P. P. **Manual de análise de dados: estatística e modelagem multivariada com excel, SPSS e stata**. [S.l: s.n.], 2017.

FRAGA, P. C. P.; SILVA, J. K. N. A participação feminina em mercados ilícitos de drogas no Vale do São Francisco, no Nordeste brasileiro. *Tempo soc.*, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 135-158, Maio de 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702017000200135&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 Dez. 2018.

FREITAS, Juarez. As políticas públicas e o direito fundamental à boa administração. **NOMOS: Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC, Fortaleza**, v. 35, n. 1,

p. 195-217, jan./jun. 2015, p. 195-217. Disponível em:
http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/21688/1/2015_art_jfreitas.pdf. Acesso em 25 nov. 2017.

_____. **Políticas Públicas, Avaliação de Impactos e o Direito Fundamental à Boa Administração**. Sequência, n. 70, 2015, p. 115-133. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/seq/n70/0101-9562-seq-70-00115.pdf>>. Acesso em 25 nov. 2017.

GAWRYSZEWSKI, V. P.; KAHN, T.; MELLO JORGE, M. H. P. Informações sobre homicídios e sua integração com o setor saúde e segurança pública. *Revista de Saúde Pública*. São Paulo, v. 39, n. 4, p. 627-633, ago, 2005. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v39n4/25536.pdf>. Acesso em 30 nov. 2017.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Catálogo de metadados. Disponível em:
http://www.metadados.geo.ibge.gov.br/geonetwork_ibge/srv/por/metadata.show?id=17745&currTab=simple. Acesso em: 16 jan. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Portal Ipeadata**. 2018. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em: 22 out. 2018.

_____. **Nota Técnica**: sobre a recente queda na desigualdade de renda no Brasil. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/NotaTecnica.pdf>>. Acesso em 22 mar. 2019.

JANNUZZI, Paulo de M. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro. jan./fev 2002. Disponível em:
<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6427/5011>. Acesso em: 25 nov. 2017.

_____. **Indicadores socioeconômicos na gestão pública**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2012. p.01-110.

KINGDON, John. *Agendas, alternatives and public policies*. 3 ed. Nova York, Harper Collins. (2003 [1984]).

LACOMBE, Francisco José Masset. **Dicionário de negócios**: mais de 6.000 termos em inglês e português. São Paulo: Saraiva, 2009.

MEDEIROS, C. N.; CARVALHO, J. R.; OLIVEIRA, V. H. Violência, Desenvolvimento e Demografia: Uma análise Espacial para a Cidade de Fortaleza em Anos Recentes. XI Encontro de Economia do Ceará em Debate. 2015. Disponível em:
http://www2.ipece.ce.gov.br/encontro/2015/trabalhos/artigo_violencia_demografia_idh.pdf. Acesso em: 20 jan. 2019.

MENDES, Glauco Henrique de Souza. **Administração Estratégica**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2015.

MENDONÇA, M. J. Um Modelo de Criminalidade para o Caso Brasileiro. IPEA. Manuscrito, 2000.

MILLON, Lara Vanessa. Participação Popular nas Políticas Públicas Municipais – Eficácia e Implementação. Revista de Direito. Vol. 13, Nº17, Ano 2010.

MINAYO, M. C. S. Conceitos, teorias e tipologias de violência: violência na saúde. In: SOUSA, E. R. (org.). Curso impactos da violência na saúde. Rio de Janeiro: EAD/ENSP, p. 24-35, 2007. Disponível em http://www1.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/sec_mulher/capacitacao_rede%20/modulo_2/205631-conceitos_teorias_tipologias_violencia.pdf. Acesso em 13 abr. 2018.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasil). DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA DO SUS - DATASUS. Informações de Saúde, Estatísticas Vitais: banco de dados. Disponível em: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0205&id=6937>. Acesso em: 30 nov. 2017.

_____. DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA DO SUS - DATASUS. **Nota Técnica: POPULAÇÃO RESIDENTE - ESTUDO DE ESTIMATIVAS POPULACIONAIS PARA OS MUNICÍPIOS, DESAGREGADAS POR SEXO E IDADE, 2000-2015.**

Disponível em:

http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/NOVAPOP/NT_estimativas_pop_RIPSA_IBGE.PDF. Acesso em 22 mar. 2019.

NÓBREGA JR., J. M. P. (2015), Teorias do crime e da violência: uma revisão da literatura. ANPOCS BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais. Nº 77. ISSN 1516-8085. São Paulo.

_____. Diagnóstico da violência no Brasil e os desafios para a Segurança Pública. Revista Espaço Acadêmico, nº 167 – Abril/2015. Disponível em <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/26140>. Acesso em 13 abr. 2018.

_____. Os homicídios no Brasil, no Nordeste e em Pernambuco: dinâmica, relações de causalidade e políticas públicas. 271 p. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2010. Disponível em: <http://opiniaopublica.ufmg.br/site/files/biblioteca/tese-jose-maria-publicar-biblioteca.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2017.

_____. (2014). Políticas públicas e segurança pública em Pernambuco: o case pernambucano e a redução da violência homicida. *Latitude*, v. 8, n. 2, p. 315-335.

Organização Mundial da Saúde (2014). Relatório Mundial sobre a Prevenção da Violência. Genebra: OMS. Disponível em:

http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/145086/5/9789241564793_por.pdf. Acesso em 10 abr 2018.

PEREIRA, Maurício Fernandes. **Administração estratégica**. 3. ed. rev. atual. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES :UAB, 2016.

PROVENZA, M. M.; SIMOES, P. H. C.; GOULART, J. L. J. Apreensões de drogas e armas e flagrantes nas UPP utilizando a análise de correspondência. Cadernos de Segurança Pública. ano 10. n. 10. Agosto de 2018. Disponível em: www.isprevista.rj.gov.br/download/Rev20181005.pdf. Acesso em: 30 nov. 2018.

RICHARDSON et al. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007.

SANTOS, Maria Paula Gomes dos. **Políticas públicas e sociedade**. Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração: UFSC, 2012. 100p.

SAPORI, L. F. Segurança pública no Brasil. Desafios e perspectivas. FGV. Rio de Janeiro. 2007.

SCHATTSCHEIDER, E. E. The Semisovereign People: A Realist's View of Democracy in America. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1960.

SILVA, Maria Auxiliadora da; DIAS, Climaco; e CORDEIRO, Paula Regina de Oliveira. Segurança Pública com Cidadania e a Base Comunitária de Segurança, do que se trata?. Disponível em: http://www.lugarcomum.ufba.br/urbanismonabahia/arquivos/anais/ex3_seguranca-publica.pdf. 2012. Acesso em: 13 ago. 2018.

SOUZA, Celina. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acessado em: 19 nov. 2017.

SOUZA, Edinilsa Ramos de. Os donos do morro: uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 20, n. 12, p. 3951-3952, Dec. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232015001203951&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 28 Set. 2018.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). Índice de Performance Socioeconômica - Nota Metodológica. 2016. Salvador, SEI, 2016. 9p.

VIEIRA, G. O. et al. Violência e mortes por causas externas. Revista brasileira de enfermagem. Brasília, p. 48-51, 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/reben/v56n1/a10v56n1.pdf>. Acesso em 20 out. 2017.

WASELFISZ, J. J. Educação: Blindagem contra a Violência homicida? Caderno Temático Nº 1. Mapa da Violência. Julho de 2016. Disponível em: https://www.mapadaviolencia.org.br/cadernos/Educ_Blindagem.pdf. Acesso em 15 out. 2018.

_____. Mapa da Violência 2014. Jovens do Brasil. Disponível em http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil.pdf. Acesso em 22 out. 2017.

_____. Mapa da Violência 2016. Homicídios por armas de fogo no Brasil. Disponível em <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf> Acesso em 22 out. 2017.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Regiões Metropolitanas da Bahia

| REGIÕES METROPOLITANAS | SUBDIVISAO | MUNICÍPIO | LEGISLAÇÃO | DATA | TIPO |
|--|--------------------------------|---|---|------------|------|
| RIDE Petrolina/Juazeiro Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Polo Petrolina/PE e Juazeiro/BA | NÃO TEM | CASA NOVA, CURAÇA, JUAZEIRO, SOBRADINHO. | DECRETO Nº 4.366 - 09/09/2002 Regulamenta a Lei Complementar 113 | 19.09.2001 | RIDE |
| RM Feira de Santana | RM Feira de Santana | AMÉLIA RODRIGUES, CONCEIÇÃO DA FEIRA, CONCEIÇÃO DO JACUIPE, FEIRA DE SANTANA, SÃO GONÇALO DOS CAMPOS, TANQUINHO. | Lei Complementar 035 | 06.07.2011 | RM |
| | Área de Expansão Metropolitana | ANGUERA, ANTÔNIO CARDOSO, CANDEAL, CORAÇÃO DE MARIA, IPECAETÁ, IRARÁ, RIACHÃO DO JACUIPE, SANTA BÁRBARA, SANTANÓPOLIS, SERRA PRETA. | | | |
| RM Salvador | NÃO TEM | CAMAÇARI | Lei Complementar 014 (Federal) | 08.06.1973 | RM |
| | | CANDEIAS | Lei Complementar 014 (Federal) | 08.06.1973 | RM |
| | | DIAS D'ÁVILA | Inclusão por desmembramento | 01.01.1986 | RM |
| | | ITAPARICA | Lei Complementar 014 (Federal) | 08.06.1973 | RM |
| | | LAURO DE FREITAS | Lei Complementar 014 (Federal) | 08.06.1973 | RM |
| | | MADRE DE DEUS | Inclusão por desmembramento | 01.01.1990 | RM |
| | | MATA DE SÃO JOÃO | Lei Complementar 030 | 03.01.2008 | RM |
| | | POJUCA | Lei Complementar 32 | 22.01.2009 | RM |
| | | SALVADOR | Lei Complementar 014 (Federal) | 08.06.1973 | RM |
| | | SÃO FRANCISCO DO CONDE | Lei Complementar 014 (Federal) | 08.06.1973 | RM |
| | | SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ | Lei Complementar 030 | 03.01.2008 | RM |
| | | SIMÕES FILHO | Lei Complementar 014 (Federal) | 08.06.1973 | RM |
| | | VERA CRUZ | Lei Complementar 014 (Federal) | 08.06.1973 | RM |

FONTE: Elaboração própria, adaptado de IBGE (2018).

APÊNDICE B – Amostra de municípios do modelo de regressão em painel

| Amostra dos 100 Municípios utilizados no modelo de regressão em painel | |
|--|-----------------------------|
| Alagoinhas | Jaguarari |
| Amargosa | Jequié |
| Araci | Jeremoabo |
| Barra | Juazeiro |
| Barra do Choça | Lauro de Freitas |
| Barreiras | Livramento de Nossa Senhora |
| Bom Jesus da Lapa | Luís Eduardo Magalhães |
| Brumado | Macaúbas |
| Cachoeira | Maragogipe |
| Caetité | Mata de São João |
| Camacan | Monte Santo |
| Camaçari | Morro do Chapéu |
| Camamu | Mucuri |
| Campo Alegre de Lourdes | Muritiba |
| Campo Formoso | Nova Viçosa |
| Canavieiras | Paratinga |
| Candeias | Paripiranga |
| Cansanção | Paulo Afonso |
| Carinhanha | Pilão Arcado |
| Casa Nova | Poções |
| Catu | Pojuca |
| Cícero Dantas | Porto Seguro |
| Conceição do Coité | Remanso |
| Conceição do Jacuípe | Riachão do Jacuípe |
| Correntina | Riacho de Santana |
| Cruz das Almas | Ribeira do Pombal |
| Curaçá | Rio Real |
| Dias D'Ávila | Ruy Barbosa |
| Entre Rios | Salvador |
| Esplanada | Santa Maria da Vitória |
| Euclides da Cunha | Santaluz |
| Eunápolis | Santo Amaro |
| Feira de Santana | Santo Antônio de Jesus |
| Gandu | Santo Estêvão |
| Guanambi | São Desidério |
| Ilhéus | São Francisco do Conde |
| Inhambupe | São Gonçalo dos Campos |
| Ipiaú | São Sebastião do Passé |
| Ipirá | Seabra |
| Irará | Senhor do Bonfim |
| Irecê | Sento Sé |
| Itabela | Serra do Ramalho |
| Itaberaba | Serrinha |
| Itabuna | Simões Filho |
| Itamaraju | Teixeira de Freitas |
| Itapetinga | Tucano |
| Itapicuru | Valença |
| Itiúba | Vera Cruz |
| Jacobina | Vitória da Conquista |
| Jaguaquara | Xique-Xique |

FONTE: Elaboração própria, 2019.

APÊNDICE C – Resultados dos Modelos e Testes Realizados com Dados em Painel

1. Modelo Painel Pooled (Dados empilhados)

Dependent Variable: LNTHJG__Y_
 Method: Panel Least Squares
 Date: 01/16/19 Time: 20:24
 Sample: 2010 2014
 Periods included: 5
 Cross-sections included: 100
 Total panel (balanced) observations: 500

| Variable | Coefficient | Std. Error | t-Statistic | Prob. |
|--------------------|-------------|-----------------------|-------------|----------|
| C | 3.756253 | 0.451761 | 8.314695 | 0.0000 |
| LNIEF__X1_ | 0.703701 | 0.057294 | 12.28230 | 0.0000 |
| LNPROP1529__X2_ | -0.733933 | 0.342021 | -2.145868 | 0.0324 |
| LNDENSIDADE__X3_ | 0.096059 | 0.013324 | 7.209438 | 0.0000 |
| LNINE__X4_ | 0.081178 | 0.118324 | 0.686065 | 0.4930 |
| R-squared | 0.476978 | Mean dependent var | | 4.636942 |
| Adjusted R-squared | 0.472752 | S.D. dependent var | | 0.474035 |
| S.E. of regression | 0.344206 | Akaike info criterion | | 0.714796 |
| Sum squared resid | 58.64646 | Schwarz criterion | | 0.756942 |
| Log likelihood | -173.6990 | Hannan-Quinn criter. | | 0.731334 |
| F-statistic | 112.8557 | Durbin-Watson stat | | 1.056978 |
| Prob(F-statistic) | 0.000000 | | | |

2. Teste Breusch Pagan (Pooled versus Efeito Aleatório)

Lagrange Multiplier Tests for Random Effects

Null hypotheses: No effects

Alternative hypotheses: Two-sided (Breusch-Pagan) and one-sided
 (all others) alternatives

| | Test Hypothesis | | |
|---------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| | Cross-section | Time | Both |
| Breusch-Pagan | 181.6519 (0.0000) | 5.373114 (0.0204) | 187.0250 (0.0000) |

3. Modelo Paineil Efeito Fixo

Dependent Variable: LNTHJG__Y_
 Method: Panel Least Squares
 Date: 01/16/19 Time: 20:28
 Sample: 2010 2014
 Periods included: 5
 Cross-sections included: 100
 Total panel (balanced) observations: 500

| Variable | Coefficient | Std. Error | t-Statistic | Prob. |
|------------------|-------------|------------|-------------|--------|
| C | 2.410028 | 0.859657 | 2.803477 | 0.0053 |
| LNIEF__X1_ | 0.370254 | 0.174218 | 2.125231 | 0.0342 |
| LNPROP1529__X2_ | -1.401741 | 0.565983 | -2.476647 | 0.0137 |
| LNDENSIDADE__X3_ | 0.184127 | 0.085819 | 2.145525 | 0.0325 |
| LNINE__X4_ | 0.199930 | 0.120218 | 1.663063 | 0.0971 |

Effects Specification

Cross-section fixed (dummy variables)

| | | | |
|--------------------|----------|-----------------------|----------|
| R-squared | 0.765863 | Mean dependent var | 4.636942 |
| Adjusted R-squared | 0.704963 | S.D. dependent var | 0.474035 |
| S.E. of regression | 0.257483 | Akaike info criterion | 0.307081 |
| Sum squared resid | 26.25383 | Schwarz criterion | 1.183719 |
| Log likelihood | 27.22975 | Hannan-Quinn criter. | 0.651073 |
| F-statistic | 12.57586 | Durbin-Watson stat | 2.318033 |
| Prob(F-statistic) | 0.000000 | | |

4. Teste de Chow (Pooled versus Efeito Fixo)

Redundant Fixed Effects Tests
 Equation: Untitled
 Test cross-section fixed effects

| Effects Test | Statistic | d.f. | Prob. |
|--------------------------|------------|----------|--------|
| Cross-section F | 4.935298 | (99,396) | 0.0000 |
| Cross-section Chi-square | 401.857572 | 99 | 0.0000 |

5. Modelo Painele Efeito Aleatório

Dependent Variable: LNTHJG__Y_
 Method: Panel EGLS (Cross-section random effects)
 Date: 01/16/19 Time: 20:32
 Sample: 2010 2014
 Periods included: 5
 Cross-sections included: 100
 Total panel (balanced) observations: 500
 Swamy and Arora estimator of component variances

| Variable | Coefficient | Std. Error | t-Statistic | Prob. |
|-------------------|-------------|------------|-------------|--------|
| C | 3.548059 | 0.551163 | 6.437401 | 0.0000 |
| LNIEF__X1__ | 0.645782 | 0.080899 | 7.982530 | 0.0000 |
| LNPROP1529__X2__ | -0.883862 | 0.406434 | -2.174675 | 0.0301 |
| LNDENSIDADE__X3__ | 0.105473 | 0.020262 | 5.205362 | 0.0000 |
| LNINE__X4__ | 0.210505 | 0.105222 | 2.000579 | 0.0460 |

| Effects Specification | | S.D. | Rho |
|-----------------------|--|----------|--------|
| Cross-section random | | 0.222317 | 0.4271 |
| Idiosyncratic random | | 0.257483 | 0.5729 |

| Weighted Statistics | | | |
|---------------------|----------|--------------------|----------|
| R-squared | 0.285052 | Mean dependent var | 2.132633 |
| Adjusted R-squared | 0.279274 | S.D. dependent var | 0.305954 |
| S.E. of regression | 0.259741 | Sum squared resid | 33.39540 |
| F-statistic | 49.33939 | Durbin-Watson stat | 1.854049 |
| Prob(F-statistic) | 0.000000 | | |

| Unweighted Statistics | | | |
|-----------------------|----------|--------------------|----------|
| R-squared | 0.473513 | Mean dependent var | 4.636942 |
| Sum squared resid | 59.03501 | Durbin-Watson stat | 1.048813 |

6. Teste de Hausman

Correlated Random Effects - Hausman Test

Equation: Untitled

Test cross-section random effects

| Test Summary | Chi-Sq. Statistic | Chi-Sq. d.f. | Prob. |
|----------------------|-------------------|--------------|--------|
| Cross-section random | 12.719834 | 4 | 0.0127 |

Cross-section random effects test comparisons:

| Variable | Fixed | Random | Var(Diff.) | Prob. |
|-------------------|-----------|-----------|------------|--------|
| LNIEF__X1__ | 0.370254 | 0.645782 | 0.023807 | 0.0741 |
| LNPROP1529__X2__ | -1.401741 | -0.883862 | 0.155148 | 0.1886 |
| LNDENSIDADE__X3__ | 0.184127 | 0.105473 | 0.006954 | 0.3456 |
| LNINE__X4__ | 0.199930 | 0.210505 | 0.003381 | 0.8557 |

7. Teste Heterocedasticidade de Breusch-Pagan/Cook-Weisberg (Stata)

```
. estat hettest

Breusch-Pagan / Cook-Weisberg test for heteroskedasticity
Ho: Constant variance
Variables: fitted values of LNTHJGY

      chi2(1)      =      0.06
      Prob > chi2  =      0.8064
```

O teste de Breusch-Pagan/Cook-Weisberg apresentou $\text{Prob} > \chi^2 = 0,8064 > 0,05$. O que indica que este modelo não apresenta problemas de heterocedasticidade.

8. Teste de Autocorrelação Serial de Wooldridge (Stata)

```
Wooldridge test for autocorrelation in panel data
H0: no first-order autocorrelation
      F( 1,      99) =      0.676
      Prob > F =      0.4130
```

O teste de Wooldridge apresentou $\text{Prob} > F = 0,4130$. O que faz com que a hipótese nula de ausência de autocorrelação não seja rejeitada. Ou seja, neste modelo não houve presença de autocorrelação.

9. Teste de multicolinearidade VIF (Variance Inflation Factor) (Stata)

```
. estat vif
```

| Variable | VIF | 1/VIF |
|--------------|------|----------|
| LNIEFX1 | 1.54 | 0.650568 |
| LNDensidad~3 | 1.47 | 0.682171 |
| LNPROP1529X2 | 1.26 | 0.796661 |
| LNINEX4 | 1.19 | 0.839954 |
| Mean VIF | 1.36 | |

Com base nos outputs do teste VIF, todas as variáveis do modelo apresentaram valores baixos para o fator, o que indica não haver indícios de multicolinearidade.